

nº 02

Revista Quadrimestral  
mai. — ago. 2020



# FIM DO MUN DO

ciência  
transformadora  
discussões para  
a emancipação



unesp

Revista Fim do Mundo, nº 2, mai. — ago. 2020

Dossiê temático:

**Questão Ambiental e a Crise Estrutural do Capital**



Revista Fim do Mundo. Publicação da UNESP - Marília em parceria com o IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – nº 2, mai/ago 2020. Marília-SP: Universidade Estadual Paulista, 2020.

170 p.

Quadrimestral

Inclui bibliografia

Resumo em português, inglês e espanhol

1. Capitalismo. 2. Marx. 3. Crise Estrutural. 4. Transição.  
5. Crítica da Economia Política. I. Universidade Estadual Paulista (UNESP).



**unesp**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília

**Faculdade de Filosofia e Ciências**

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP

CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

**Revista Fim do Mundo**

e-mail: [revista.fimdomundo.marilia@unesp.br](mailto:revista.fimdomundo.marilia@unesp.br)

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>

As ideias e opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade das(os) autoras(es), não refletindo, necessariamente, as opiniões da revista.



Revista científica interdisciplinar, vinculada ao pensamento crítico em diálogo com Marx, sobre temas contemporâneos e questões teóricas da modernidade. Aberta aos temas brasileiros e latino-americanos, sobre as profundas transformações mundiais promovidas pelo surgimento do novo capital financeiro, especialmente as políticas, econômicas, ecológicas, científico-tecnológicas e geopolíticas. Atenta a todas as formas da produção intelectual humana.

A **Revista Fim do Mundo** nasce seguindo o que Marx ensinara há mais de 150 anos: “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. Assim, a preocupação desta revista é não apenas debater teoricamente as questões fundamentais de nosso tempo, mas acima de tudo servir como uma ferramenta aos que pretendem intervir diretamente na realidade com o objetivo último da *emancipação humana*.

A **Revista Fim do Mundo** surge por iniciativa do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos-IBEC, que reúne intelectuais militantes das mais diversas áreas do conhecimento que por mais de 3 décadas vêm pensando criticamente e enfrentando os temas centrais em busca da superação do capital.

A **Revista Fim do Mundo** reverbera, pois, os aprofundamentos teóricos destes intelectuais, principalmente como fruto de suas dissertações, teses e do curso “Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas”, espaço criado pelo IBEC e o Grupo de Pesquisa Organizações & Democracia - GPOD, em parceria com a Universidade Estadual Paulista - UNESP, visando a formação da classe trabalhadora.

A **Revista Fim do Mundo** é um espaço de socialização de artigos científicos que se apoiam em Marx e no marxismo, para compreender temas históricos e contemporâneos. As publicações terão periodicidade quadrimestral e o acesso aos trabalhos é aberto, pois acreditamos que o acesso livre e universal ao conhecimento é fundamental para o avanço da ciência comprometida com as lutas sociais, com a socialização do conhecimento e a desmercantilização completa da sociedade.

## **Editores:**

Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC

Paulo Alves de Lima Filho | IBEC

Fabio S.M. de Castro | Doutorado UFABC - IBEC

## **Conselho Editorial:**

Adilson Marques Gennari | UNESP

Alekandr V. Buzgalin | Universidade de Moscou -  
Lomonossov - Rússia

Carmen Junqueira | PUC-SP — Instituto Máira

Henrique Tahan Novaes | UNESP-IBEC

Maria A.N. Moraes Silva | UFSCAR

Maria Orlanda Pinassi | UNESP

Modesto Emilio Guerrero | Venezuela

Paulo Alves de Lima Filho | IBEC

Sinclair Mallet Guy Guerra | UFABC

## **Conselho Científico:**

Adilson Marques Gennari | UNESP

Alekandr V. Buzgalin | Universidade de Moscou -  
Lomonossov - Rússia

André Moisés Gaio | UFJF

Andrés Ruggeri | UBA - Argentina

Carlos A. Cordovano Vieira | UNICAMP

Carlos Maciel Sanchez | México

Carmem Junqueira | PUC-SP — Instituto Máira

Daniel Lopes Faggiano | Instituto Máira - IBEC

Diego Barrios | UDELAR - Urugua

Douglas Rodrigues | Doutorado UNESP - IBEC

Fabiana de Cássia Rodrigues | UNICAMP - IBEC

Fábio Campos | UNICAMP - IBEC

Fabio S.M. de Castro | Doutorado UFABC - IBEC

Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC

Ivan Lucon Jacob | Doutorado UNICAMP - IBEC

Ivanor Nunes de Oliveira | UEVC

Juan Carlos Pinto Quintanilla | Bolívia

Lalo Minto | UNICAMP — IBEC

Layza Rocha Soares | Doutorado UFF

Liev C. Maciel Sanchez | UNP - ESE - ECH -  
Rússia

Lucien Sève | *In Memoriam*

Marcelo Micke Doti | FATEC

Márcio H. M. Baroni | IBEC

Marcos del Roio | UNESP

Maria Aparecida de Moraes Silva | UFSCAR

Maria Orlanda Pinassi | UNESP

Marieta A. Barros Magaldi | IBEC

Modesto Emilio Guerrero | Venezuela

Natalia G. Iakovleva | Universidade de Moscou -  
Lomonossov - Rússia

Neusa Maria Dal Ri | UNESP

Newton Ferreira da Silva | IFSP-IBEC

Paulo Alves de Lima Filho | IBEC

Plínio de Arruda Sampaio Jr | UNICAMP

Rogério Fernandes Macedo | UFVJM - IBEC

Sergio Bacchi | IBEC - Chile

Sinclair Mallet Guy Guerra | UFABC

Zuleica M. Vicente | Doutorado UNICAMP - IBEC

## **Designer:**

Tiago Stracci | Cultivare Design

## **Tradução e Revisão** (espanhol):

Hector Ilich Meleán Durán | IBEC

## **Editores:**

Gláucio Rogério de Moraes | UNESP

## **Equipe de produção:**

Angelita A. Gonçalves | Mestranda USP - IBEC

Naylla Manenti | IBEC

Maria E.L. Pessoa | IBEC

Wellington Silva | IBEC

## **Foto da Capa:**

Maira Arantes Leite Wick | fotógrafa

# SUMÁRIO



- 7 Artista Convidada: **Maíra Arantes L. Wick**
- 8 Editorial: **Questão Ambiental e Crise Estrutural do Capital**

## Artigos

- 19 **Destruição ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista**  
**Ana Carolina A. Borges da Silva | Adilson Marques Gennari**
- 41 **Breves notas sobre a ecologia como limite absoluto ao capital em Mészáros**  
**Ivan Lucon Jacob**
- 53 **O neoliberalismo e sua impossibilidade de solucionar os problemas ambientais**  
**Layza Rocha Soares**
- 75 **Crise climática e o Green New Deal: uma primeira aproximação crítica**  
**Eduardo Sá Barreto**
- 92 **Produção destrutiva, colapso ambiental e agroecologia na ótica marxista**  
**Henrique Tahan Novaes**
- 109 **Autodeterminação Indígena: o sentido do movimento histórico e a riqueza das múltiplas possibilidades futuras**  
**Daniel Lopes Faggiano**

## Resenhas

- 127 **Para salvar o planeta, livrem-se do capitalismo — Hervé Kempf**  
**Ana Carolina A. Borges da Silva**
- 134 **Pensando com Marx hoje. Volume IV. Comunismo? — Lucien Sève**  
**Yvon Quiniou | tradução: Paulo Alves de Lima Filho**

## Entrevistas

- 144 **Plínio de Arruda Sampaio Junior**
- 150 **Eduardo Sá Barreto**

## Memorial

- 164 **Lucien Sève: morte de um grande filósofo marxista**



“águas pútridas da foz” [2016]

Maíra Arantes Leite Wick<sup>1</sup>

Fotografia da foz do Rio Doce à época do desastre  
de Mariana — Regência [ES]

Foto da capa

“enterro do Rio Doce” [2016]

Fotografia do Rio Doce, devastação no percurso  
causada pelos rejeitos da barragem da Samarco  
Baixo Guandu [MG]

---

<sup>1</sup> Fotógrafa formada pela Escola Pan-americana de Arte e Design, é bióloga pela UFSCAR e mestre em educação pela UNESP. Expõe suas fotografias em diferentes espaços, buscando sempre um olhar a questões que retratam temas voltados ao meio ambiente. Estas fotos compuseram parte da exposição denominada “de Mariana-MG a Regência-ES: O Rio Doce em janeiro de 2016” e são resultado dos registros realizados durante uma viagem em que percorreu os povoados atingidos pelos rejeitos da Barragem Fundão da Samarco (Vale-BHP Billiton) no desastre de 2015.

## Editorial nº 2: Questão Ambiental e Crise Estrutural do Capital

8

Ei, pintassilgo  
Oi, pintaroxo  
Melro, uirapuru  
Ai, chega-e-vira  
Engole-vento  
Saíra, inhambu  
Foge, asa-branca  
Vai, patativa  
Tordo, tuju, tuim  
Xô, tié-sangue  
Xô, tié-fogo  
Xô, rouxinol, sem-fim  
Some, coleiro  
Anda, trigueiro  
Te esconde, colibri  
Voa, macuco  
Voa, viúva  
Utiariti  
Bico calado  
Toma cuidado

Que o homem vem aí  
O homem vem aí  
O homem vem aí  
Ei, quero-quero  
Oi, tico-tico  
Anum, pardal, chapim  
Xô, cotovia  
Xô, ave-fria  
Xô pescador-martim  
Some, rolinha  
Anda, andorinha  
Te esconde, bem-te-vi  
Voa, bicudo  
Voa, sanhaço  
Vai, juriti  
Bico calado  
Muito cuidado  
Que o homem vem aí  
O homem vem aí  
O homem vem aí

**Passaredo** – Chico Buarque & Francis Hime [1975-76]

A princípio, a acolhida ao leitor já vem acompanhada de uma ressalva: se nos permite a liberdade, convém precaver de que aqui extrapolaremos um pouco as funções classicamente atribuídas aos editoriais. Talvez seja um mal incontornável daqueles que teorizam, talvez seja uma necessidade insuperável, dada complexidade dos temas e pretensões aqui alinhavadas. Não haveria de ser diferente, pois o projeto da Revista Fim do Mundo é uma busca de reconexão a uma linha teórica radical inaugurada pela crítica filosófica, política e econômica de Karl Marx no século XIX:



herança crucial para a busca da emancipação humana. Esta edição número 2 abriga um dossiê temático sobre Questão Ambiental e Crise Estrutural do Capital e tem como objetivo discutir os temas que decorrem destas duas categorias, tal como elas se apresentam mutuamente determinadas. Muito oportuno o debate frente ao atual momento histórico francamente instável, como mais um capítulo da crise do capital, que se expressa agora adicionalmente, mas não exclusivamente, na forma da pandemia da COVID-19. Sob tal contexto, os editores desta Revista não se furtam às suas responsabilidades, na medida em que, ombreados à revolução teórica de Karl Marx e aos esforços de milhares de pessoas ao redor do mundo, intentam fortalecer o campo da teoria materialista histórica e, por conseguinte, crítica, imprescindível à necessária transição ao comunismo.

As urgências se sobrepõem frente aos olhos estarecidos da humanidade, a qual tenta sobreviver sob as instabilidades profundas, intensificadas crescentemente com a grande aceleração histórica da acumulação capitalista após a transição da década de 1960 para a de 1970. A partir de então, torna-se evidente que o sistema de produção e reprodução do capital se estabeleceu globalmente, apresentando às burguesias mundialmente poderosas um grande desafio: como atender aos postulados mais centrais do capital, relativos à manutenção constante da expansão e acumulação capitalista? A resposta a esse dilema foi múltipla, adensando todas as dinâmicas que, já no século XXI, determinariam a Questão Ambiental e a Crise Estrutural do Capital.

Muitos são os determinantes históricos desse binômio, mas não cabe neste editorial abordá-los em sua integridade. A despeito disso, vale registrar a relação entre revolucionamento das forças produtivas, crise



estrutural, questão ambiental e o potencial perigo de extinção da espécie humana.

Em primeiro lugar, no que tange às forças produtivas, elas sofreram inovações expressivas, na medida em que aos sistemas de máquinas do capital, até então dotados de três órgãos – o motor, a transmissão e a ferramenta –, incorpora-se o seu quarto órgão: o de controle. Trata-se do órgão programável e reprogramável, que surge para controlar o desempenho dos demais órgãos. Ele é orientado por algoritmos, além de ser assentado sobre uma base computacional, informacional e organizada em rede, o que lhe permite integrar em uma mesma estrutura sensores, computadores e *softwares* capazes de disparar em tempo real comandos para controlar o processo produtivo de mercadorias. Desta feita, o surgimento do quarto órgão da máquina é episódio central na história do desenvolvimento da mecanização e automação de sistemas de máquinas robóticas, bem como do surgimento da internet, do *Global Positioning System* (GPS), da interconexão das Bolsas de Valores, entre outros.

Esses revolucionamentos ofertam ao capital condições de abordar aquele dilema anteriormente mencionado, de modo que, após esgotar o expediente de ampliar as fronteiras de ocupação dos demais países como saída para atender às suas necessidades expansionistas e acumulativas, as burguesias mundiais agora podem aderir ao quarto órgão da máquina para ampliar a produtividade de suas plantas industriais. E isso com um adicional: desobrigam-se de lidar com as tensões sociais advindas das reivindicações trabalhistas; já registrara Marx: quanto mais tensão no interior da luta de classes, tanto mais ávidos ficam os capitalistas por substituir dentro dos processos produtivos trabalho vivo por morto, trabalhadores por máquinas. Instado pela concorrência, as burguesias universalizam a presença do quarto



órgão, promovendo uma importante elevação da composição orgânica do capital global, o que acaba por concretizar a tendência de queda da sua taxa média de lucro e, conseqüente, bloqueio da sua necessária e ininterrupta expansão e acumulação: tal dinâmica coloca o sistema sob o estado de constante crise, a qual denominamos crise estrutural do capital, tal como nos explica brilhantemente o engenheiro Sérgio Bacchi, no primeiro número desta revista Fim do Mundo. Sugerimos fortemente ao leitor que verifique o artigo.

Ainda assim, notemos a contradição presente nos seguintes fatos: o quarto órgão da máquina liberta o capital na medida em que o transforma em uma potência produtiva inédita; não obstante, o prende em uma dinâmica de crise contínua, estrutural, da qual não pôde escapar até o presente momento histórico.

Em segundo lugar, a tudo o que foi dito até agora, salientamos para o leitor outro aspecto fundamental para entendermos aquele binômio questão ambiental e crise estrutural do capital, qual seja, as funções históricas exercidas pelo capital financeiro. Intrigante notar que este passou a catalisar o fortalecimento das forças produtivas e destrutivas do capital. A partir das décadas de 1960 e 1970, a produção em excesso exigiria dos bancos uma popularização do crédito, frente a uma classe trabalhadora exponencialmente atingida por uma constante redução da média salarial e pela franca ampliação do desemprego estrutural. O capital mobilizado por instituições bancárias também viria a ser largamente utilizado pelas indústrias para rechaçar a tendência de queda na sua taxa de lucro, de modo que seus endividamentos se tornaram preocupações centrais. Certos ramos produtivos adquiriram centralidade sem igual e destrutiva, a exemplo dos complexos militares industriais, que uma vez mais sorveram em meio à



guerra-fria (e também depois dela) os orçamentos públicos dos países imperialistas: tal mecanismo foi incorporado tanto pela via do financiamento da explosão produtiva desses complexos, quanto pelo lado da compra governamental das mercadorias bélicas, nem que seja para a manutenção de estoques absurdos. Em paralelo, os complexos produtivos de petróleo e de minérios exercem essa mesma função, na medida em que mobilizam os orçamentos públicos e seus excedentes nas praças financeiras preferencialmente, mas não exclusivamente, europeias. Outros complexos se beneficiam dessas possibilidades, tais como os: de bens de capital, o ramo químico, o agromonocultor, das corporações de mercadorias alimentares, o das indústrias extrativistas, o tecnológico, o próprio bancário, o ramo automobilístico, o energético, entre outros. O resultado dessas dinâmicas, ao longo do último quartel do século XX, é a impressionante hipertrofia o capital financeiro e correspondente estratificação da burguesia, com o surgimento de uma parcela especializada na administração desses mecanismos financeiros e do transbordamento da sua influência às demais formas históricas do capital. Isso possibilitou ao capitalismo articular um expediente de retroalimentação da sua potência, adensando os mecanismos destrutivos da sua crise estrutural e, por conseguinte, da elevação dos riscos impostos à espécie humana.

Em terceiro, convém registrar que, quando falamos em riscos, estamos justamente nos referindo à questão ambiental, visto que há uma estreita relação entre a revolução das forças produtivas, a crise estrutural acima descrita, o capital financeiro e a destruição das condições prévias indispensáveis à manutenção da espécie humana. Esse estado de capital potenciado implica em grande pressão para a aceleração de sua rotação, forçando as burguesias a universalizarem a produção de mercadorias cuja



utilização é decrescente: ou seja, abre-se a era da descartabilidade. Esse critério se aplica a tudo. Assim, como é considerado pelas burguesias, sob os postulados do capital, toda a colossal variabilidade de expressão da matéria física, tal como ela se desenvolveu na história do planeta Terra, inclusive os seres humanos, é tida como um objeto do trabalho alienado, como potenciais mercadorias, portadoras de valor. Sob os parâmetros dessa reificação geral, todas as expressões da natureza são entendidas como recursos ao capital e, conseqüentemente, estão submetidas à utilização decrescente: as burguesias precisam sob pressão de sua crise atribuir descartabilidade a tudo. Nessa toada, reforçamos, entra também os seres humanos, atingidos por essa obsolescência.

Se nos é permitido, registremos aqui alguns fatos que confirmam essa tese de supressão das condições prévias indispensáveis à manutenção da espécie humana. 1) notemos a desestruturação das condições atmosféricas, com os efeitos da crise estrutural sobre as emissões de gases poluentes e o efeito estufa. 2) vejamos a desestruturação das condições dos solos agricultáveis, por meio da lixiviação, da desertificação, da perda da fertilidade, envenenamento dos solos e, conseqüente, morte dos biomas terrestres. 3) o padrão se estende à supressão dos pré-requisitos para a vida nos meios aquáticos também: cabe mencionar o envenenamento dos cursos de água, mesmo a morte de rios caudalosos (como o Rio Doce), bem como o aquecimento dos oceanos, o derretimento das calotas polares, a elevação do nível dos oceanos, além de sua acidificação e ampla poluição. 4) os seres vivos são igualmente atingidos pela eliminação das condições de sua existência: assim nos prova a extinção da microbiota e das microfaunas, de toda sorte de biomas (a exemplo do Cerrado brasileiro); a extinção dos



insetos, notadamente os polinizadores e seus impactos sobre a reprodução da flora; a extinção de espécies de animais de todo porte e tipo.

Não se pode supor que, nesse cenário de catástrofe, a única espécie a sair ilesa é o *homo sapiens sapiens*. Estamos sob risco de autoextinção e precisamos considerar qualquer análise a partir desse ponto. A crise estrutural esgotou qualquer efeito civilizatório que, por ventura, um dia o capital possuiu. Desde a transição entre as décadas de 1960 e 1970 até o presente momento, todas as tentativas defensivas de sustentar a dinâmica de expansão e acumulação, sob o assombro da queda da taxa média de lucro, edificaram-se sobre o crescente aumento do aporte de negatividades, acompanhadas da diminuta geração de significativas positivities à humanidade. Esse desbalanço culmina na crescente supressão das condições prévias indispensáveis à manutenção da espécie humana, a qual se aproxima de um ponto de não retorno.

Tal esgotamento repõe em tela a imperiosa necessidade do comunismo, do qual as bases teóricas já foram pensadas por Marx, no século XIX, e ainda continuam atuais, por serem capazes de extinguir a relação social capital, de repor às maiorias produtoras o controle consciente e cooperado dos processos produtivos e distributivos, mediados pelas necessidades humanamente desejáveis, liberando as potências criativas da humanidade e possibilitando a auto-organização de sua salvação. Para tanto, é preciso construir um vasto movimento que supere a atual inércia defensiva das forças sociais do campo da emancipação humana, em face dessa catástrofe anunciada. As tarefas históricas se desdobram para todas as dimensões da vida em geral e, por conseguinte, da humana em específico: elas são amplas e devem considerar as particularidades de cada uma das nações, de suas histórias e culturas. O diverso, o heterogêneo, são



enriquecedores da experiência humana; não devem ser combatidos, mas até estimulados. Certamente, a teoria revolucionária é fundamental para revolução comunista, na medida em que atua solidariamente, a um só tempo, balizando as ações do movimento e aprendendo com ele.

É por meio dela que os sujeitos históricos se vêm em condições de adotarem estratégias mais precisas, aumentando as possibilidades de acerto. É nesse diapasão que os editores desta Revista reiteram seus compromissos com a teoria revolucionária e se esforçam ao máximo para trazer sua infinitesimal colaboração ao campo da teoria necessária à revolução comunista.

Agradecemos de antemão a importante contribuição da Artista convidada Maíra Arantes L. Wick, cujo trabalho enriqueceu a qualidade da Revista Fim do Mundo e provoca a reflexão sobre as consequências ambientais deixadas pela aceleração inconsequente da produção capitalista. Suas fotografias “Enterro do Rio Doce” e “Águas pútridas da foz” têm como origem seu projeto de registrar os danos ambientais e sociais causados pelo rompimento de rejeitos da mineradora Samarco.

Na seção de artigos, contamos com a contribuição de Ana Carolina A. Borges da Silva e de Adilson Marques Gennari que buscam um mergulho nos debates sobre a crise do capital e a destruição ambiental, enquanto faces da mesma moeda em: “**Destruição ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista**”. Na sequência, Ivan Lucon Jabob elucida sobre a urgência de debater as pressões exercidas pelos imperativos elementares da sobrevivência humana no sistema do capital, em suas “**Breves notas sobre a ecologia como limite absoluto ao capital em Mészáros**”. Layza Rocha Soares se debruça para construir uma interpretação sobre o neoliberalismo desmistificando sua



capacidade de intensificar a crise ambiental em **"O neoliberalismo e sua impossibilidade de solucionar os problemas ambientais"**.

Por sua vez, Eduardo Sá Barreto apresenta uma aproximação crítica sobre a ideia do projeto do *Green New Deal*, fundamentando seu trabalho na crítica ao modo de produção frente às mudanças climáticas em **"Crise climática e o Green New Deal: uma primeira aproximação crítica"**.

Posteriormente, Henrique Novaes constrói sua contribuição no olhar sobre o modo de produção, indicando seu caráter destrutivo e o caminho ao colapso ambiental. Na contramão deste processo, apresenta as alternativas propostas pela agroecologia em uma perspectiva marxista em **"Produção destrutiva, colapso ambiental e agroecologia na ótica marxista"**.

O último artigo traz a contribuição do antropólogo Daniel Lopes Faggiano, cujo trabalho apresenta um panorama da resistência dos povos indígenas frente à ofensiva do capital, discutindo possibilidades históricas de superação do capitalismo em **"Autodeterminação indígena: o sentido do movimento histórico e a riqueza das múltiplas possibilidades futuras"**.

Na seção de resenhas, prosseguimos com os debates sobre a necessidade de superação do capitalismo frente à crise estrutural do presente, através de mais uma contribuição de Ana Carolina Borges da Silva que nos apresenta o livro de Hervé Kempf: **"Para salvar o planeta, livre-se do capitalismo"**. A segunda resenha, de Yvon Quiniou, traduzida ao português por Paulo Alves de Lima Filho, do livro **"Pensando com Marx hoje. Tomo IV. Comunismo?"** de Lucien Sève, tem, além de sua importância no sentido de propor uma construção teórica de transição para uma nova sociedade, um caráter de homenagem.

Lamentavelmente, nosso camarada, Lucien Sève, que inclusive faz parte do conselho editorial e científico da Revista Fim do Mundo (em



memória), foi vencido pela pandemia de Coronavírus. Nos deixou aos 93 anos no fim do mês de março de 2020. Sua contribuição à teoria revolucionária é de extrema importância e para ficar registrado, concluímos esta edição com um **Memorial** em sua Homenagem, além da resenha de seu último livro.

Antes do Memorial, completam este número 2 excelentes entrevistas. A primeira com **Plínio de Arruda Sampaio Junior**, que discute o contexto atual da crise. A segunda com **Eduardo Sá Barreto**, que aprofunda ainda mais as discussões sobre a questão ambiental.

Assim, seguindo o horizonte das transformações apresentamos esta segunda edição da Revista Fim do Mundo. Nosso pleito, evidentemente, não é o Fim do Mundo, mas sim a restauração da plena e rica expressão da matéria e das potencialidades humanas. Fica então o convite ao leitor para se filiar à nossa trajetória, para ombrear àqueles que pretendem a revolução, que desejam a emancipação dos povos, que têm em seu horizonte um Novo Mundo. Esperamos que os artigos dessa revista sejam de grande proveito e sirvam de estímulo à reflexão crítica, vital para a humanidade. Eis o nosso desejo.

Boa leitura a todos.

Maio de 2020.

*Equipe editorial do Dossiê Temático*

Adilson Marques Gennari

Layza Rocha Soares

Rogério Fernandes Macedo



# Artigos



# Destruição ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista

Ana Carolina A. Borges da Silva<sup>1</sup>  
Adilson Marques Gennari<sup>2</sup>

## Resumo

O objetivo desse ensaio é refletir sobre duas faces da mesma contradição do mundo contemporâneo: a questão da destruição ambiental bem como a compreensão da desigualdade social e como os dois temas são imbricados e inseparáveis. Desde as primeiras discussões sobre meio ambiente, nos anos 1970, a desigualdade já era colocada como questão fundamental. O fenômeno da destruição ambiental em curso anda de mãos dadas com a desigualdade social e o fenômeno global da pobreza. As populações pobres são as mais afetadas pela produção destrutiva do atual desenvolvimento capitalista. Esse fenômeno se revela de várias formas: na falta de saneamento básico, ausência de água potável, "crise dos alimentos", além da população pobre habitar áreas de maior risco. Portanto, o combate à desigualdade social depende também da conservação do meio ambiente. O encaminhamento de ambos problemas dependem de novas relações éticas, políticas e econômicas, que se desenvolva no âmbito da construção de uma nova sociabilidade para além do domínio absoluto atual dos interesses do capital.

**Palavras-chaves:** crise, meio ambiente, capital.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, com mestrado em Sociologia pela mesma instituição. É graduada em Ciências Sociais pela UNESP – Campus de Araraquara e Especialista em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra – Portugal. Realizou Estágio Doutoral junto ao LADYSS - Université Paris X -Nanterre – France e visita técnica junto ao Grupo Ecologia e Sociedade – Universidade de Coimbra – PT. É pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – PE, desde 2013 atua como pesquisadora, ambientalista e produtora cultural no sertão pernambucano. [acborges@outlook.com.br](mailto:acborges@outlook.com.br)

<sup>2</sup> Professor da FCLAr/UNESP; Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP e Coordenador do Grupo de Pesquisa em História Econômica Contemporânea (GPHEC/FCLAr/UNESP).  
[gennariadilson@gmail.com](mailto:gennariadilson@gmail.com)



## Resumen

El objetivo de este ensayo es reflexionar sobre dos caras de la misma contradicción del mundo contemporáneo: la cuestión de la destrucción del medio ambiente, así como la comprensión de la desigualdad social y cómo los dos temas son abrazados e inseparables. Desde las primeras discusiones sobre el medio ambiente, en la década de 1970, la desigualdad ya era un tema fundamental. El fenómeno de la destrucción ambiental en curso va de la mano con la desigualdad social y el fenómeno global de la pobreza. Las poblaciones pobres son las más afectadas por la producción destructiva del desarrollo capitalista actual. Este fenómeno se revela de varias maneras: la falta de saneamiento básico, la falta de agua potable, la "crisis alimentaria", además de la población pobre que vive en las zonas de mayor riesgo. Por lo tanto, la lucha contra la desigualdad social también depende de la conservación del medio ambiente. El manejo de ambos problemas depende de nuevas relaciones éticas, políticas y económicas, que se desarrollan dentro del alcance de la construcción de una nueva sociabilidad más allá del dominio absoluto actual de los intereses del capital.

**Palabras clave:** crisis, medio ambiente, capital.

## Abstract

The purpose of this essay is to reflect on two faces of the same contradiction in the contemporary world: the issue of environmental destruction as well as the understanding of social inequality and how the two themes are embraced and inseparable. Since the first discussions about the environment, in the 1970s, inequality was already a fundamental issue. The phenomenon of ongoing environmental destruction goes hand in hand with social inequality and the global phenomenon of poverty. Poor populations are most affected by the destructive production of current capitalist development. This phenomenon is revealed in several ways: the lack of basic sanitation, the absence of drinking water, the "food crisis", in addition to the poor population living in areas at greatest risk. Therefore, the fight against social inequality also depends on the conservation of the environment. The handling of both problems depends on new ethical, political and economic relations, which develop within the scope of building a new sociability beyond the current absolute domain of capital's interests.

**Keywords:** crisis, environment, capital.



## Introdução da questão ambiental

A década de 1970 é referência para se definir o marco do início das discussões a respeito da questão ambiental como um problema a ser enfrentado pela humanidade. Tal afirmação pode ser evidenciada com um acontecimento que abriu as discussões no âmbito institucional internacional: que foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento em Estocolmo – Suécia, em 1972. Apesar de todas as controvérsias que envolveram o debate sobre a questão do desenvolvimento econômico e a questão da preservação ambiental, seja no centro, seja na periferia do mundo, foi instaurada - mesmo a contragosto de diversos líderes políticos, principalmente das nações em desenvolvimento, como o Brasil -, a ideia de estarmos num momento onde todas as decisões no âmbito econômico ou político deveriam levar em conta a questão ambiental.

A partir da década de 1970 a questão da destruição do meio ambiente ganhou relevância nos meios intelectuais e políticos de modo a tornar-se elemento fundamental de novos movimentos sociais. No início do século XXI os motivos de tal importância já estão bem claros: convivemos no dia a dia com a destruição ambiental explicitada pela devastação das florestas tropicais, pelo efeito estufa e as dramáticas mudanças climáticas que impõe preocupação na população por todo o globo terrestre.

Foi durante a Conferência de Estocolmo que os debates em torno das causas e soluções para enfrentar a destruição ambiental foram colocados sob dois aspectos. O primeiro, trazido pelos técnicos do MIT (Massachusetts Institute of Technology), autores do Relatório Meadows e pelo Clube de Roma, colocou a proposta do crescimento zero para o mundo todo, sob a hipótese de uma catástrofe ambiental mundial. Esta proposta teve o apoio



de 77 países ditos do terceiro mundo. A segunda contribuição mencionada ao debate, segundo Herculano (1992) vem do campo marxista através do *Manifesto pela Sobrevivência*, publicado também em 1972, no qual se culpava o consumismo extremado, de interesse do industrialismo capitalista, como sendo o responsável pela degradação ambiental, conseqüentemente, a forma de combater a destruição ambiental seria combater o próprio capitalismo.

Na literatura que aborda as tensões entre o desenvolvimento capitalista e a destruição ambiental verificamos que um dos primeiros aspectos contraditórios desse processo foi classicamente levantado por um dos seus maiores críticos: Karl Marx (1986, p. 107), segundo o qual

[...] no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas.

Segundo Guimarães (1988), a história da humanidade é a história de suas relações com a natureza e quanto mais avançada a sociedade tecnológica, mais íntimas e mais exigentes se tornam as inter-relações entre seres humanos e natureza. Assim, à medida que as civilizações se empenham em satisfazer necessidades e aspirações humanas crescentes, novas e mais intensas demandas são impostas ao meio ambiente.

Já para Altvater (1995) o desenvolvimento econômico é contrário à proteção do meio ambiente, na medida em que a riqueza, medida pelo grau de industrialização e pelo que ela possibilita em termos de oferta de bens de consumo e de utensílios, é aumentada na mesma proporção que a pobreza. Neste sentido, podemos dizer que os limites do desenvolvimento capitalista



e também do desenvolvimento sustentável estão na necessidade da superação do atual modo de produção, com a substituição de sua ética da exploração e da competição por novos valores.

O recente processo de mundialização do capital suscita a necessidade de um novo paradigma. Neste sentido, para Guimarães (2001) esse paradigma alternativo à globalização capitalista deve recusar o crescimento econômico ilimitado, o esgotamento dos recursos naturais e o aumento da exclusão social. Assim, a sustentabilidade depende da inter-relação entre: população (tamanho, dinâmica); organização social (padrão de produção, estratificação); entorno (ambiente, recursos naturais); tecnologia (inovação, energia) e aspirações sociais (valores, cultura), denominada “equação do POETA”.

Geralmente afirma-se que a destruição ambiental encontra nos países do Norte seus maiores responsáveis, o que de não deixa de ser verdade, entretanto, as afirmações apenas de caráter territorial podem conter armadilhas, não só porque escondem as contradições entre as classes dentro das nações, mas também porque não ressaltam a importância das ações destrutivas das corporações que se encontram tanto nos países chamados desenvolvidos do Norte quanto no Sul “em desenvolvimento”. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2001, p. 297):

os países do Norte ‘especializaram-se’ na poluição industrial e em tempos mais recentes têm conseguido exportar parte dessa poluição para os países do Sul, quer sob a forma de venda de lixo tóxico, quer por transferência de algumas indústrias mais poluentes por ser aí menor a consciência ecológica e serem menos eficazes os controles antipoluição.



A forma em que a sociedade capitalista se organiza implica necessariamente em problemas ambientais e sociais. De todos “os efeitos da poluição e da degradação ambiental em geral, os mais ameaçadores são hoje em dia o efeito estufa e a degradação da camada de ozônio” (*ibidem*) e os

fatores da transnacionalização do empobrecimento, da fome e da má nutrição tiveram entre muitas consequências adversas a da degradação ambiental. A pressão para intensificação das culturas de exportação combinadas com técnicas deficientes de geração de solos, levaram à desertificação, à salinização e à erosão. A destruição das florestas tropicais, sobretudo no Brasil e na América Latina mas também na Indonésia e nas Filipinas, é apenas o exemplo mais dramático.” (*ibidem*, p. 296)

O autor conclui que o significado da crise mundial atual está na

acumulação das irracionalidades, no perigo iminente de catástrofe ecológica, na miséria e na fome a que é sujeita uma grande parte da população mundial – enquanto há recursos disponíveis para lhes proporcionar uma vida decente e uma pequena minoria da população vive numa sociedade de desperdício e morre de abundância -, na destruição pela guerra de populações e comunidades em nome de princípios étnicos e religiosos que a modernidade parecia ter descartado para sempre, na droga e na medicalização da vida como solução para um cotidiano alienado, asfixiante e sem solução (*ibidem*).

Para Mészáros (1989, p. 29), “devemos ter em mente que a alienação dos meios de produção do produtor é, simultaneamente, também a perversa metamorfose de tais meios de produção em capital.” Neste sentido, toda a



maquinaria do atual estágio do capitalismo necessariamente serve mais a propósitos destrutivos do que a objetivos produtivos. Além das guerras, verifica-se um aumento na velocidade de obsolescência das mercadorias produzidas de modo que temos uma taxa decrescente de uso de todos os bens produzidos nunca antes verificada na história.

Tal processo destrutivo engendra uma crise social com uma espécie de *new apartheid* que fica evidenciado na atual reorganização urbana onde “nas cidades, os ricos se enclausuram em fortalezas, recolhem-se em condomínios cercados de muralhas e rigorosa vigilância, protegendo-se contra as ondas da pobreza.” (ALTVATER,1995, p. 25)

Curiosamente, não é o crescimento econômico em si que causa a destruição ambientais, como advogam algumas tendências ambientalistas e críticas. Compartilhamos com a ideia de Altvater segundo a qual o problema da destruição da biosfera, o efeito estufa e todos os problemas daí decorrentes, como por exemplo, o aquecimento global, é inerente à sociedade capitalista e não apenas ao crescimento econômico. Assim, “o problema não reside na dimensão dos coeficientes de crescimento econômico, mas no modo de regulação do ‘metabolismo’, da troca material entre natureza, indivíduo e sociedade” (1995, p. 30). Nesta direção, Altvater conclui que:

a sociedade industrial capitalista de modo algum soçobrará em consequência de crises econômicas; mas ela gera uma lenta crise civilizatória, uma expressão do entropismo da natureza e do sistema social, e do antientropismo da economia das transformações materiais e energéticas no processo de desenvolvimento (*ibidem*).



Neste sentido, na atual sociedade, mergulhada em profundas mudanças decorrentes do processo de globalização e de revolução constante dos meios de produção com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação e, nos dias que correm, com a introdução das inovações da chamada quarta revolução industrial e das tecnologias 5G. Evidentemente essas mudanças aprofundam as contradições da sociedade capitalista, com destaque para a crescente desigualdade social entre ricos e pobres, entre países ricos e pobres e o brutal processo de destruição ambiental, tanto no que se refere à produção de produtos supérfluos e a chamada obsolescência planejada, quanto seu impacto profundo na devastação do meio ambiente.

Neste ambiente de incorporação intensiva de inovações e, portanto, das novas conquistas tecnológicas no campo da robótica, da informática e da biotecnologia, tanto a tecnologia quanto a produtividade do trabalho dão saltos exponenciais. Se de um lado observa-se o crescimento sem precedentes da produção de mercadorias – o que vem transformando a China na nova “fábrica do mundo”, de outro lado, verifica-se um devastador impacto cuja característica principal é seu duplo aspecto: as forças produtivas do capitalismo, postas em movimento principalmente desde a primeira revolução industrial, vem se transformando em forças destrutivas com seu duplo impacto: sobre o meio ambiente (destruição ambiental) e sobre a força de trabalho (desemprego estrutural e informalização crescente), ou seja, as mesmas forças que promovem o aumento da produção, reproduz a natureza e os homens e mulheres da classe operária como dejetos de um processo de industrialização caracterizado pela hiperprodutividade do trabalho, ou seja, nunca se produziu tantas mercadorias



em tão pequeno lapso de tempo, e ao mesmo tempo, nunca se destruiu tantos empregos e a própria natureza.

## A desigualdade e meio ambiente

A população mais pobre é a mais afetada pela destruição ambiental posto que sofre a um só tempo o impacto do aumento desmesurado do desemprego, que torna-se estrutural, e da devastação ambiental com a proliferação de doenças, a favelização urbana, a falta de água potável e de saneamento básico<sup>3</sup>.

A desigualdade social vem crescendo em todas as partes do mundo sendo os dados escandalosos: 1% da população concentra 50% de toda a riqueza do planeta e 70% da população global vive apenas com aproximadamente 3% da riqueza produzida<sup>4</sup>. Segundo o relatório das Nações Unidas de 2020, a renda e a riqueza estão cada vez mais concentradas no topo da lista de países mais ricos. A parcela dos 1% mais ricos aumentou em quase todos os países mais ricos enquanto que os países mais pobres viram sua renda e riqueza diminuir<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup>“Em relação à coleta de esgoto, o Brasil ainda tem muito por fazer. Quase 30% dos domicílios brasileiros ainda não têm saneamento adequado, segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2013 (IBGE). O conceito de saneamento adequado abrange serviços essenciais para tornar a moradia saudável e digna: abastecimento de água e esgotamento sanitário ligados à rede geral, coleta de lixo e iluminação elétrica”. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/escassez-de-agua/materia.html?materia=brasil-nao-trata-a-maior-parte-do-esgoto-urbano.html>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

<sup>4</sup> “1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta”. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/13/economia/1444760736\\_267255.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/13/economia/1444760736_267255.html)>. Acesso em: 30 mar. 2020.

<sup>5</sup> World Social Report 2020. Inequality in a rapidly changinf world. United Nations.



Neste sentido, é possível afirmar que a manutenção de uma estrutura social que promove a permanência, e muitas vezes o aumento da pobreza mundial, é a responsável pela mesma dinâmica que provoca a devastação ambiental; sendo desta forma duas faces do mesmo processo de produção destrutiva na nova fase do capitalismo globalizado.

Portanto, para combatermos tanto a devastação ambiental, quanto a desigualdade social, dependemos da criação de novas formas de sociabilidade, na qual a ética social esteja pautada em novos valores, contrários à estrutura capitalista do lucro a qualquer preço; a ideia de que o meio ambiente é um bem coletivo e que não se pode delimitar fronteiras a sua destruição e consequências. Isto faz com que pensemos que, a ética de uma nova sociedade deve ser pautada no senso de coletividade, onde para preservarmos o bem comum da humanidade, que está contido na natureza, devemos nos relacionar de forma coletiva também, tendo como objetivo a preservação da nossa própria espécie.

É urgente tecer uma reflexão crítica sobre as mudanças na forma de reprodução da sociedade contemporânea. Tal reflexão deve levar em conta que na acumulação ampliada do capital operam permanentemente as forças da concorrência capitalista, da concentração e centralização dos capitais num universo imerso nas lutas sociais entre classes e frações de classes. Este contexto desencadeia processos contínuos de inovações tecnológicas que podem assumir um caráter de revolução tecnológica, ou seja, pode assumir um caráter de crise e mudança de paradigma.

---

Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/02/World-Social-Report2020-FullReport.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2020.



Na base da mudança e da revolução em questão está, de um lado, a busca constante de diminuição dos custos e elevação dos lucros por parte das corporações capitalistas e, de outro lado, a luta das classes trabalhadoras para minimizar o grau de exploração a que estão submetidas. As implicações são profundas no que tange à diminuição dos preços das mercadorias, bem como no fenômeno da queda também acentuada da demanda de trabalhadores por todo o sistema.

Isto posto, é preciso entender que o atual processo histórico de acumulação de capital tem por corolário o aumento colossal da velocidade de rotação do capital, isto é, do tempo em que o dinheiro-capital se transforma em mercadorias e, ao completar o ciclo, volta às mãos dos capitalistas ou investidores.

Um dos aspectos perversos desse movimento do capital e suas inovações e revoluções técnicas é o fato da necessidade cada vez menor de trabalhadores no processo produtivo em função da adoção de máquinas e processos mais eficientes para enfrentar a permanente concorrência e a luta de classes, vai, no processo, como na reflexão de Marx (1980)<sup>6</sup> transformando a classe trabalhadora, crescentemente, em classe supérflua, seja pela simples extinção de cargos ou funções, seja pelo corte de custos com a eliminação de postos de trabalho.

Paradoxalmente, parte significativa da população trabalhadora se vê transformada em pessoas “supérfluas” em relação às engrenagens super-modernas de uma sociedade de alta tecnologia. Simultaneamente, o aumento da produtividade do trabalho e da rotação do capital que o acompanha, ao reduzir a taxa de utilização das mercadorias produzidas, seja pelo lançamento de novos produtos ou similares, seja pela planejada

---

<sup>6</sup> Capítulo XXIII de “O Capital”.



obsolescência dos mesmos, transforma crescentemente as mercadorias em detritos ou entulhos, provocando o desmesurado aumento da destruição ambiental. Assim, neste processo, os seres humanos são vistos como “recursos humanos” ou “mão-de-obra”, e a natureza como “recursos naturais” inesgotáveis, para um processo irracional de produção de massas crescentes de lucros para os acionistas das corporações de escopo.

### **A economia da crise permanente**

É preciso considerar, como o fez o filósofo Mészáros em sua obra *Para Além do Capital*, que na atual quadra histórica de crise estrutural o capital esbarra em seus limites histórico-estruturais. O fenômeno que Marx vivenciou e verificou no final do século XIX representa apenas uma gota no oceano se levarmos em conta o grau de desenvolvimento e de capacidade alienatória que o capital adquiriu no início do século XXI. Trata-se do mais alto grau da construção da edificação da reificação. O capital se transformou numa espécie de religião, ou seja, sua praxis atual consiste na captura do “espírito” dos trabalhadores, transformados em “colaboradores”. Tal praxis religiosa consiste na criação de uma avassaladora máquina de “gestão da percepção das pessoas” levada a cabo por uma gigantesca indústria da pós-propaganda, que investe bilhões de dólares por todo o globo para capturar a percepção (os investimentos capitalistas em propaganda somente são superados pelos investimentos no complexo industrial militar) e, portanto, as mentes das crianças e dos adultos, no sentido de criar indivíduos desassociados de si e reduzidos a consumidores, isto é, como não-pessoas e não-indivíduos, ídólatras do mundo das mercadorias.



Os sacerdotes da nova religião do capital são os economistas, que conseguiram transformar a ciência econômica em engenharia econômica geradora de modelos e credos neoliberais. Tais ideias buscam convencer os fiéis consumidores de que “não há alternativa” além do mundo do capital e das mercadorias. Não há felicidade possível fora do mundo do *business* e dos shopping centers e de que não existe história, ou seja, desde a gruta de Jericó até o fim dos tempos, os homens viveram e viverão num infinito mercado capitalista. Além das reflexões de Walter Benjamin (2011) onde o capitalismo se transformou numa religião do desespero sem deus, o que dá a concretude religiosa é aquilo que Marx apontou em *O Capital*: os homens criam os mercados e o próprio capital e depois invertem a relação criador-criatura. Assim, todos estão submetidos ao capital, agora convertido em símbolo (BORDIEU, 1989) e objeto de veneração.

Enfim, vimos como a crise do capital é engendrada pela própria ação dos capitalistas em seu dia a dia enquanto personas do capital, ou seja, a crise é fruto de um necessário desequilíbrio entre a oferta e a demanda global gerado pela produção de mercadorias pela própria ação dos capitalistas que ao transformar dinheiro em capital (investimento ou formação bruta de capital fixo) e no afã de se apoderar de uma parte do excedente econômico, colocam na esfera da circulação proporções desiguais de valores ora na forma dinheiro, ora na forma mercadoria. Tal desproporção é necessária ao capital e aos capitalistas, pois ela é a própria expressão da desigualdade no seio da esfera da produção que tem como sentido de sua existência a produção da mais-valia. Dito de outro modo, se não existisse este desequilíbrio estrutural e a conseqüente crise, não poderia haver apropriação privada do trabalho coletivo e, portanto, não poderia existir o próprio modo de produção capitalista.



Por fim, vimos que a crise atual, vista como a crise estrutural do capital que vem desde os anos 1970, ou enquanto sua manifestação empírica representada pelo estouro da bolha financeira de 2008, tem suas origens ontológicas na crise do capital anteriormente abordada. O que chama mais a atenção em sua manifestação atual é, em primeiro lugar a sua aparência financeiro especulativa na atual fase de globalização (SOUSA SANTOS, 2002) e, em segundo lugar a forma como o capital se apoderou da esfera pública para administrar a coleta da mais-valia do sistema, para transferi-la para o capital que assume a forma eminentemente financeira e global.

Isto significa que atualmente a crise se manifesta como déficit público ou como dívida pública gigantesca na medida em que na crise estrutural, (veja, por exemplo, o caso do Brasil onde praticamente metade da arrecadação de impostos anuais é destinada ao pagamento dos juros da dívida) os capitais usam do expediente de impor uma política econômica a todos os países, que tem como objetivo remunerar o capital na forma de juros de títulos da dívida pública, de modo que toda a sociedade passa a transferir o excedente econômico para os capitais, que garantem no mínimo a taxa de juro arbitrada pelos Bancos Centrais, e ainda tem a garantia do fundo público, ou seja, o déficit público é na verdade a remuneração dos capitais privados no afã de manter sua insaciável e ontológica acumulação pela acumulação.

No coração da crise atual do capital está o interesse imperialista concreto das corporações de escopo que a um só tempo são organizações produtivas e financeiras. Senão vejamos: aprendemos com o livro terceiro da obra "O Capital" de Karl Marx que, as ações das corporações e os títulos que circulam no mercado de capitais, representam, em última instância, direitos



sobre a mais-valia futura. Isto explica a crescente importância que as expectativas (dos agentes, do mercado ou simplesmente dos investidores e especuladores) assumirão na história do capitalismo. Neste sentido, as expectativas sobre a economia determinará o preço das ações e dos títulos. Daí, as contradições, dilemas e problemas na esfera produtiva, ou nos chamados fundamentos da economia, que alteram as expectativas e provocam um ajuste *ex-ante* no valor das ações e títulos.

As instituições bancárias e financeiras se apropriam destes títulos e ações e formam uma verdadeira aristocracia financeira global. Capturam os Estados nacionais porque utilizam-se do mercado de títulos e papéis emitidos pelos Estados, assim como fazem com outros títulos em outros mercados. A desregulamentação financeira global, levada a efeito principalmente desde os anos 1990, na esteira da onda neoliberal e da globalização hegemônica, criou derivativos e novos produtos financeiros que tiveram por efeito amplificar a financeirização e o volume de capital financeiro global. No início do século XXI a massa de capital financeiro representa aproximadamente dez vezes o total de todo o PIB global. É em si mesmo uma hiper bolha financeira.

O interessante e relativamente novo é que as corporações de escopo converteram parte do seu capital em carteira de títulos e, portanto, o antes chamado capital produtivo se funde ao capital financeiro e daí surge, tanto a nova corporação de escopo, quanto o próprio capital financeiro, uma vez que o próprio lucro das corporações incluem em seu montante partes de juros e remunerações financeiras, de modo que as corporações do século XXI se apropriam da mais-valia de outra forma que as segmentadas empresas de outrora. Lenin captou em seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo* a gênese deste processo. Hoje encontramos sua maturidade,



onde o capital de uma só vez consegue capturar a mais-valia, como empresa, como banco e como sócia dos Estados Nacionais via dívidas públicas crescentes em todo o globo, transformando-se em uma massa de capital virtual.

Assim, a crise é no fundo, uma crise de superprodução de capital (tanto a crise de 2008 quanto a recente crise de 2020, que também assumiu um caráter ambiental de pandemia com a propagação global de um vírus mortal ou corona vírus). É uma crise estrutural deste capital híbrido e totalizante.

Esta nova crise assume a aparência de uma crise financeira, mas é de fato uma crise de superprodução de valor que provoca, como dantes, uma tendência à queda na taxa de lucros e a sua consequente necessidade de queimar capital. Tudo no sentido de que o capital e seus representantes necessitam restabelecer a taxa de lucro e neste sentido, a crise cria um aparente caos que tem como objetivo queimar parte do capital e reestabelecer a taxa de exploração, mesmo que para isso tenha que desindustrializar áreas inteiras do planeta e migrar para novos mercados que disponibilizam matérias-primas e força de trabalho com taxas de exploração compatíveis com seus interesses de lucros. Neste sentido, as teses clássicas de Rosa Luxemburgo sobre a necessidade do imperialismo nunca foram tão atuais.

O capital como contradição e crise permanente enfrenta resistência de um grande movimento global contra-hegemônico, que se manifesta nos fóruns sociais, nos novos movimentos sociais e nos levantes que “pipocam” pelo mundo. Segundo Barca (2012, p. 76), a classe trabalhadora é a mais interessada num outro tipo de desenvolvimento, uma vez que



as pessoas da classe trabalhadora são as mais ameaçadas pela destruição do meio ambiente, porque trabalham em ambientes perigosos, vivem nos bairros mais poluídos e têm menos possibilidades de se mudar para uma área não contaminada ou comprar alimentos saudáveis. Portanto, eles têm o maior interesse em desenvolver políticas de sustentabilidade. É do interesse da ordem social dominante ocultar esse fato e impedir a formação de alianças entre os movimentos sociais.

Portanto, a saída da crise, rumo a outra sociabilidade, encontra terreno amplo na lutas sociais e no debate intelectual em curso e possui um caráter eminentemente ecológico e, neste sentido, ir além do capital significa a conjunção mais acentuada do movimento dos trabalhadores com os movimentos eco feministas e eco socialistas e étnico-raciais em nível global rumo a outra globalização. Tais movimentos contrapõe-se ao conservador *"there is no alternative"* com o brado dos de baixo: *"outro mundo é possível"*.

### **Considerações Finais**

Se no século XVIII o pensamento liberal clássico ainda refletia os ideais e a realidade da burguesia como uma nova classe revolucionária em relação ao passado medieval, já no primeiro quartel do século XXI esse ideário, transfigurado no chamado neoliberalismo, reflete as aspirações dos senhores do apocalipse já que as ações dos detentores do capital se transformaram em atos destrutivos do meio ambiente e das condições de vida das maiorias.



As evidências estão por todos os lados. Veja por exemplo o fato inimaginável onde um por cento da população detém aproximadamente cinquenta por cento das rendas de toda a população do globo, e veja o fato inescapável da destruição do meio ambiente por uma economia predatória e sem limites que desencadeia uma série de problemas como o aquecimento global e, por que não dizer, pandemias e ondas de fome e miséria. Portanto, desigualdade social e destruição ambiental se colocam como duas faces da mesma moeda de uma economia e sociedade do capital que tem como principal característica, o seu caráter destrutivo.

Cientistas sociais, filósofos e pesquisadores de todas as áreas já apontaram os possíveis encaminhamentos. De certo o capital é incontrolável, entretanto, ações coordenadas poderiam salvar milhões de pessoas da barbárie do capital e porque não dizer salvar a própria civilização. Substituir os combustíveis fósseis por outras fontes renováveis, de preferência o paradigma solar (CAPRA, 2012); substituir o transporte individual pelo transporte coletivo sobre trilhos; promover um amplo programa de transferência de renda e cidadania viabilizado com a simples e justa cobrança de impostos dos mais ricos; investir pesado e reestatizar os setores de serviços essenciais tais como comunicação, transporte, distribuição de alimentos, saúde e educação; viabilizar e aprofundar a reforma agrária nos países do Sul, a economia familiar e a agroecologia; propor e implementar a reforma urbana com a eliminação do fenômeno dos sem teto; viabilizar investimentos em ciência, educação e tecnologia em áreas sensíveis à implantação de uma sociedade socialmente justa e ambientalmente construtiva; implantar imediatamente um amplo programa de transferência de renda cidadã independente da renda, da classe e da escolaridade do cidadão.



Para isso é preciso não permitir os defensores do neoliberalismo e do capitalismo destrutivo de promoverem a qualquer custo políticas econômicas para a concentração de renda e para a transferência de bilhões dos fundos públicos para o capital financeiro e especulativo, como ocorre atualmente em todos os países do mundo em decorrência de políticas e recomendações suicidas das agências de fomento e regulação internacionais.

É urgente redefinir a ordem mundial, a começar pela reinvenção do FMI e do Banco Mundial. De cara inverter suas prioridades e recomendações substituindo sua orientação liberal e destrutiva para uma abordagem ambiental e socialmente justas, e neste sentido, utilizar os empréstimos e poder de barganha para redefinir o rumo da economia global, ou seja, será necessário um novo ordenamento global com novas diretrizes conectadas com os anseios das majorias, dos movimentos dos trabalhadores, estudantes, ambientalistas, feministas, étnico-raciais e redistributivistas, ou seja, refundar a sociedade no sentido de uma economia cooperativa e solidária, indo além da lógica perversa do capital.

## Referências

- ARRIGHI, G. (1994) **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP.
- ALTVATER, Elmar. **O Preço da Riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- ANDERSON, P. "Balanço do Neoliberalismo". In: SADER, E. (org.) **Pós-neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **"O combate à Pobreza no Brasil" Relatório do Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico, nº 20475-BR**. Depto. do Brasil, março/2001.



- BARCA, Stefânia. (2012) "On working-class environmentalism: a historical and transnational overview". **Interface: a journal for and about social movements**. Vol. 4 (2) 61-80. November.
- BENJAMIM, Walter. (2015) "**O capitalismo como religião**". Disponível em: [http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/garrafa/garrafa23/janderdemelo\\_capitalismocomo.pdf](http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/garrafa/garrafa23/janderdemelo_capitalismocomo.pdf). Acesso em 16-jan-2015.
- BOURDIEU, Pierre. (1989) **O poder simbólico**. Lisboa: Difel.
- BRESSER PEREIRA, L. C. (2009) "crise e recuperação da confiança". In: **Revista de Economia Política**, Vol. 29, n. 1, pp. 133-139, jan. mar. De 2009.
- BARROS, Ricardo P. e MENDONÇA, Rosane. "Os determinantes da desigualdade no Brasil". RJ: **IPEA, texto para discussão n° 377**, jul. 1995.
- BRAGA, José C. S. "Financeirização Global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo". In: TARARES M. C. e FIORI, L. **Poder e dinheiro**, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CÂNDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito**, São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- CAPRA, Frijof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.
- CEPAL. **Panorama social de América Latina**. Nações Unidas: 2006.
- CHESNAIS, F. "A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século". **Revista Economia e Sociedade**, n. 5: 1-30. Campinas: UNICAMP. Dez. 1995
- DEBORD, Guy. **La société du spectacle**. Paris: Éditions Camps Livres, 1967.
- DINIZ, N.; SILVA, M.; VIANA, G. (Orgs.) **O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- ESTENSSORO, Luís. "**Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**". Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2003.
- FURTADO, Celso. (1992) "Repensando o Subdesenvolvimento". **Revista Economia e Sociedade**, n. 1, Campinas, ago. 1992.
- GENNARI, Adilson M. "**os determinantes da pobreza na América do Sul: uma proposta metodológica**" *Anais do Colóquio internacional (Des)envolvimentos Contra a Pobreza*. <http://www.unimontes.br/colouquiointernacional/arquivos/63adilsonmarquesgennari.pdf>, 2008.



- GUIMARÃES, Roberto P. "A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento". In: DINIZ, N.; SILVA, M.; VIANA, G. (Orgs.) **O Desafio da Sustentabilidade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- HAYEK, F.A. Von. **O Caminho da Servidão**, 2ª ed., SP, Ed. Globo, 1977, 1ª ed. 1944.
- HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- HOUTART, François. **El Camino a La Utopia Desde Um Mundo de Incertidumbre**. Habana: Ruth Casa Editorial, 2008.
- IANNI, O. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1992.
- IVO, Anete Brito Leal. **Viver Por um Fio: pobreza e políticas sociais**. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFBA, 2008.
- KEMPF, Hervé. **Para salvar o planeta livrem-se do capitalismo**. Lisboa. Ed. Livre, 2009.
- KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Segundo: o processo de circulação do capital, vol. III, 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, São Paulo: CHED, 1980.
- MARX, Karl & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.
- MORA-ALFARO, Jorge. Social economic development and poverty in Latin America and the Caribbean. **MPRA, Paper n. 1529**, january 2007.
- OLIVEIRA, F. (2006a) O momento Lênin. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.75, p.23-47, jul.
- OLIVEIRA, F. (2006b) Neoliberalismo y sectores dominantes. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, p.274.



- OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. SP: Boitempo, 2003.
- PIORE, M. e SABEL, C. **The Second Industrial Divide**, NY: Basic Books, 1984.
- PNUD. **Superar la Pobreza Humana**. Informe Del PNUD sobre la pobreza. Nova York, PNUD, 2000. (AL: <http://www.undp.org/rblac/index.htm>).
- ROCHA, Sônia. "**Crise, Estabilização e Pobreza**", *Conjuntura Econômica*, <http://www.fgv.br/fgv/ibre/cecon/ensaio.htm>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Globalização e Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da. **Meio Ambiente e Movimentos Sociais: um olhar sobre as conferências oficiais das Nações Unidas na década de 1990**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2005.
- SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Recebido em 01 abr. 2019 | aceite em 13 mai. 2020



# Breves notas sobre a ecologia como limite absoluto ao capital em Mészáros

Ivan Lucon Jacob<sup>1</sup>

41

## Resumo

No atual movimento da crise estrutural do capital presencia-se a emergência de uma contradição fundamental com graves implicações para o sistema do capital: pela primeira vez na história humana, a dominação e a expansão sem obstáculos das estruturas e mecanismos capitalistas, inerentemente irracionais, estão encontrando resistências na forma de pressões resultantes dos imperativos elementares da simples sobrevivência humana, com a ampla destruição do meio ambiente. Estas breves notas pretendem elucidar a urgência do tema nos debates que visam uma sociedade para além do capital.

**Palavras-chaves:** crise estrutural, ecologia, limites absolutos.

## Resumen

En el movimiento actual de la crisis estructural del capital, surge una contradicción fundamental con serias implicaciones para el sistema de capital: por primera vez en la historia humana, la dominación y la expansión sin obstáculos de las estructuras y mecanismos capitalistas, que son inherentemente irracionales, están encontrando resistencia en forma de presiones resultantes de los imperativos elementales de la simple supervivencia humana, con la destrucción generalizada del medio ambiente. Estas breves notas tienen por objeto dilucidar la urgencia del tema en debates dirigidos a una sociedad más allá del capital.

**Palabras clave:** crisis estructural, ecología, límites absolutos.

## Abstract

In the current movement of the structural crisis of capital, there is the emergence of a fundamental contradiction with serious implications for the capital system: for the first time in human history, domination and the unimpeded expansion of capitalist structures and mechanisms, which are inherently irrational, are encountering resistance in the form of pressures resulting from the elementary imperatives of simple human survival, with the widespread destruction of the environment. These brief notes are intended to elucidate the urgency of the topic in debates aimed at a society beyond capital.

**Keywords:** structural crisis, ecology, absolute limits.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP) e pesquisador do IBEC. [ivanlucon@gmail.com](mailto:ivanlucon@gmail.com)



O filósofo húngaro István Mészáros investigou de forma sistemática, já desde o final do decênio de 1960, a crise que assola o sistema global do capital. Os levantes de 1968, a queda na taxa de lucro e sua consequente reestruturação produtiva que remonta aos anos 1970's, os percalços enfrentados pela economia estadunidense e o fim da URSS surgem como expressões sintomáticas em sua análise das mudanças substantivas tanto no sistema do capital como um todo quanto no capitalismo em específico.

Pois o sistema do capital, nesta quadra histórica, "depois de vivenciar a era dos ciclos, adentrava uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada por um *continuum* depressivo que faria aquela fase cíclica anterior virar história"<sup>2</sup> e resultando, em última análise, na falência dos dois modos estatais de controle e regulação do capital mais avançados do século XX: o modelo keynesiano, existente no centro dinâmico do capitalismo e responsável pela implementação do *welfare state*, e o do "tipo soviético", que embora derivado de uma revolução política que visava ultrapassar o capital, fora subsumido pelo que Mészáros chama de "sistema sociometabólico do capital".

Esta é a mudança qualitativa nas formas de manifestação das contradições inerentes à reprodução do capital, na forma de suas crises; "sua natureza não pode ser explicada (...) apenas em termos de uma crise *cíclica* tradicional", pois além do âmbito e da duração superar em muito os limites historicamente conhecidos das crises cíclicas já experimentadas pelo capital, "à medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se

---

<sup>2</sup> Antunes (2011), p. 10.



aproximando de certos *limites estruturais* do capital<sup>3</sup>, embora ainda longe de já ter atingido seu ponto de não retorno a caminho do colapso.

O que define a crise estrutural do capital, pois, é o caráter incontrolável de seu sistema sociometabólico, oriundo de sua lógica expansionista na busca crescente e desmedida pelo mais-valor, assim como de sua lógica destrutiva, reflexo da descartabilidade acelerada na produção e no consumo de mercadorias, que diuturnamente geram a destruição da natureza em uma escala planetária jamais percebida anteriormente. Como precisamente define Mészáros:

Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar ‘avanço’ de *destruição*, nem ‘progresso’ de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante<sup>4</sup>.

O que se defronta aqui, portanto, é a contradição interna de um sistema de produção e controle que não pode – nem deve – evitar o aumento das expectativas quanto ao seu futuro, mesmo diante de uma ameaça real de um completo colapso de sua capacidade de satisfazê-las.

I

Desde Marx, a questão do trabalho e de sua relação dialética com a natureza reside na tradição da crítica da economia política, pois Marx definiu o trabalho em si em uma concepção de metabolismo, dado que “trabalho é,

---

<sup>3</sup> Mészáros (2011) p. 41.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 73.



antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por meio de suas próprias ações, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”<sup>5</sup>. Assim, em seu caráter social, o trabalho associa-se à uma reprodução metabólica, mas também, em seu caráter ecológico, quando age sobre a natureza externa, quando a modifica por meio do trabalho, modifica a sua própria natureza.

Mészáros, herdeiro da tradição de Marx, desenvolve sua análise do capital como um sistema historicamente determinado de reprodução sociometabólica, enfatizando “que as mudanças qualitativas na ordem social demandadas pela *ecologia* são elementos indispensáveis de um conjunto mais amplo de desafios do mesmo gênero”<sup>6</sup>, orientadores de uma nova sociabilidade para o século XXI, tal como a igualdade substantiva e a necessidade de um controle social radicalmente distinto das formas de controle do sistema do capital.

Já em suas obras iniciais<sup>7</sup>, a questão da dialética entre o trabalho alienado e a degradação da natureza adquire centralidade no pensamento de Mészáros, onde a ordem sociometabólica do capital totalizadora e totalizante acaba por absorver as mais variadas dimensões da reprodução social humana, sobrepondo-se a tudo, seja ao sistema educacional, de saúde, à produção ou ao meio ambiente, pois “em sua mais íntima determinação, o sistema do capital está *orientado para a expansão* (...) e é

---

<sup>5</sup> Marx (2013), p. 255.

<sup>6</sup> Clark e Foster (2011), p. 118.

<sup>7</sup> István Mészáros, *A Teoria da Alienação em Marx* (São Paulo, Boitempo, 2016). Esta obra, lançada em 1970, foi laureada com o Isaac Deutscher Memorial Prize, no mesmo ano, quando Mészáros proferiu a palestra *The Necessity of Social Control* [Ed. Bras.: “A Necessidade do Controle Social” in *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição* (São Paulo, Boitempo, 2002), p. 983-1011]. Estas duas obras representam um conjunto no sentido de apresentar os esforços iniciais da teorização sobre a “crise estrutural do capital”.



*impelido pela acumulação*, em termos da necessária *instrumentalidade* de seu objetivo projetado<sup>8</sup>; deve, pois, ser contínua e incessantemente renovado, revolucionar as relações de produção apropriando-se da natureza e subsumindo o planeta ao processo de acumulação.

Torna-se portanto falacioso – quando não cínico – a busca por uma aparente estabilidade do capitalismo – mais ainda quando se projeta alguma solução de controle do capital do passado – objetivando transformar a ordem do capital em uma ordem capaz de satisfazer as necessidades humanas para se adequar aos seus próprios objetivos, e aparentemente eliminar suas contradições internas. A ordem sociometabólica do capital só é capaz de sustentar-se a si mesma em uma expansão cada vez mais destrutiva e, em última análise, autodestrutiva<sup>9</sup>. Mézáros é enfático ao determinar o controle social como elemento necessário que objetiva “uma reestruturação radical do modo de intercâmbio humano predominante. Da mesma forma, o controle social é a condição prévia necessária para qualquer relação sustentável com as forças da natureza”<sup>10</sup>.

## II

O controle social torna-se ainda mais necessário quando considerados os limites absolutos do capital, especialmente se tivermos em conta a crise ecológica e ambiental da contemporaneidade. Claro está que toda a estrutura do capital coexiste em uma crise fulcral com a natureza,

---

<sup>8</sup> Mézáros (2002), p. 138.

<sup>9</sup> Mézáros (2012).

<sup>10</sup> Mézáros (2002), p. 989.



crise esta que não pode e não será resolvida dentro dos marcos do próprio sistema sociometabólico do capital.

Pois não há possibilidade, segundo Mészáros, de pensar qualquer forma elementar de reprodução sociometabólica do sistema do capital que não seja letalmente ameaçada pela maneira como o capital se relaciona com ela, porque é a única maneira que pode fazê-lo. “Isto não vale apenas para as exigências de energia da humanidade ou para a administração dos recursos naturais e dos potenciais químicos do planeta, mas para todas as facetas da agricultura global, inclusive a devastação em grande escala das florestas e a maneira irresponsável de tratar o elemento sem o qual nenhum ser vivo pode sobreviver: a água”<sup>11</sup>.

Esta dimensão das soluções inócuas dentro do sistema do capital tem em uma das suas expressões o atual debate sobre o clima, preso na agonia do capital; a avançada degradação ambiental em curso atualmente tem as grandes corporações monopolistas globais – personificações máximas do sistema do capital – apresentando-se como portadoras da solução, seja por meio do “desenvolvimento sustentável”, títulos de carbono ou que tais. O que importa ressaltar é que essas soluções têm como princípio operativo a defesa da ordem sociometabólica existente, que deve permanecer sem maiores alterações em seus aspectos reprodutivos essenciais.

Ou ainda a apologética dos economistas-feiticeiros defensores da ordem com seu receituário de crescimento e promessas de riqueza ligadas ao acúmulo de mercadorias adquiridas em *shopping centers* e *black Fridays* mundo afora. Pois a adoção universal do padrão estadunidense de um consumo de massas mostra-se impossível, não apenas pela realidade dos

---

<sup>11</sup> Ibidem, p. 253.



imperativos econômicos dessa nação dominante, mas pelo rápido esgotamento dos recursos ecológicos e do colapso ambiental que adviriam da generalização deste padrão de consumo, dado que a população estadunidense, com seus 5% da população mundial, consomem cerca de 25% dos recursos energéticos disponíveis<sup>12</sup>. Não fica difícil imaginar o que aconteceria.

Há ainda uma terceira ordem de argumentos salvíficos por dentro do capital, que julga a ciência e a tecnologia como solucionadoras de todos os problemas ambientais de longo prazo. Ademais de esse tipo de argumento não levar em consideração a degradação ambiental provocada pelas tecnologias atuais – que em nada autorizam a pensar em uma mudança nesse sentido para as tecnologias futuras – também omitem o enraizamento social da ciência e da tecnologia – a serviço pleno do capital, claramente. Portanto a questão que se coloca “não se restringe a saber se empregamos *ou não* a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas” – dada a obviedade da resposta: sim! – “mas se seremos *capazes* ou não de *redirecioná-las radicalmente*, uma vez que ambas estão estritamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros”<sup>13</sup>.

O caminho para uma sociabilidade realmente sustentável necessita, pois, do controle social sobre o sistema de reprodução sociometabólica, subsumindo todas as dimensões da produção material da vida humana, incluindo aqui o que é produzido e como é produzido, e suas conseqüentes relações sociais com a natureza.

---

<sup>12</sup> Foster (2014).

<sup>13</sup> Mészáros (2011), p. 53.



Na atual quadra histórica do desenvolvimento da crise estrutural do capital presencia-se a emergência de uma contradição fundamental – caracterizadora justamente de sua dimensão “estrutural” – com graves implicações para o sistema do capital: “pela primeira vez na história humana, a dominação e a expansão sem obstáculos das estruturas e mecanismos capitalistas, inerentemente irracionais, de controle social estão encontrando sérias resistências, na forma de pressões resultantes dos imperativos elementares da simples sobrevivência<sup>14</sup>.

Isso significa dizer que o poder do capital, em várias de suas formas de manifestação, não mais consegue se expandir – embora ainda longe de ter se esgotado – razão pela qual apresenta-se como um modo de controle incapaz de prover a racionalidade necessária de um adequado controle social. E é justamente esta necessidade, no presente, que demonstra sua dramática urgência. Pois os limites absolutos da existência humana – que no plano ecológico significa uma destruição irreversível ao meio ambiente – devem ser mais e mais colocados na centralidade das reflexões que visam criar alternativas à forma alienada capitalista de controle social.

O esforço em reproduzir o sistema do capital só pode ser assegurado por várias formas de destruição – desemprego, miséria humana, exploração, guerra e degradação ambiental – onde consumo e destruição são equivalentes funcionais, “na medida em que forças destrutivas e do desperdício, como o complexo militar-industrial, irrompem na dianteira do sistema para sustentá-lo”<sup>15</sup>. “Pois o que está fundamentalmente em causa

---

<sup>14</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>15</sup> Clark e Foster (2011), p. 123.



hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza”<sup>16</sup>.

Sendo assim, o sistema movido pelo lucro não é capaz de regular o sociometabolismo entre natureza e sociedade, dado que a reprodução do sistema do capital perpetua a destruição ecológica em termos praticamente irreversíveis. E para Mészáros, se a humanidade deseja sobreviver deve superar sua fragmentação social e encontrar sua unidade, como tal:

O conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a “*economia*” da produção do capital, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os *limitados recursos* do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela *poluição e pelo envenenamento do meio ambiente humano*, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. Ironicamente, porém, mais uma vez, o sistema entra em colapso no momento de seu supremo poder; pois sua máxima ampliação inevitavelmente gera a necessidade vital de limites e *controle consciente*, com os quais a produção do capital é estruturalmente incompatível. Por isso, o estabelecimento do novo modo de controle social é inseparável da realização dos princípios de uma *economia socialista*, centrada numa *significativa economia da atividade produtiva*, pedra angular de uma rica realização humana numa sociedade emancipada das instituições de controle alienadas e reificadas<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Mészáros (2011), p. 29.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 73.



A política, portanto, deve ser emancipada do poder do sistema sociometabólico do capital para que a humanidade adquira o poder decisório sobre o controle social de sua vida produtiva, aglutinando o sociometabolismo com a natureza e os mais altos desígnios das necessidades humanas.

Para Marx, o aprimoramento do desenvolvimento humano permitido pelas reduções no tempo de trabalho – objetivo do comunismo – está intimamente ligado ao desenvolvimento das capacidades humanas no campo da produção, engendrado no metabolismo entre sociedade e natureza. Para tanto, há a necessidade de superar a alienação da ciência em relação aos produtores, formando uma conciliação entre as ciências naturais e sociais e “tornando-se a base da ciência humana (...) a base da vida efetivamente humana; (...) a natureza antropológica verdadeira”<sup>18</sup>. Essa unidade entre as ciências sociais e naturais cristaliza a unidade intrínseca entre a humanidade e a natureza. Portanto, o tempo de trabalho reduzido praticado por produtores livremente associados é visto como uma condição necessária para o desenvolvimento intelectual de indivíduos sociais capazes de dominar as forças da natureza e do trabalho social desenvolvidos cientificamente de forma humana e ambientalmente racional.

Marx argumenta que uma sociabilidade advinda de produtores livremente associados deve existir no âmbito do metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida, assegurando as condições de existência para as

---

<sup>18</sup> Marx (2010), p. 112.



gerações presente e futura<sup>19</sup>. Mészáros, por sua vez, enfatiza que ao obter controle social sobre a ordem sociometabólica é necessário construir uma base inteiramente nova de sociabilidade, onde uma relação mais ecológica para a humanidade é parte definidora desta luta dedicada à realização das necessidades humanas.

Nesse aspecto, há uma síntese necessária entre Marx e Mészáros, na formulação de uma concepção de transição para um sistema sustentável de reprodução metabólica social. Tanto a igualdade substantiva quanto a sustentabilidade ecológica são os pilares de uma sociedade livre dos ditames e da lógica do capital. Essas considerações ajudam a superar as divisões inerentes ao desenvolvimento do capital enquanto um sistema. A igualdade substantiva ajuda a superar o isolamento social e a alienação que caracterizam as relações capitalistas. A sustentabilidade ecológica implica superar a alienação em relação à natureza. Os problemas ambientais contemporâneos mais urgentes estão intimamente ligados à operação do capital. Portanto, a ação social demanda incorporar uma crítica ao próprio capital, a fim de erradicar um sistema baseado na expansão constante e descontrolada, independentemente das consequências socioecológicas<sup>20</sup>.

A necessidade de formas substantivamente equitativas e sustentáveis de desenvolvimento humano é, pois, dramaticamente urgente. Assim como urgente também é a necessidade histórica da criação do movimento dos produtores visando a mudança radical nas formas atuais de

---

<sup>19</sup> Marx (2013).

<sup>20</sup> Clark e Foster (2011), p. 126.



controle social visando sua emancipação. A necessidade, portanto, do comunismo.

## Referências

52

- ANTUNES, Ricardo. Introdução. MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 10.
- CLARK, Brett, FOSTER, John Bellamy. **A Dialética do Metabolismo Social e Ecológico**: Marx, Mészáros e os Limites Absolutos do Capita. In: Ivana Jinkings e Rodrigo Nobile (Orgs.), Mészáros e os Desafios do Tempo Histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.
- FOSTER, John Bellamy. **Mészáros and the Critique of the Capital System**, Monthly Review, v.66, n.7, 2014.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A Crise Estrutural do Capital**. Tradução: Francisco Raul Cornejo (et. al). 2ª edição ver. E ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. **A Obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

*Recebido em 10 fev. 2020 | aceite em 01 mai. 2020*



# O neoliberalismo e sua impossibilidade de solucionar os problemas ambientais

Layza Rocha Soares<sup>1</sup>

## Resumo

Desde a década de 70, ocorreram um conjunto de transformações econômicas, políticas e ideológica que contribuíram, por um lado, com o crescimento da riqueza mundial, e por outro lado, com o aumento das pressões ambientais e da desigualdade social. Nesse contexto, o presente artigo busca compreender como essas mudanças, denominada de neoliberalismo, contribuíram para aprofundar os problemas ambientais, bem como inviabilizar suas soluções efetivas. Considera-se que pensar na questão ambiental significa refletir sobre a relação entre o ser social e a natureza, em outras palavras, reflete as questões sociais.

**Palavras-chave:** neoliberalismo, problemas ambientais, desigualdade social.

## Resumen

Desde la década de 1970, se han producido una serie de transformaciones económicas, políticas e ideológicas que han contribuido, por un lado, al crecimiento de la riqueza mundial y, por otro lado, al aumento de las presiones ambientales y la desigualdad social. En este contexto, este artículo busca comprender cómo estos cambios, llamados neoliberalismo, contribuyeron a profundizar los problemas ambientales, así como a hacer que sus soluciones efectivas sean inviables. Se considera que pensar en el tema ambiental significa reflexionar sobre la relación entre el ser social y la naturaleza, en otras palabras, refleja los problemas sociales.

**Palabras clave:** neoliberalismo, problemas ambientales, desigualdad social.

## Abstract

Since the 1970s, a set of economic, political and ideological transformations have occurred, which have contributed, on the one hand, to the growth of world wealth, and on the other hand, to the increase in environmental pressures and social inequality. In this context, this article seeks to understand how these changes, denominated neoliberalism, contributed to deepen environmental problems, as well as to make their effective solutions unfeasible. It is considered that thinking about the environmental issue means reflecting on the relationship between the social being and nature, in other words, it reflects social issues.

**Keywords:** neoliberalism, environmental problems, social inequality

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Economia pela UFF, mestre em Economia pela UNESP. Diretora Regional da ECOECO – núcleo Sudeste, pesquisadora do IBEC e do Grupo de Pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento – FINDE. [layzarocha@id.uff.br](mailto:layzarocha@id.uff.br)



## Introdução

54

Nas últimas cinco décadas, as preocupações, políticas e acordos internacionais para resolver as pressões ambientais provocadas pela atividade econômica se tornaram cada vez mais frequentes. Essas pressões são retratadas através da: poluição acentuada, extração elevada de recursos naturais, desmatamento acelerado, aquecimento global, entre outros. Nesse mesmo período, observa-se também um crescimento econômico mundial sem precedentes acompanhado pelo aumento da desigualdade social (UNEP, 2011, OCDE; 2012; FMI, 2017, WORLD BANK, 2020).

Nos anos 2000, as questões ambiental e social são consideradas como parte de uma mesma problemática em discussões internacionais, uma vez que para resolver os problemas ambientais, necessariamente, precisa-se reparar a desigualdade social – de acesso aos recursos naturais (como água) e ao esgotamento sanitário, de exposição a diferentes formas de contaminação ambiental, entre outros.

Se a transformação da natureza tem gerado o enriquecimento de uma pequena parcela da população e não tem suprido as necessidades humanas, pensar na questão ambiental perpassa pela problemática social. Em outras palavras, discutir a questão ambiental significa pensar na relação entre o homem e a natureza, o que na realidade, é pensar na própria humanidade.

Desde a década de 70, ocorreram um conjunto de transformações econômicas, políticas e ideológica, denominada de neoliberalismo, que contribuiu para a manutenção e crescimento dessa riqueza mundial. No entanto, esta riqueza é sustentada pela intensificação de programas de austeridade fiscal que prejudicam a vida de populações, com maior restrição



do acesso à educação e saúde pública, por exemplo. Ela é acompanhada pelo crescimento significativo da produção per capita de alimentos no mundo, concomitantemente ao incremento de pessoas vivendo em situação de miséria.

Ao considerar essas mudanças, este artigo tem como objetivo compreender como o neoliberalismo contribui para aprofundar a problemática ambiental e social, como também inviabiliza as soluções efetivas para reparar esses problemas. Pretende-se responder a seguinte questão: porque o reconhecimento do crescimento e dos limites dos problemas socioambientais, bem como as diversas ações para minimizá-los, não foi suficiente para resolver essas questões?

Para atingir seu propósito, a próxima seção apresenta o conceito de neoliberalismo, bem como suas origens, práticas e sua proposição ideológica. A terceira seção descreve o reconhecimento da problemática ambiental e, posteriormente, de sua associação com a questão social, por instituições internacionais através da criação de propostas, acordos e tratados. Ainda nesta seção, demonstrar-se-á a intensificação da degradação ambiental e da desigualdade social no mundo e em alguns países com a ampliação das práticas neoliberais.

Na última seção, pretende-se responder a questão sugerida e expor algumas considerações finais.

### **Neoliberalismo: origem, prática de política econômica e proposição ideológica**

Convencionou-se denominar neoliberalismo o conjunto de transformações econômicas, políticas e ideológica do capitalismo ocorrido desde a década de 1970. Ou ainda, a proposta de retomada do processo de



acumulação de capital em resposta à crise estrutural dos anos 1960/70. Mas para compreender o significado do neoliberalismo precisamos entender o seu processo de consolidação.

A crise da economia mundial, que se manifestou desde final dos anos 60, correspondeu à superacumulação do capital, redução das taxas de lucro, permanência dos níveis de desemprego altos, queda acentuada dos níveis de produtividade e a ascendência do processo inflacionário. Ocorreram repercussões tanto na teoria social quanto na política econômica, e como consequência gerou uma crise ideológica e política. O que representou o fim da 'Era de Ouro', com uma perda da eficácia dos instrumentos de política econômica que prevalecia até aquele período, e conseqüentemente, levou à crise da teoria econômica de inspiração keynesiana. E assim, medidas novas tornaram-se necessárias para garantir a retomada do processo de acumulação de capital.

É nos anos 70 que do ponto de vista teórico a hegemonia neoliberal passa a se constituir, mas seu corpo ideológico e teórico antecede a crise de 1960/70. Em 1944 o pensamento neoliberal já aparece no lançamento do livro "O Caminho da Servidão" de Friedrich Hayek, o qual criticava a intervenção estatal do modelo keynesiano. Mas essas críticas não tiveram grande impacto nesse período, devido ao prestígio das ideias keynesianas.

Posteriormente, os seguidores de Hayek (da chamada Escola Austríaca) e também de Milton Friedman começam a ganhar espaço na área acadêmica até que suas produções teóricas se tornaram hegemônicas e influenciaram economistas que atuaram em diversos países (inclusive na América Latina) nas décadas de 1980 e 1990 (bem como, nos anos de 1970 no Chile).



Essas ideias se fortalecem e passam do plano teórico para o político com a chegada dos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra (1979), Ronald Reagan nos Estados Unidos (1980) e Helmut Kohl na Alemanha (1982), os quais transformam a doutrina particular em uma diretriz central do pensamento e da administração econômica. Assim, as ideias neoliberais passam a ser incorporadas por instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e aplicadas nos países que recorrem a estas organizações, como, por exemplo, nos países latino-americanos. E elas ganham mais intensidade com a derrubada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991.

O Consenso de Washington<sup>2</sup> representou a institucionalização da estratégia neoliberal de desenvolvimento após sua afirmação hegemônica nos anos 1990, com propostas para os países de: disciplina fiscal, monetária; desregulamentação financeira e dos mercados em geral; liberalização comercial e financeira; privatizações (indicando explicitamente a abertura dos mercados e mudança do papel do Estado).

O neoliberalismo pode ser visto como uma nova concepção de desenvolvimento com inspiração nas teses liberais (BARUCO; CARCANHOLO, 2011). Pois resgatam algumas premissas da tradição clássica do liberalismo do século XVII e XVIII, tais como: individualismo e a racionalidade dos agentes; a explicação das interações econômicas dos indivíduos (e da sociedade) apenas pela observação das atitudes individuais, egoístas e racionais; as ações individuais fazem parte de uma ordem harmônica que é garantida pelo funcionamento do mercado e levam ao bem-estar geral; e

---

<sup>2</sup> Elaborado em 1989, por economistas ligados às instituições financeiras do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. O termo foi criado pelo economista inglês John Williamson.



consequentemente, a defesa de um Estado que garanta a liberdade individual.

A novidade (neo) refere-se ao seu contexto histórico, ao papel do Estado, seu conservadorismo, projeto político de sociedade, influência da economia em outras áreas e valorização da desigualdade.

Diferente do liberalismo clássico em que o Estado deveria garantir direitos naturais do Homem, no neoliberalismo, o estado deve ser mínimo para propiciar o livre funcionamento do mercado. O neoliberalismo também possui um caráter mais conservador dentro do contexto histórico do capitalismo, pois defende o restabelecimento de uma “ordem” anterior as políticas keynesianas, uma democracia com concorrência perfeita (uma ordem de livre mercado que não ocorreu de fato). Oposto do liberalismo clássico que tinha um sentido mais progressista de combate aos privilégios da nobreza feudal.

Além disso, o neoliberalismo vai além da esfera ideológica e teórica, e se fundamenta no que Baruco e Carcanholo (2011) chamam de projeto político da “sociedade de mercado”, que se expressa através de políticas econômicas e se mostra como única alternativa ao capitalismo pós-1970. Além disso, a desigualdade passa a ser algo desejável, que dá sentido à busca pela eficiência e do ponto de vista moral, gera um incentivo ao esforço pessoal.

No neoliberalismo, o comportamento econômico maximizador influencia as esferas políticas, sociais e culturais. Ao contrário do liberalismo clássico, que era fundamentado na filosofia moral e filosofia política e o comportamento do homem era visto como uma consequência de sua própria natureza.



De acordo com Harvey (2008), o neoliberalismo propõe que o bem-estar humano seja concedido através das liberdades individuais, das capacidades empreendedoras individuais em uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada e livre mercado. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas, ele deve promover a defesa nacional e as estruturas militares e legais para garantir os direitos de propriedade individuais e assegurar o funcionamento adequado do mercado, e se necessário criar mais mercados (por exemplo, mercantilização da água, da segurança, saúde, educação, entre outros). O Estado deve ser mínimo (se dedicar apenas a sua tarefa) também para que grupos de interesse não distorçam a intervenção do estado em seus próprios benefícios.

A proposta neoliberal de reforma estrutural para reposição da lucratividade vem acompanhada por um discurso e uma prática associada à: diminuição dos custos salariais (os quais atingiram níveis consideráveis graças às conquistas trabalhistas obtidas pelo *Welfare States*); desregulamentação e flexibilização dos mercados, especialmente de trabalho; reduções de tributação sobre rendimentos; reestruturação produtiva relacionada à descentralização; internacionalização da produção, e extraordinária expansão do capital financeiro - como uma alternativa de valorização e expansão do capital diferente da esfera produtiva (BARUCO; CARCANHOLO, 2011).

A estabilização macroeconômica através do controle inflacionário e dos gastos públicos é um dos componentes importantes da estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista. Somado às reformas estruturais de mercado que promovam uma livre iniciativa, assim harmonia no mercado,



e incentivos para investimentos privados que garantam um novo processo de crescimento econômico.

Ao mesmo tempo (em que há) e apesar de ter uma base estratégica de desenvolvimento, como apontado anteriormente, as políticas econômicas neoliberais foram e são implementadas de acordo com as especificidades de cada país, por isso não é possível classificar uma política específica de neoliberal. Por exemplo, as políticas neoliberais adotadas na Inglaterra não necessariamente foram e são as mesmas nos Estados Unidos, e foram muito diferentes nos países periféricos. Cada economia tem suas particularidades, instituições e seu papel na divisão internacional do trabalho, por isso, que as práticas de política econômica são distintas, assim como as perdas e ganhos. Aliás, a desigualdade é uma característica elementar para o neoliberalismo, até por esse ângulo.

Desse modo, não há um modelo padrão econômico seguido em todos os países, uma política econômica pode ser tanto heterodoxa quanto ortodoxa dentro dessa compreensão do neoliberalismo, pois o que importa é que o escopo seja mantido, o de livre mercado. Por exemplo, políticas implementadas no Brasil, como de microcrédito, renda mínima, de financiamento da educação superior (FIES, PROUNI), entre outras, fazem parte da estratégia neoliberal de que os indivíduos precisam de um mínimo (de igualdade) para manifestarem sua liberdade individual e suas capacidades. Ainda que essas políticas possam levar a um excessivo endividamento das famílias.

Embora tenha uma teoria e uma ideologia que pregue por um estado mínimo, a prática neoliberal ocorre com um direcionamento do papel do estado. Este continua forte e muito atuante, mas não tem mais os preceitos de antes, que era de busca do pleno emprego para aumentar o



bem estar-social. Agora está voltado para propiciar o funcionamento do mercado.

Ao contrário do que o pensamento neoliberal advoga, na prática houve um considerável aumento dos gastos públicos em relação ao PIB, comprometido em sua grande maioria com o pagamento dos juros de dívida e com a circulação financeira em detrimento de políticas públicas de caráter universalizante (BARUCO; CRACANHOLLO, 2011).

O neoliberalismo econômico exigiu uma intervenção estatal forte para imposição do mercado livre - para desregular e reformar o estado de bem-estar social alcançado anteriormente, e garantir a disseminação da lógica de mercado para toda sociedade – e assim, constituir o “Estado mínimo”. Na América Latina, por exemplo, a presença notável do Estado se verifica desde as suas primeiras experiências neoliberais, que foram acompanhadas por regimes ditatoriais.

Como proposição ideológica, o neoliberalismo ultrapassa a esfera da economia para a esfera política, social e cultural, para o campo das ideias. Suas premissas se tornaram naturais e com o discurso das liberdades individuais enquadrando todas as ações humanas na lógica do mercado. Ele se tornou tão natural ao ponto de se questionado, significa questionar a própria liberdade individual.

Ele se tornou hegemônico e como discurso passou a afetar amplamente o pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. Como Harvey (2008) ressalta: no neoliberalismo a troca de mercado passa a ser uma ética em si capaz de servir de guia para toda a ação humana, e que substitui todas as crenças antes sustentadas.



## A questão ambiental e social no neoliberalismo

62

Dentro desse conjunto de políticas e ideologia que sustentam a acumulação capitalista, desde a década de 1970, com base na proliferação e penetração dos mercados em todos os aspectos da vida econômica e social, está a preocupação com os limites que o meio ambiente pode proporcionar a expansão da produção econômica (seja pela restrição de recursos naturais ou pela incapacidade do ecossistema em absorver toda poluição gerada) e também com a preservação da vida humana (pelo menos parte dela).

As manifestações e acordos internacionais em prol da problemática ambiental aumentaram nas últimas cinco décadas. Em 1972, ocorreu a primeira grande manifestação internacional que alertou os países a inserirem a temática do meio ambiente no centro de suas políticas públicas – Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Na década de 1980, criou-se a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) das Nações Unidas, a qual elaborou o Relatório Brundtland, em 1987, e definiu o conceito de desenvolvimento sustentável (muito controverso) como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Em 1992, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima é criada na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com o objetivo de operacionalizar um acordo entre os países participantes para estabilizar as emissões de gases do efeito estufa na atmosfera. Um dos resultados da Convenção do Clima foi o Protocolo de Quioto, que estabeleceu metas para as nações que o assinaram em 1997.



Em 2009, após a eclosão da crise financeira de 2007/2008, a “Iniciativa Economia Verde”, liderada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), é proposta para os países (especialmente, as economias ‘emergentes’) retomarem o crescimento econômico com inclusão social e sustentabilidade ambiental, ou seja, com economia de baixo carbono, investimentos em tecnologias mais limpas e uso mais eficiente de recursos naturais.

Além dessas e outras iniciativas, acordos internacionais (não citados aqui) que foram realizados, diversos mecanismos financeiros também foram criados com a finalidade de estimular investidores, empresas e países a considerarem a questão da poluição ambiental, como, por exemplo: mercado de derivativos para crédito de carbono, fundos de investimentos sustentáveis, fundo de índice de baixo carbono, entre outros. Esses mecanismos se configuraram na mercantilização da poluição, bem como de outros ativos naturais.

Todavia, apesar de todo esse ‘esforço’ desde a década de 1970 para reduzir os problemas ambientais e sociais, a realidade nos mostra que desde essa década, houve um crescimento contínuo do PIB mundial<sup>3</sup> (exceto em 2009), concomitantemente com um aumento consecutivo das emissões de gases do efeito estufa, especialmente na primeira década do século XXI<sup>4</sup>, que têm contribuído para o aquecimento global<sup>5</sup>.

Além disso, as emissões também mostram uma desigualdade na sua produção. Segundo Gore (2015), os 10% mais ricos do globo são

---

<sup>3</sup> World Bank (2020).

<sup>4</sup> As emissões de CO<sub>2</sub>, principal gás causador do efeito estufa, aumentaram de 14840 Mt Co<sub>2</sub> em 1970 para 36573 Mt CO<sub>2</sub> em 2018. Só nos anos 2000 teve um aumento de mais de 11000 Mt CO<sub>2</sub> (GCP, 2019).

<sup>5</sup> SOARES (2015); NASA (2020).



responsáveis por 50% das emissões globais de gases do efeito estufa, ao mesmo tempo em que 50% da população global, os mais pobres, são responsáveis por apenas 10% das emissões.

Quanto ao uso de recursos naturais, só entre os anos de 2000 e 2017 a extração mundial de recursos materiais<sup>6</sup> passou de 55 bilhões de toneladas para 92 bilhões (crescimento de 71%), o PIB mundial aumentou de US\$50 trilhões para US\$ 80 trilhões (60%), ao mesmo tempo em que a população mundial teve um crescimento de 23% (6,1 para 7,5 bilhões - IRP, 2019). Ou seja, a realidade concreta demonstra que os objetivos almejados nos acordos apresentados anteriormente não foram alcançados.

Em termos de desigualdade de riqueza, os dados também são dramáticos. Em 2000, o 1% mais rico do mundo possuía 45,5% de toda riqueza global, passando esse percentual para 50,1% em 2017. Os 5% mais ricos apresentaram um crescimento contínuo de sua parcela na riqueza global desde 2008 e atingiu o percentual de 76,4% de toda riqueza em 2017, enquanto os 10% mais ricos possuíam 87,8% nesse mesmo ano. (CREDITSUISSE, 2017).

O aprofundamento da desigualdade - e sua contradição - com o aumento da produção também é muito notório nos países 'emergentes', como Brasil e Argentina. Por exemplo, em 2002, 53% da população argentina se encontrava abaixo da linha da pobreza (dos quais 24% estava em situação de indigência) ao mesmo tempo em que o país era o maior produtor de grãos per capita do mundo. Enquanto a população tinha problemas de fome e desnutrição, o agronegócio do país lograva um novo recorde de exportação, com alimentos que dariam para alimentar mais de

---

<sup>6</sup> Recursos naturais extraídos e modificados pela atividade humana com o propósito de gerar valor econômico.



300 milhões de pessoas<sup>7</sup> (enquanto a população argentina era de quase 38 milhões<sup>8</sup>).

Manrique et. al (2013) destacam que entre 1970 e 2009 ocorreu uma intensificação da extração e exportação de recursos naturais na Argentina, como resultado do modelo de desenvolvimento dependente das exportações de produtos primários (presente nas economias latino-americanas). Os autores também apresentam algumas consequências desse crescimento elevado da produção material para o meio ambiente no país, tais como: redução da biodiversidade, desmatamento, uso cada vez maior de intensivos agrícolas, mineração a céu aberto (com geração de resíduos contaminantes), entre outros.

O Brasil, que está entre as dez economias mais ricas do mundo, em termos de PIB, e dispõe de abundância de recursos naturais, permanece com características sociais de países mais pobres (como falta de saneamento básico, fome) e com uma concentração de renda crescente<sup>9</sup> (SOARES, 2015; FAO, 2019; OXFAM (2017); UNDP, 2019). Nesse país, entre 2000 e 2013, a extração de recursos naturais aumentou de 16 para 26 toneladas *per capita*, com um aumento da intensidade material (consumo de recursos naturais por unidade do PIB) de 26%. (SOARES, 2015).

Esses resultados do uso intensivo de recursos naturais de ambos os países refletem a posição subordinada que eles possuem na nova divisão internacional do trabalho com a concretização do neoliberalismo. Os países da América Latina se reinserem no novo padrão de acumulação como

---

<sup>7</sup> Gras e Hernandez (2016).

<sup>8</sup> World Bank (2020).

<sup>9</sup> Só em 2017, seis brasileiros possuíam riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. Os 5% mais ricos do país detinham nesse mesmo ano a mesma parcela de renda dos demais 95% (OXFAM, 2017).



grandes provedores de produtos agrícolas e minerais (DELGADO, 2012; SVAMPA, 2013). O papel desempenhado por esses países latino-americanos se dá através da desindustrialização<sup>10</sup>, maior especialização na produção de *commodities*, com expansão da monoprodução e ocupação dos territórios cada vez mais destrutiva, em nome do aumento da produtividade e eficiência econômica.

A grande e inevitável intervenção no território desses países ocorre com redução da diversidade dos recursos naturais, poluição do solo, da água, uso excessivo de agrotóxico<sup>11</sup>, além da violência contra comunidades tradicionais, trabalho escravo – amparados, ainda mais, com a flexibilização de leis trabalhistas e ambientais<sup>12</sup> - e outros.

Essas desigualdades, aqui, apresentadas demonstram que a crença generalizada da sociedade de mercado de que o crescimento econômico é uma pré-condição para se alcançar todos os objetivos econômicos e sociais, é falaciosa. O argumento de que o crescimento econômico gera benefícios para toda a sociedade, seja com maior equidade social ou melhoria ambiental não encontra respaldo nas evidências.

Além disso, é possível observar que a reforma neoliberal, como citada na seção anteriormente, - com desregulamentação e flexibilização de mercados, políticas de ajuste, privatizações, com agenda de valorização financeira - não só contribuiu para gerar assimetrias como aprofundou desigualdades entre países e nos países.

O próprio Fundo Monetário Internacional (DUTTAGUPTA, 2017) reconhece que o receituário do Consenso de Washington produziu mais

---

<sup>10</sup> Redução da participação da indústria no emprego e no PIB.

<sup>11</sup> IBGE (2018). Algumas consequências sobre o uso intensivo de agrotóxico pode ser visto em Dutra e Ferreira (2017) e LARSEN et. al (2017).

<sup>12</sup> Comissão Pastoral da Terra (2019); Santos e Glass (2018).



desigualdades e até instabilidade política. Segundo essa instituição, a desigualdade da distribuição de rendimentos e do acesso a empregos e serviços básicos, como saúde e educação, cresceu tanto nas economias mais ricas (de forma mais acentuada a partir dos anos 1990), quanto nos países periféricos.

Na Europa, por exemplo, além da mercantilização de serviços públicos (como de saúde<sup>13</sup>), o distanciamento dos rendimentos entre os mais ricos e mais pobres vem aumentando desde os anos 80<sup>14</sup>. Já nos Estados Unidos, o aumento da desigualdade é gritante, evidenciado pelo aumento do percentual de rendimento dos mais ricos, e da queda dos rendimentos entre os mais pobres – a parcela da renda nacional capturada pelo 1% mais rico da população americana foi de quase 11% em 1980 para 20% em 2017, enquanto daqueles 50% com menores rendimentos passou de 20% para 12,5%, no mesmo período<sup>15</sup>. Ademais, houve um encolhimento impressionante no salário da força de trabalho americana, como por exemplo, o percentual recebido entre os 90% dos trabalhadores na base foi de 58% em 1979 para 46,6% em 2015<sup>16</sup>.

No Brasil, o receituário neoliberal foi e é seguido assertivamente. Desde as reformas estruturais nos anos 90 até mais recentemente as reformas do congelamento de gastos públicos de 2016; trabalhista em 2017 (que levou mais de 38 milhões de trabalhadores à informalidade em 2019<sup>17</sup>);

---

<sup>13</sup> Jansen, Ferreira e Mendes (2018).

<sup>14</sup> Entre 1980 e 2017, a renda do 1% mais rico da Europa cresceu duas vezes mais rápido do que a renda dos 50% mais pobres. A parcela da renda nacional capturada pelos 10% mais ricos passou de 29% em 1980 para 34% em 2017 (BLANCHET et. al, 2019).

<sup>15</sup> Blanchet et al.(2019).

<sup>16</sup> Bivens e Shierholz (2018).

<sup>17</sup> IBGE (2020)



da previdência em 2019, entre outras. Essas reformas também foram acompanhadas pela constrição de serviços públicos (saúde, educação, previdência social - LAVINAS et al., 2017) e intensificaram a desigualdade social no país.

Destarte, podemos assumir que as propostas e acordos internacionais, reconhecem com o tempo que a problemática ambiental está associada à questão social, mas isso não foi o suficiente para mitigar nenhum dos problemas. Uma vez que a sociedade continua sob a lógica do mercado, de obtenção de lucro, ou melhor, de crescimento desenfreado da produção e, independentemente, das boas intenções com o meio ambiente, o avanço tecnológico só foi acompanhado por efeito de ricochete<sup>18</sup>.

A insuficiência dessas propostas e acordos ocorre devido à visão de mundo sob a qual eles são formulados. Como descreve Barreto (2018, pag. 123):

“[...] a sociedade do capital figura como estágio último do desenvolvimento humano e, portanto, inquestionável a priori. Esta naturalização do capital é o principal motivo pelo qual não conseguem sequer formular adequadamente os problemas ambientais que nos desafiam, confrontando-se constantemente com os resultados aparentemente paradoxais e desanimadores. Ao se circunscreverem nos limites da formação social atual, elas pressupõem exatamente os mecanismos que geram os problemas que buscam sanar. Se abstêm de investigar, portanto, a forma de superá-los, contentando-se com um trabalho de Sísifo de

---

<sup>18</sup> Também conhecido por *rebound effect*, é caracterizado como o efeito gerado pela inovação tecnológica que ao promover maior eficiência no uso dos recursos naturais aumenta o consumo do mesmo (pode gerar mais resíduos), devido a uma queda dos custos, por exemplo.



buscar, ininterruptamente, formas de poupar o meio a uma extraordinária (e estrutural) prodigalidade”.

A degradação do meio ambiente ocorre justamente pelo modo de exploração da atividade econômica, através da perseguição pelo lucro de curto prazo (com destaque para a crescente presença do capital financeirizado) e pela exploração da força de trabalho intensificada pelo neoliberalismo. Dessa forma, ao mesmo tempo em que essa sociedade degrada cada vez mais o ecossistema, este lhe apresenta os limites desse sistema. A catástrofe social e ambiental está posta! O desafio será reverter esta realidade.

### **Os limites da sociedade de mercado e as considerações finais**

O aumento da degradação ambiental não é algo exclusivo do neoliberalismo, é uma característica própria do sistema capitalista, todavia, esse conjunto de transformações pós 1970 intensificou os agravantes ambientais.

O neoliberalismo exacerba os problemas ambientais, pois busca (do ponto de vista teórico e prático) acelerar o processo produtivo que degrada, e também reflete uma sociedade que: tem na desigualdade algo desejável para dar sentido à busca pela eficiência; e que possui o comportamento econômico maximizador presente em suas esferas políticas, sociais e culturais.

É uma sociedade que devido à sua lógica de mercado, desconsidera o modo de acumulação de riqueza, ignora as determinações históricas do processo produtivo e não reflete sobre sua relação real com a natureza. Em



outras palavras, é uma sociedade que não projeta a superação da desigualdade substantiva (MÉSZÁROS, 2001), do modo de produção dominante e, nem ao menos, das dificuldades estruturais nele existentes.

Esse modo de produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e natureza. Uma vez que o fundamento social para a transformação da natureza não é a produção de bens para suprir as necessidades humanas, mas, sim, a produção de valor que permite o maior enriquecimento privado (MARX, 2006; FOSTER, 2012).

Ademais, o tratamento da natureza como algo mecânico, que possui uma substitubilidade perfeita (SOARES, 2015), pode ser eficiente no curto prazo, mas trágico no longo prazo. E como observado, as evidências ficam cada vez mais dramáticas.

Há a necessidade urgente de reflexão sobre a dependência da felicidade do ser social da sua relação com a natureza e reconhecer que todos os recursos que retiramos do ecossistema e modificamos, precisam retornar de algum modo que a natureza possa continuar a nos fornecer aquilo que precisamos.

É fundamental a compreensão de que essa sociedade precisa estabelecer uma relação com a natureza que não seja exclusivamente pelo lucro. Para manter uma floresta intacta, por exemplo, não precisa que um grande proprietário receba um pagamento para não derrubá-la (como no caso de pagamentos por serviços ambientais). Ou ainda, para manter essa floresta, não há a necessidade de transações financeiras no mercado de capitais que geram lucros às corporações que dizimam e expropriam populações tradicionais, bem como suas condições de vida.



Hoje temos condições suficientes, meios científicos, sociais e culturais para promover essa reflexão. Se não controlarmos essa relação devastadora que temos com a natureza e com a própria humanidade, os limites estruturais dessa sociedade de mercado nos levarão ao próprio colapso.

## Referências

- BARUCO, G. C. E CARCANHOLO, M. D. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Revista Praia Vermelha**: estudos de teoria e política social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, vol. 21, n.1, 2011.
- BARRETO, E. S. **O capital na estufa**: para a crítica da economia das mudanças climáticas. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BIVENS, J.. SHIERHOLZ, H. **What labor market changes have generated inequality and wage suppression?** Economic Policy Institute. Dezembro, 2018.
- BLANCHET, T.. CHANCEL, L.. GETHIN, A. **How Unequal Is Europe?** Evidence from Distributional National Accounts, 1980-2017. The World Inequality Database. Working paper n°06. April, 2019.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2º Ed. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991, parte I.
- CREDIT SUISSE. **Global Wealth Report 2017**. Credit Suisse Research Institute, 2017.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Informações sobre conflitos socioambientais**. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br>>. Acesso em: 30 out. 2019.
- DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.
- DUTTAGUPTA, R., FABRIZIO, S., FURCERI, D., SAXENA, S.. **Growth That Reaches Everyone**: Facts, Factors, Tools. IMFBlog, September, 2017.



- DUTRA, L.S., FERREIRA, A.P. Associação entre malformações congênitas e a utilização de agrotóxicos em monoculturas no Paraná, Brasil. **Saúde em Debate** vol. 41 no.spe2 Rio de Janeiro, 2017.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019: safeguarding against economic slowdowns and downturns.** Rome, 2019.
- FOSTER, J. B. A ecologia da economia política marxista. **Revista Monthly Review**, v.63, n. 4, 2011.
- GLOBO CARBON PROJECT - GCP. **Globo Carbon Atlas.** Disponível em: <<http://www.globalcarbonatlas.org/en/CO2-emissions>>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- GORE, Timothy. **Extreme Carbon Inequality: Why the Paris climate deal must put the poorest, lowest emitting and most vulnerable people first.** Oxfam, 2 dez. 2015.
- GRAS, C., HERNANDEZ, V. **Radiografía del nuevo campo argentino: del terrateniente al empresario transnacional.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>>. Acesso em: 09 mar. 2020.
- INTERNATIONAL RESOURCE PANEL – IRP. **Global Material Flows Database.** Disponível em: <<http://www.materialflows.net/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- JANSEN-FERREIRA, M.R, MENDES, A.N.. Mercantilização nas reformas dos sistemas de saúde alemão, francês e britânico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 23, nº 7, Rio de Janeiro, jul. 2018.
- LARSEN, A. E., GAINES, S. D., DESCHÊNES, O. Agricultural pesticide use and adverse birth outcomes in the San Joaquin Valley of California.



**Nature Communications**, nº302, 2017. DOI: 10.1038/s41467-017-00349-2.

LAVINAS; L. ARAÚJO, E. BRUNO, M. **Brasil**: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. Texto para Discussão XA IE-UFRJ - 2017.

MANRIQUE, P. L., BRUN, J., GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, A. C., WALTER, M., MARTÍNEZ-ALIER, J. The Biophysical Performance of Argentina (1970-2009). **Journal of Industrial Ecology**, v.17, n.4, p. 590-604, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.

MÉSZÁROS, I.. **The Challenge of Sustainable Development and the Culture of Substantive Equality**. Caracas, 2001. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2001/12/01/the-challenge-of-sustainable-development-and-the-culture-of-substantive-equality/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION - NASA. **Surface Temperature Analysis**. The NASA Goddard Institute for Space Studies (GISS). Disponível em: <[https://data.giss.nasa.gov/gistemp/graphs\\_v4/](https://data.giss.nasa.gov/gistemp/graphs_v4/)>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **OECD Environmental Outlook to 2050**: the consequences of inaction. Executive Summary. Paris, jun. 2012.

OXFAM. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. OXFAM Brasil, 2017. Disponível em: <[www.oxfam.org.br](http://www.oxfam.org.br)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SANTOS, M., GLASS, V. (organizadoras). **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018.

SOARES, L. R.. **Crescimento econômico e desacoplamento de recursos naturais e impactos ambientais**: evidências para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, São Paulo, 2015.



SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en America Latina. **Nueva Sociedad**, no. 244, mar./abr. 2013.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report 2019. Beyond income, beyond averages, beyond today: inequalities in human development in the 21st century.** New York, USA, 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>. Acesso em 14 de abr. 2020.

74

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP. **Decoupling Natural Resource Use and Environmental Impacts from Economic Growth**, A Report of the Working Group on Decoupling to the International Resource Panel. Fischer-Kowalski, M. et al. United Nations Environment Programme .2011.

WORLD BANK. **World Development Indicators.** Disponível em: <<http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

*Recebido em: 01 mai. 2020 | aceite em 13 mai. 2020*



# Crise climática e o *Green New Deal* : uma primeira aproximação crítica

Eduardo Sá Barreto<sup>1</sup>

75

## Resumo

O artigo faz uma breve recuperação das metas correntes de redução das emissões globais de gases de efeito estufa, das trajetórias exigidas para cumprir tais metas e dos determinantes sociais que entram em jogo nas transformações necessárias. Toma-se essa discussão inicial como ponto de partida para uma primeira aproximação crítica do *Green New Deal*.

**Palavras-chave:** Crise climática; *Green New Deal*; capitalismo

## Resumen

El artículo recupera brevemente los objetivos actuales para reducir las emisiones globales de gases de efecto invernadero, las trayectorias necesarias para cumplir estos objetivos y los determinantes sociales que entran en juego en las transformaciones necesarias. Esta discusión inicial se toma como punto de partida para un primer enfoque crítico del *Green New Deal*.

**Palabras clave:** Crisis climática; *Green New Deal*; capitalismo

## Abstract

The article briefly recovers the current targets for reducing global greenhouse gas emissions, the trajectories required to meet these targets, and the social determinants that come into play in the necessary transformations. This initial discussion is taken as a starting point for a first critical approximation to the *Green New Deal*.

**Keywords:** Climate crisis; *Green New Deal*; capitalism

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia da UFF e pesquisador do NIEP-Marx. [eduardobarreto@id.uff.br](mailto:eduardobarreto@id.uff.br)



Na última semana de novembro de 2019, a Organização Meteorológica Mundial divulgou os dados consolidados de 2018 sobre os níveis de concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera<sup>2</sup>. Segundo seu relatório sobre gases de efeito estufa, essa concentração atingiu patamares “observados” pela última vez há 3 milhões de anos (WMO, 2019). Para ter uma referência clara da magnitude dessa escala de tempo, lembremos que estimativas correntes informam que nossos mais distantes antepassados do gênero homo remontam dessa época. O homem moderno, por sua vez, teria surgido apenas há cerca de 300 mil anos.

A estabilização desse processo de transformação química da atmosfera exigiria reduções agudas e sustentadas das emissões anuais de *vários gases*. Outro relatório, lançado quase simultaneamente pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), alerta que as emissões globais anuais de gases de efeito estufa teriam que ser reduzidas em 7,6% ao ano pelos próximos 10 anos *apenas para cumprirmos as metas do Acordo de Paris* (PNUMA, 2019)<sup>3</sup>. No entanto, sequer a contenção da trajetória de crescimento vinha sendo alcançada, até 2020.

Desde que a pandemia da Covid-19 começou a paralisar uma série de atividades econômicas importantes, notícias e avaliações sobre possíveis impactos ecológicos começaram a circular. Os primeiros efeitos foram vistos na superficial regeneração da paisagem urbana, com o céu ficando mais azul, o ar mais limpo, a água de canais mais cristalina, animais circulando nas ruas etc. Em seguida, começamos a ver projeções de redução das emissões de

---

<sup>2</sup> Cf. o *press release* em: <https://public.wmo.int/en/media/press-release/greenhouse-gas-concentrations-atmosphere-reach-yet-another-high>

<sup>3</sup> O IPCC (2018) nos adverte que o cumprimento integral desse acordo ainda seria insuficiente para limitarmos o aquecimento do planeta a 1,5°C acima da temperatura pré-industrial.



gases de efeito estufa em 2020. Inicialmente, redução de 1,5%; corrigida depois para 4% e agora, em abril, para 8%<sup>4</sup>.

É fácil constatar que essa redução vem a um custo humano, social e econômico imenso, fruto da interrupção forçada da circulação de pessoas e mercadorias pelo mundo. O que talvez exija demonstração mais cuidadosa é o fato de que não é concebível obter as reduções preconizadas pelo IPCC sem sacrifícios de magnitude semelhante. Vamos aos termos do problema.

\*\*\*

A primeira coisa que devemos chamar à atenção é que uma redução isolada das emissões globais em nada altera as nossas chances de evitar uma catástrofe social provocada pelo colapso climático. Em dois dos seus últimos relatórios, o IPCC (2018; 2019) indica a necessidade de reduzirmos as emissões em aproximadamente 50%, até 2030. Eis a dimensão do desafio: se repetíssemos essa redução prevista de 8%, em todos os próximos 10 anos, atingiríamos o corte de 50% exatamente entre 2029 e 2030.

Nossos problemas, no entanto, não param por aí. O mesmo IPCC trata a meta de 2030 como uma espécie de primeiro *check-point*, uma conquista de passagem, rumo ao objetivo realmente necessário: alcançar emissões nulas até 2050 (IPCC, 2018). Mas se diminuirmos as emissões globais de gases de efeito estufa em 8%, todos os anos, pelos próximos 30 anos, chegaremos em 2050 com um nível de emissões globais de 4,5 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente. Um nível bastante diferente de zero.

Certamente, nem mesmo os mais otimistas imaginariam que fôssemos capazes de zerar as emissões brutas. A aposta do IPCC é, já desde

---

<sup>4</sup> Cf.: <https://www.iea.org/reports/global-energy-review-2020>



de sua quinta *Assessment Report*, mobilizar tecnologia de geoengenharia para extrair ativamente da atmosfera ao menos tanto gases de efeito estufa quanto emitimos, i.e. atingir emissões líquidas nulas (IPCC, 2014). Ou seja, simultaneamente ao sucesso de três décadas ininterruptas de corte das emissões em 8%, teríamos que chegar a 2050 com a capacidade tecnológica de capturar e armazenar 4,5 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> *anualmente*.

Colocando esse número em perspectiva, o mesmo IPCC estima que, entre 1750 e 2011, toda a vegetação do mundo e todos os oceanos absorveram anualmente, *em média*, 4,44 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> (IPCC, 2014). Grosso modo, nossa tecnologia deveria, então, simplesmente dobrar a capacidade de captura de carbono do planeta.

No entanto, o que normalmente se esquece quando as características virtuosas de novas tecnologias são levantadas é que todas elas, sem nenhuma exceção significativa, entram em cena patenteadas. A título de ilustração, no final de 2019, a CNN publicou em seu portal a história de uma *start-up* que teria alcançado um extraordinário avanço energético utilizando uma tecnologia solar controlada por inteligência artificial<sup>5</sup>. Com isso, dizem, estaria finalmente possibilitada a descarbonização de importantes indústrias pesadas, responsáveis por uma fração significativa das emissões globais de CO<sub>2</sub>. A partir disso, a própria CNN declara em letras garrafais: trata-se de uma tecnologia para “solucionar a crise climática”. No corpo do texto, porém, é casualmente mencionado que a tecnologia está, obviamente, patenteadada. Aqui reside o busílis da questão.

Suponhamos que a nova tecnologia realmente tivesse todo o alegado potencial de eliminar as emissões de gases de efeito estufa em

---

<sup>5</sup> Cf.: <https://edition.cnn.com/2019/11/19/business/heliogen-solar-energy-bill-gates/index.html>



indústrias muito poluentes. Agora lembremos que no mundo inteiro, cientistas, ativistas e até políticos alertam que vivemos uma emergência climática que exige uma ação *imediate e concertada globalmente*. Nós não temos 20 ou 30 anos para aguardar o curso normal de disseminação da inovação. Sendo assim, caso essa nova tecnologia possuísse de fato o alegado impacto material, o próximo e irrevogável passo deveria ser sua acelerada universalização. Em outros termos, qualquer que seja o potencial benéfico, ele só seria realmente realizado se essa tecnologia se espalhasse rapidamente por todo o mundo e por todos os usos possíveis<sup>6</sup>. Mas ela foi patenteada, o que implica restrições legais e econômicas ao seu uso.

O patenteamento da inovação supostamente salvadora não revela *simplesmente* uma ganância patológica dos megaempresários, uma vontade política mal direcionada, ou uma política industrial mal elaborada. Essa prática é, antes, sintoma de algo mais profundo, da lógica própria de funcionamento da sociedade capitalista. Nela, qualquer objeto útil só é produzido se for capaz de passar pelo “buraco da agulha” da lucratividade. Isto é, só se produz o que se pode produzir com lucro. A utilidade e as necessidades são absolutamente secundárias (MÉSZÁROS, 2002). Mesmo se a necessidade for, digamos, “salvar o mundo” ou “solucionar a crise climática”.

Algumas das tecnologias e dos modos de vida que nos permitiriam sobreviver a um mundo em rápida transformação já existem e são conhecidos. Mas ainda se encontram amarrados por estruturas cuja função é apenas garantir sua viabilidade econômica (i.e. a lucratividade), restringindo

---

<sup>6</sup> Também não devemos esquecer, claro, de todas as modalidades de tecnologias e avanços tecnológicos que sequer são portadores de potencial benéfico do ponto de vista ecológico (SÁ BARRETO, 2016).



seu uso. Sua urgente universalização, portanto, reclama a supressão dessas amarras. Aronoff *et al.* (2019) não deixam de reconhecer explicitamente tal exigência, ainda que de maneira algo moderada: “queremos afrouxar radicalmente as patentes para acelerar a cooperação global em tecnologia limpa, disponibilizando as melhores ferramentas para todos os países”<sup>7</sup>. Não deve surpreender que tal requisito esteja completamente ausente no Green New Deal estadunidense (OCASIO-CORTEZ, 2019) e no European Green Deal (EUROPEAN COMMISSION, 2019).

Todavia, não estamos confrontados somente pelo desafio de encontrar e generalizar novas tecnologias, mas também pelo imperativo de eliminar as velhas. A maior parcela de tudo aquilo que emitimos – pouco mais de um terço do total – tem origem na produção de energia<sup>8</sup>. Uma descarbonização radical da matriz energética mundial é, portanto, incontornável. Reservas comprovadas de petróleo, carvão e gás natural devem permanecer inexploradas. O mero estímulo às fontes renováveis não chega nem perto de ser suficiente. O impulso à proliferação dessas fontes nas últimas décadas foi extraordinário e, ainda assim, não foi capaz de deslocar os combustíveis fósseis da matriz energética mundial. Evidentemente, muito mais do que uma questão puramente técnica, o que está aqui envolvido é uma luta encarniçada contra um dos setores mais poderosos do capitalismo contemporâneo.

Além disso, as reservas ainda não exploradas circulam como trilhões de dólares em ativos financeiros nos mercados de futuros e as próprias corporações têm seu valor determinado em parte pelo que ainda está

---

<sup>7</sup> A citação não apresenta numeração de página por ter sido extraída de livro eletrônico. No original, lê-se: “we want to radically loosen patents to speed global cooperation on clean tech, making the best tools available to all countries”.

<sup>8</sup> Cf.: <https://www.epa.gov/ghgemissions/global-greenhouse-gas-emissions-data>



debaixo da terra. Desafiar os combustíveis fósseis, portanto, não envolve apenas a luta contra grandes petroleiras e afins. Envolve encarar de frente todo o setor financeiro, todos os seus atores diretos e todos os políticos profissionais em sua folha de pagamento.

Nesse caso, não custa frisar que é a hipertrofia da esfera financeira no capitalismo contemporâneo que determina uma hegemonia relativamente sólida do ideário neoliberal e um mundo prostrado à lógica do capital fictício, não o contrário (SÁ BARRETO, 2019). Por isso, é desconcertante que um marxista da estatura de Bellamy Foster acredite ser possível superar os combustíveis fósseis sem superar o capitalismo, adiando a transição revolucionária para um indefinido “longo-prazo”. Segundo o autor:

No longo-prazo, claro, precisamos ter uma completa revolução ecológica e social, transcendendo as relações capitalistas de produção existentes. Mas neste momento, estamos em uma situação de emergência e a primeira prioridade é a eliminação dos combustíveis fósseis, o que implica a destruição do assim chamado capital fóssil (FOSTER, 2019)<sup>9</sup>.

Da mesma forma, a agricultura e uso da terra em geral, com pouco menos de ¼ das emissões totais, nos cobra um enfrentamento totalizante. A forte mitigação que precisamos implica, nesse terreno, confrontar os interesses do agronegócio – e nisso estão incluídos, necessariamente, o lucro e a propriedade. A agricultura industrial, a monocultura, o desmatamento e

---

<sup>9</sup> No original, lê-se: “In the long run, of course, we have to have a full ecological and social revolution, transcending existing capitalist relations of production. But right now, we are in an emergency situation, and the first priority is eliminating fossil fuels, which entails the destruction of what is called fossil capital”.



o uso massivo de fertilizantes nitrogenados, que emitem óxido nitroso, um gás quase 300 vezes mais potente que o CO<sub>2</sub>, conformam um sistema destrutivo que deve ser submetido a uma completa reformulação sob controle público e informada pelas melhores prática agroecológicas.

Já em meados do século XIX, Marx ([1867]1984, p. 578) sublinhava o seguinte desdobramento de uma agricultura crescentemente dependente de novas fontes de fertilizantes:

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista [...] perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário [...]. Mas, ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção [...]. E todo progresso da agricultura capitalista [...] e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradoras dessa fertilidade.

Em outras palavras, quando cresce a capacidade técnica de restauração da fertilidade do solo, cria-se não apenas a possibilidade recuperá-lo, mas também de expandir a produtividade (volume de produção para um dado espaço) ou mesmo de utilizar de técnicas agrícolas mais agressivas (sendo a monocultura sem rotação de plantio o exemplo mais conhecido). No entanto, o aproveitamento econômico dessas possibilidades aumenta o ritmo de esgotamento do solo, reproduzindo em escala ampliada as necessidades de restauração da fertilidade. Por esse motivo, no trecho citado acima, a lógica necessariamente autoexpansiva capital encontra-se no



seio do processo de degradação. O progresso técnico, neste caso, permite garantir as condições materiais imediatas da produção, mas tende a reproduzir, em escala ampliada, as exigências futuras de sua reposição. Mais uma vez, não se trata de um inimigo de poderes modestos.

Finalmente, mas não menos importante, temos os transportes. Esse é um caso emblemático, porque muitos dos efeitos mais aparentes mencionados no início do texto estão relacionados a esse setor. A baixa circulação de carros nas grandes cidades sob medidas de distanciamento social – ou até de confinamento obrigatório – leva a rápidas melhorias na qualidade do ar urbano. A contração significativa do turismo e o fechamento de fronteiras em diversos países também teve impacto no tráfego aéreo, uma das atividades humanas mais intensivas em emissões de carbono.

Essas retrações desarticuladas, improvisadas e temporárias não devem nos servir de modelo. Não é possível imaginar que os transportes, responsáveis por cerca de 14% das emissões totais, apresentem as reduções necessárias sem que certos modais sejam superados – o carro privado individual, o avião etc. – e sem que a lógica privada que opera o transporte público seja extirpada em definitivo. Conforme Aronoff *et al.* (2019) apontam, “a meta para cidades e subúrbios é um sistema de transporte público gratuito, e de tamanha qualidade que a maioria das pessoas apoiarão restrições severas aos carros privados (e, no limite, seu banimento)”<sup>10</sup>.

Conquistar qualquer um desses resultados isoladamente e em âmbito nacional já é tarefa suficientemente árdua. Porém, é imprescindível

---

<sup>10</sup> A citação não apresenta numeração de página por ter sido extraída de livro eletrônico. No original, lê-se: “The goal for cities and suburbs is a public transportation system that’s free, and so good that most people will support major restrictions on private cars (and ultimately a ban)”.



que *todos eles* sejam alcançados; e *globalmente*. De nada adianta que um país qualquer obtenha uma descarbonização expressiva ou completa às custas de “exportar emissões”. Disputas geopolíticas por controle de tecnologias, de recursos minerais, de fronteiras são absolutamente incompatíveis com cenários que garantem ao menos um mínimo de possibilidade de preservação de nossa espécie. Mesmo assim, e de maneira inteiramente não surpreendente, as grandes potências econômicas e militares do planeta já se movem para assegurar acesso privilegiado a cadeias de suprimento que serão decisivas em um futuro próximo, como, por exemplo, a cadeia do lítio (ARONOFF *et al.*, 2019).

Por essa brevíssima recuperação de alguns poucos pontos centrais, percebemos que é inadiável enfrentar alguns dos mais poderosos pilares do capitalismo atual. E para que não haja dúvidas: se pretendemos evitar nosso próprio desaparecimento, derrota ou vitórias parciais não são uma opção.

\*\*\*

Diante de todos esses desafios, é perturbador que a grande aposta do ecologismo atual seja o assim denominado *Green New Deal*. De imediato, convém apontar a opção completamente anacrônica de traçar uma analogia intencional com políticas econômicas de salvamento do capitalismo nos anos 30, especialmente tendo em vista o que a própria Naomi Klein (2019)<sup>11</sup> reconhece: “o New Deal foi adotado por Roosevelt em uma época de tal

---

<sup>11</sup> A citação não apresenta numeração de página por ter sido extraída de livro eletrônico. No original, lê-se: “the New Deal was adopted by Roosevelt at a time of such progressive and left militancy that its programs (which seem radical by today’s standards) appeared at the time to be the only way to hold back a full-scale revolution”.



militância progressista e de esquerda que seus programas (que parecem radicais pelos padrões de hoje) pareceram ser, naquele momento, a única forma de bloquear uma revolução completa”. Fica a pergunta: se precisamos de uma transformação efetivamente revolucionária – como demonstrado na seção anterior –, *não seria perda de tempo* precioso mobilizar esforços por uma agenda que se restringe *a priori* aos limites dos parâmetros reprodutivos da sociedade capitalista?

Além disso, o Grande Acordo Verde padece de um problema de origem mais debilitante: pretende fazer avançar toda a agenda de profundas transformações (comentadas nesse texto) na arena parlamentar, por meio de leis. O projeto bastante desidratado apresentado no congresso estadunidense e a versão ainda mais recuada aprovada no parlamento europeu mostram com clareza os limites, há muito conhecidos, dessa estratégia.

Diante da flagrante frustração das mais relevantes ambições presentes no debate e até mesmo da frustração das metas mais modestas que sobrevivem à transposição para a arena institucional, não é incomum que se tribute esses resultados a algum tipo de prostração ideológica ao *business as usual*, de falta de vontade política ou de uma falta de capacidade de alcançar uma articulação internacional verdadeiramente eficaz. É inegável que todos esses fatores entram em jogo como barreiras para o avanço da agenda climática. Contudo, três ponderações devem ser acrescentadas.

Primeiramente, se entendermos o *business as usual* como o conjunto de práticas que buscam o máximo crescimento possível do capital a um menor custo privado possível e com absoluta indiferença a qualquer tipo de custo social, poderíamos tranquilamente substituir esse termo pela palavra *capitalismo* mesmo. Não se trata de um modelo de capitalismo que está



dando errado ou de um desvio do seu curso normalmente virtuoso. É simplesmente capitalismo, despido à sua mais fundamental essência. Logo, no seu desenrolar espontâneo, livre de pressões externas e regulações estatais, essa sua natureza aparece com toda a evidência.

Assim, em segundo lugar, a aparente paralisia política deve ser compreendida menos em termos morais/subjetivos e mais em termos estruturais/objetivos. Claro, costuma haver, em geral, espaço para o exercício de pressões externas e regulações estatais. Em outras palavras, é possível obter algum avanço no sentido de obrigar as grandes corporações a incorporarem como custo privado parte dos custos sociais e ecológicos de sua operação. Isso, argumenta-se, poderia limitar práticas destrutivas, bloquear atividades antiecológicas e até mesmo forçar transições para práticas e atividades mais ecologicamente sustentáveis. Esse espaço para as pequenas vitórias, contudo, não é ilimitado. Na verdade, ele é bastante estreito, posto que nenhuma medida que ameace os fundamentos da lucratividade e da competitividade é jamais tolerada. Não se trata, portanto, de mera falta de vontade política para fazer o que é necessário. O ponto é que a vontade política se encontra limitada *a priori* por requisitos dos quais o capital e seus representantes não podem abrir mão.

Em terceiro lugar, ilustrando esse ponto, peço que o(a) leitor(a) recorde que as últimas décadas foram marcadas por uma plethora nunca antes vista de políticas climáticas (SÁ BARRETO, 2018). Mesmo que nos grandes ambientes de articulação internacional o resultado mais aparente seja de uma certa paralisia, resultados muito expressivos foram obtidos. A título de exemplo, a produção primária de energia de fontes ditas renováveis cresceu 157% entre 1973 e 2017. Tomando 1992 como base, encontramos uma expansão de 66,6%. Nesses 45 anos, ademais, os maiores acréscimos,



em termos absolutos, se concentram nos últimos 26 anos, fortemente motivados pela Primeira Cúpula da Terra (Eco-92, no Rio de Janeiro) e por todas as convenções climáticas e ambientais subsequentes. No entanto, esse substantivo resultado não foi capaz de deslocar os combustíveis fósseis da matriz energética mundial, que em 1990 correspondiam a 81,19% de toda a energia produzida e em 2017 correspondiam a 81,21%<sup>12</sup>.

Esbarramos em um aparente paradoxo. Se é possível afirmar que houveram resultados importantes, como explicar a deterioração generalizada (e mais acelerada que o previsto) das principais variáveis climáticas e a persistente incapacidade de atingir as metas mais fundamentais? A explicação, curiosamente, é simples.

O resultado almejado por toda regulação estatal sobre certas atividades – e por toda taxaço imposta sobre variados poluentes e todo incentivo para o uso de formas alternativas de energia etc. – é a moderação do nosso impacto material sobre o planeta. Quando essas políticas obrigam os agentes econômicos a assumir como custo privado os impactos ecológicos de suas práticas, espera-se que essas práticas sejam reduzidas ou eliminadas, especialmente pela contração do consumo de recursos e da geração de resíduos poluentes. O problema, no entanto, é que embora as condições para essa moderação do nosso impacto sejam a todo instante criadas, *elas são também a todo instante bloqueadas/neutralizadas*.

Retomemos o exemplo das fontes energéticas. Ao mesmo tempo que a oferta primária por fontes renováveis aumenta consideravelmente e atinge patamares elevados, a oferta por fontes fósseis cresce quase tão

---

<sup>12</sup>

Cf.: <https://www.iea.org/data-and-statistics?country=WORLD&fuel=Energy%20supply&indicator=Coal%20production%20by%20type>



rápido quanto. Esse crescimento não é *apenas* fruto de um desinteresse ambiental da sociedade ou de pressões exercidas por *lobbies* do setor do petróleo. Ele ocorre por necessidade, originada pela sede energética de uma economia em permanente estado de impulso materialmente expansivo. Com isso, a participação das fontes renováveis na matriz energética mundial, que em 1973 era de 12,35%, avança para apenas 13,86% em 2017. Assim, por um lado, eventuais ganhos pontuais são simplesmente atropelados pela avalanche material do movimento expansivo<sup>13</sup> da sociedade capitalista.

Por outro lado, podemos apontar um mecanismo ainda mais profundo e estrutural. Basta lembrar que tudo aquilo que tem seu consumo evitado (e que, portanto, também não vira resíduo poluente) não é apenas recurso físico ou energético. É também capital, que, uma vez liberado daquela atividade a qual foram impostas restrições, não pode acomodar-se na imobilidade. Esse capital liberado precisa encontrar outros espaços de atuação para executar sua lógica de valorização e, quando os encontra, estabelece necessariamente contato com a materialidade. Em suma, o potencial poupador das pressões populares, da regulação estatal, dos avanços tecnológicos é sistematicamente neutralizado pela vocação expansiva do capital (SÁ BARRETO, 2018).

\*\*\*

Voltando agora ao início do texto, lembremos que o estado atual da química atmosférica é inédito para nossa espécie e até mesmo para nossos antepassados mais longínquos. Da última vez que essas mesmas condições

---

<sup>13</sup> A expansão material é persistentemente crescente, mesmo quando a trajetória do PIB (ou do PNB) apresenta comportamentos mais acidentados.



estiveram presentes, estima-se que a temperatura média do planeta era 2 a 3°C maior do que hoje e que o nível do mar era 10 a 20 metros mais elevado do que hoje. Não é nada extravagante concluir que *já vivemos* em um mundo desconhecido para a espécie humana. Ademais, esse mundo se encontra em abrupto processo de transformação. Muitas dessas transformações podem inclusive, num futuro terrivelmente próximo, colocar em xeque a capacidade do planeta de sustentar vida.

A literatura do *Green New Deal*, em franca expansão, reconhece, em boa medida, os contornos dramáticos da crise que enfrentamos. No entanto, tendo mapeado com relativa precisão a magnitude das transformações que devem ser obtidas para evitarmos um colapso civilizacional, propõe desafiar todos os pilares da moderna sociedade capitalista no âmbito da política institucional, justamente uma das principais arenas em que os conflitos encontram as resoluções mais adequadas à reprodução da sociedade capitalista<sup>14</sup>. Ou seja, é uma agenda que propõe superar o capitalismo sem desafiá-lo.

Há, é verdade, um apelo difuso e insistente a pressões populares que de alguma forma seriam capazes de redefinir o rol de possibilidades na política institucional. Evidentemente, dependendo do nível dessas pressões e dos novos equilíbrios de força que venham a se estabelecer, é possível obter certas concessões do capital, mas, como afirma Gramsci (2014, p. 49), “é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial”. E, no que concerne aos temas ecológicos aqui tratados, o essencial pode ser facilmente entendido como lucro, propriedade e crescimento. Por isso, os desafios com os quais nos defrontamos demandam uma mobilização popular com energia verdadeiramente insurrecional, capaz

---

<sup>14</sup> E em que as resoluções incompatíveis com a lógica do capital são sepultadas.



de assumir o comando e o controle coletivo dos rumos que precisam ser tomados. Se ela ainda não está posta, nossa tarefa mais imediata é constituí-la! Superar o capitalismo é o programa mínimo para enfrentar a crise climática que se avizinha.

## Referências

90

ARONOFF, K. et al. **A planet to win: why we need a Green New Deal**. Londres: Verso, 2019.

EUROPEAN COMMISSION. **The European Green Deal**. Bruxelas. 2019.

FOSTER, J. B. INTERVIEW: John Bellamy Foster on the 'Green New Deal'. **Climate and capitalism**, 2019. Disponível em: <<https://climateandcapitalism.com/2019/02/12/john-bellamy-foster-on-the-green-new-deal/>>.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2014.

IPCC. **Climate change 2014: synthesis report**. Genebra. 2014.

IPCC. **Global warming of 1.5°C: mitigation pathways compatible with 1.5°C in the context of sustainable development**. Genebra. 2018.

IPCC. **The ocean and cryosphere in a changing climate**. Genebra. 2019.

KLEIN, N. **On fire: the burning case for a Green New Deal**. Toronto: Penguin Random House, 2019.

MARX, K. **O Capital. Livro I: o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Bertrand, v. 1, [1867]1984.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

OCASIO-CORTEZ, A. **H.Res.109 - Recognizing the duty of the Federal Government to create a Green New Deal**. Washington, D.C. 2019.

PNUMA. **Emissions gap report 2019**. Nairobi. 2019.

SÁ BARRETO, E. Marx contra o otimismo tecnológico: economia "imaterial" desmistificada e desdobramentos para as questões ambientais. **Nova Economia**, 26(1), 2016.



SÁ BARRETO, E. **O capital na estufa:** para a crítica da economia das mudanças climáticas. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

SÁ BARRETO, E. Restauração neoliberal e o esgotamento histórico de formas consagradas de resistência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niteroi, 53, 2019.

WMO. **Greenhouse gas bulletin:** the state of greenhouse gases in the atmosphere based on global observations through 2018. Genebra. 2019.

*Recebido em 08 mai. 2020 | aceite em 13 mai. 2020*



# Produção destrutiva, colapso ambiental e agroecologia na ótica marxista

Henrique Tahan Novaes<sup>1</sup>

92

## Resumo

Este artigo pretende analisar a questão ambiental a partir de uma perspectiva marxista. Recuperamos estudos de marxistas que abordam o avanço das corporações transnacionais e como estas produzem o colapso ambiental. Em seguida, tentamos demonstrar as potencialidades anticapitalistas da luta ambiental, bem como os riscos de que ela estacione numa espécie de “ecocapitalismo”.

**Palavras-chave:** Colapso ambiental; corporações transnacionais; lutas ambientais.

## Resumen

En este artículo se pretende analizar la cuestión ambiental desde una perspectiva marxista. Recuperamos estudios de marxistas que abordan el avance de las corporaciones transnacionales y cómo producen el colapso ambiental. Luego, intentamos demostrar las potencialidades anticapitalistas de la lucha ambiental, así como los riesgos de que se estacione en una especie de “ecocapitalismo”.

**Palabras clave:** colapso ambiental; corporaciones transnacionales; luchas ambientales.

## Abstract

This article seeks to analyze the environmental question from a Marxist perspective. We draw on studies by Marxists that discuss the advance of transnational corporations and how these are producing environmental collapse. Then we attempt to demonstrate the anti-capitalist potential of the environmental struggle, as well as the risks of this movement “parking” in a kind of “eco-capitalism.”

**Keywords:** environmental collapse; transnational corporations; environmental struggles.

---

<sup>1</sup> Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, campus Marília-SP, Brasil. [hetanov@gmail.com](mailto:hetanov@gmail.com)



## Introdução: 7x1 para o capital em Brumadinho

Em novembro de 2018, a Câmara Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais votou pela reabertura da barragem de Brumadinho, que se encontrava desativada havia três anos. Poucos pareciam se lembrar da tragédia de Mariana, ocorrida em 05 de novembro de 2015. E, por 7x1, a Câmara liberou a barragem. Naquela ocasião, a única representante da “sociedade civil”, que votou contra, declarou seu voto: “Isso beira à insanidade”. Para nós, era a própria insanidade. Em Minas, no Mineirão, com os mesmos 7x1, a Alemanha eliminou o Brasil da Copa do Mundo de futebol masculino de 2014. Foi traumático, mas passou.

Aquele placar de 7x1 que liberou a barragem anuncia outra tragédia. A era da barbárie está trazendo problemas mais complexos para a humanidade do que a era dos extremos (HOBBSAWM, 1996). No Brasil, poderíamos destacar a nova fase da acumulação primitiva, que tem resultado na escalada dos assassinatos. Chico Mendes, trabalhadores do massacre de Corumbiara, Eldorado dos Carajás, Doroty Stang, dentre inúmeros outros são vítimas da era da barbárie. No mês de maio de 2017 vieram à tona os incidentes do Vale do Rio Doce (assassinato de uma liderança do MST), de Colniza, dos índios maranhenses e a chacina de 10 trabalhadores sem-terra, em Redenção, no Pará.

Na Era da barbárie, as corporações transnacionais jogam os seus tentáculos em todas as dimensões da nossa vida e cinicamente intensificam a propaganda das soluções estritamente tecnológicas.

Houve em 2016 no Brasil um golpe parlamentar mais complexo e difícil de ser compreendido que os anteriores. Em dois anos foram



eliminados mais de 2 milhões de empregos, inundando as taxas de desemprego, que hoje somam cerca de 14 milhões de desempregados, de acordo com as estatísticas oficiais<sup>2</sup>. No meio rural, voltam a aparecer acampamentos à beira das estradas e na cidade as lutas dos sem-teto crescem a cada dia. Estas são manifestações de um povo que realiza lutas seculares para ter direito à terra, ao trabalho, à educação, à saúde e à vida.

Neste artigo pretendemos analisar a questão ambiental na perspectiva marxista. Recuperamos alguns estudos de marxistas que abordam o avanço das corporações transnacionais e como estas estão produzindo o colapso ambiental. Em seguida abordamos brevemente o potencial da agroecologia.

### **Corporações transnacionais e colapso ambiental na ótica do marxismo**

Intelectuais marxistas têm se preocupado cada vez mais com os desastres ambientais. Destacamos, dentre outros, os estudos como o de John Bellamy Foster (2005), com o livro *A ecologia em Marx*; István Mészáros (2002), em *Para além do capital*; Joel Kovel e Michael Löwy (2002) com o *Manifesto ecossocialista internacional*; Elmar Altvater (2007), *Existe um marxismo ecológico?*; Michael Löwy (2003) *Ecologia e socialismo*; e, do mesmo autor, Löwy (2018), *Mensagem ecológica ao camarada Marx*. No campo da agroecologia, de vertente marxista, é possível destacar os estudos de Thelmely Torres Rego (2016), *Formação em agroecologia*; Dominique Guhur (2015), *Questão ambiental e agroecologia*; Wilon Mazalla Neto (2014),

---

<sup>2</sup> Evidentemente, estas estatísticas estatais tendem a subestimar o avanço do desemprego e do subemprego. A este respeito, consultar Mészáros (2011).



*Agroecologia e Movimentos Sociais*; Henrique Novaes, Diogo Mazin e Lais Santos (2015), *Questão agrária, cooperação e agroecologia*; Henrique Novaes (2017), *Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital*; Sevilla Guzman e Molina (2011), *Sobre a evolução do conceito de campesinato*.

Fora dele, mas em diálogo com o marxismo, é possível destacar os estudos de Machado e Machado Filho (2013), *A dialética da agroecologia*; Ignacy Sachs (1986), *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*; Ana Primavesi (1986), *Agricultura sustentável*; Paulo Petersen, José Maria Tardin e Francisco Marochi (2002), *Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica*; Jan Ploeg (2008), *Camponeses e impérios alimentares*; Jean Ziegler (2003), *Destruição em massa* etc., que trazem contribuições fundamentais para as lutas “ambientais”.

O estudo rigoroso de Luis Marques (2015) é um dos mais importantes dos últimos tempos, em nível internacional. O autor recupera a ascensão das corporações transnacionais no século XX e realiza um estudo minucioso em vários “campos”. Se é verdade que o “prognóstico” é insuficiente, por não ter uma teoria da emancipação do trabalho, o “diagnóstico” é compensando com uma ampla e exaustiva teoria do colapso ambiental.

Surgiam, na virada do século XIX para o século XX, as grandes corporações capitalistas, como nos mostrou Lenin (2003), em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Não mais estamos diante do capitalismo concorrencial analisado por Karl Marx em *O Capital*. A ascensão das gigantes corporações capitalistas monopolistas e oligopolistas, no século XX, lançou seus tentáculos em todas as dimensões da vida com seus novos produtos no



mercado, com suas novas formas de gerir a força de trabalho e a criação de novas tecnologias. Apresentam-se juridicamente como impessoais, mas têm por trás bilionários fundos de pensão, gestores que buscam a incessante autovalorização do capital e, logo, não hesitam em promover guerras, derrubar governos, assassinar lideranças de movimentos sociais, roubar terras e provocar inúmeros desastres socioambientais.

Desde os anos 1960, dentro do projeto de expansão rumo à América Latina, à China e de destruição do Estado de bem-estar social na Europa, houve nova investida das corporações capitalistas. Por meio do desenvolvimento tecnológico, que gerou novos produtos e novos processos de trabalho, com pesquisas científicas para manipular a mente humana para o consumo e aumentar o engajamento dos trabalhadores no chão de fábrica, os “tubarões tigre” passaram a ter um verdadeiro sistema de controle social, uma espécie de *Big Brother Corporativo* em paralelo aos sistemas de informação dos Estados nacionais.

As “corporações-monstro” estão cada vez mais livres para avançar na mercantilização da vida, no domínio de territórios e na livre circulação das suas ações nas bolsas de valores. Nos relatórios da ONU se fala em “administração da pobreza” e não mais “superação da pobreza” ou em “estratégias de desenvolvimento”. Com o avanço das políticas neoliberais baseadas na privatização direta e indireta de serviços públicos, isto é, o Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro, a barbárie só ganhará mais combustível: teremos o surgimento de mais e mais favelas, o aumento das taxas de desemprego e subemprego, destruição da



vida dos servidores públicos, guerras de baixa intensidade, ressurgimento do fascismo, dentre outros<sup>3</sup>.

Corporações capitalistas de altíssimo calibre das indústrias de agrotóxicos, transgênicos, tratores e implementos agrícolas e na comercialização de commodities, produzem inúmeros danos para a classe trabalhadora, como roubo de terras, envenenamento dos produtores e consumidores, aumento das alergias, endividamento de pequenos e médios produtores etc. Ainda assim se apresentam como empresas com responsabilidade social. Na página de uma dessas corporações lemos que ela é produtora de “defensivos agrícolas” e que contribui para “matar a fome da humanidade”.

Ora, em Minas Gerais, a Vale, coproprietária da Samarco, gerou uma verdadeira irresponsabilidade social empresarial em 2015, com o rompimento da barragem em Mariana. Naquele mesmo ano, as corporações promoveram outra irresponsabilidade no Brasil, jogando 2 milhões de trabalhadores/as no desemprego.

Em outro plano, as consequências da *revolução verde* foram narradas por pesquisadores, documentaristas, cientistas, intelectuais orgânicos de movimentos sociais, dentre outros. Ziegler (2013), no livro *Destruição em massa – a nova geopolítica da fome*, nos mostra o irracionalismo da produção de commodities, isto é, a produção voltada para acumulação de capital e todas as consequências que o modo de produção capitalista traz para a humanidade. Rogério Macedo (2015), num profundo diálogo com

---

<sup>3</sup> Ver Ziegler (2013), Mike Davis (2007), Netto (2008) e Lima Filho, Novaes e Macedo (2017).



Ziegler, observa que está havendo a “destruição da força de trabalho” e isso tem nome: catástrofe humanitária. Para ele:

O fenômeno possui duas dimensões: uma sistêmica e uma específica. A primeira diz respeito à conversão de todo o sistema do capital em máquina de destruição em massa, pela subtração das condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora global, processo regido pela clássica lei absoluta geral da acumulação capitalista. A essa dimensão, denomina-se complexo sistêmico destrutivo dos trabalhadores: em tudo agravado pela presença determinante da crise estrutural. A segunda dimensão consiste em parcela pontual do supracitado complexo (igualmente regida pela lei geral da acumulação) que é a responsável imediata pelo bloqueio das positivities envolvidas com o crescimento da produção e comercialização de alimentos. A ela, dar-se-á a denominação complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares. Portanto, são duas dimensões mutuamente determinadas, uma contida dentro da outra: todas profundamente destrutivas, determinadas pela crise estrutural, levada a tal pela mundialização do capital.

Esquemáticamente, pode-se dizer: a destruição em massa da força de trabalho é a consequência; o referido complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares é parcela do sistema do capital; seus mecanismos são as epidemias da fome e a degradação dos hábitos alimentares. (MACEDO, 2015, p. 311-312).

## **As lutas ecológicas e a agroecologia**

Os movimentos sociais dos anos 1930-1960 foram destroçados pela ditadura de 1964-1985. Na segunda metade dos anos 1970 surgiram



inúmeras lutas puxadas pelos trabalhadores. Eclodiram em todos os cantos do país lutas contra a fome, por habitação, emprego, melhores salários, melhores condições de trabalho para o funcionalismo público, lutas dos bancários, lutas por terra e teto, por creches, por saneamento básico, lutas por educação e democratização da escola pública, lutas dos atingidos por barragens etc<sup>4</sup>..

No fim das contas, o capital saiu vitorioso com a sua “transição gradual, lenta e segura”. Os trabalhadores não conseguiram garantir eleições diretas e o capital esteve no controle da transição, a ponto de Florestan Fernandes (1986) se perguntar se estávamos mesmo entrando na fase da “Nova República”<sup>5</sup>. No que se refere às lutas contra a revolução verde, esta “criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo” (MÉSZÁROS, 2004).

Ainda estamos muito longe de uma grande ação popular voltada a este propósito. Quem concebe e implementa a agenda ambiental são as corporações transnacionais. Para exemplificar, não bastasse a produção “tradicional” de mercadorias, agora as corporações transnacionais do agronegócio têm um setor “verde”, que poderíamos chamar de “mercadorias verdes”. As corporações capitalistas perceberam este novo mercado e se adequaram às bandeiras “ambientalmente sustentáveis”. Como tudo na sociedade se transforma em mercadoria, a agenda “verde” atraiu as classes

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Sader (1988); Dal Ri e Vieitez (2008).

<sup>5</sup> Ver também Netto (2013), Sampaio Jr (2013), Minto (2015) e Deo (2014).



médias e uma parcela da população, em alguma medida consciente dos riscos do pacote da revolução verde<sup>6</sup>.

Na sociedade capitalista do século XXI, é plenamente possível e coerente para a classe média proteger seu corpo “individualmente”, comprando produtos orgânicos, votar em candidatos fascistas, condenar os direitos sociais e sair às ruas de verde amarelo. Na outra ponta da sociedade, os movimentos sociais estão promovendo denúncias e ações que, na nossa interpretação, possuem um potencial anticapital. Elas podem nos ajudar a construir uma sociedade para além do capital, dentro de uma “grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo” (MÉSZÁROS, 2004). Como herdeiro de Marx, o autor húngaro observa que a questão fundamental no século XXI continua sendo a emancipação do trabalho. No entanto, a obra do autor nos fornece pistas importantes que foram subestimadas no século XX, como a articulação da emancipação do trabalho com a igualdade substantiva, a questão ambiental, a questão de gênero, o internacionalismo das lutas, dentre outras.

Procuramos mostrar em outros estudos (NOVAES, 2012) que o MST incorporou a agenda agroecológica nos anos 2000. Para nós, esta agenda é composta de algumas dimensões que tem potencial anticapital, das quais destacamos: a) a soberania alimentar; b) a reforma agrária popular, c) a denúncia do pacote da “revolução verde”; d) questões de gênero, e) o

---

<sup>6</sup> Para os limites da bandeira do “consumo responsável”, ver o livro organizado por Novaes, Mazin e Santos (2015). Cabe lembrar também que as teorias dominantes sobre a questão ambiental têm colocado a “culpa” da destruição ambiental nos indivíduos, sem colocar evidentemente o holofote no principal determinante da produção destrutiva: as corporações capitalistas.



trabalho associado, f) a comercialização popular; g) a modificação da agenda de pesquisa, ensino e extensão das instituições públicas, dentre outras.

Certamente a agroecologia não irá avançar sem a conquista da terra. Sem uma ampla reforma agrária, infelizmente não há agroecologia. Sem a superação do trabalho explorado-alienado, não há agroecologia. Sem o avanço do feminismo, não há agroecologia<sup>7</sup>. Sem uma completa desmercantilização da sociedade e sem soberania alimentar, não há agroecologia. A conquista dos meios de produção tornou-se tarefa vital no século XXI. Mais que isso, a conquista e o controle dos meios de produção pelos trabalhadores tendo em vista a construção de uma sociedade governada pelos produtores livremente associados, totalmente desmercantilizada, também é tarefa fundamental na agenda de lutas no século XXI.

O MST tem defendido uma Reforma Agrária Popular. Tudo leva a crer que as classes proprietárias brasileiras não aceitarão uma reforma agrária, muito menos uma reforma agrária de caráter popular. Como um grande produtor de riqueza e de miséria, o Brasil tornou-se um dos maiores celeiros da humanidade, mas também um dos maiores celeiros de miséria. As marcas da matriz colonial baseada no latifúndio, da produção voltada para o exterior e do trabalho escravo estão “gravadas” no país até hoje, onde produz-se milho para porcos e frangos, mas não tem milho para alimentar os filhos da classe trabalhadora<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Para este debate, ver Pinassi e Mafort (2012).

<sup>8</sup> Para este debate, ver Prado Jr (2002), Sampaio Jr. (2013), Ziegler (2012), Macedo (2015) e Deo (2017).



Segundo David Harvey (2004) e Walter Gonçalves et al (2016), o Brasil é um dos palcos centrais da “acumulação por espoliação”. Roubo de terras públicas, cercamento ilegal de terras, roubo de terras de posseiros, pequenos produtores, faxinalenses, etc. tornaram-se mais comuns do que imaginamos. A soberania alimentar, isto é, a luta contra a produção e a exportação de commodities ganha um papel primordial na medida em que está em jogo a alimentação adequada dos seres humanos, e não a “alimentação dos lucros do capital”. E, ao que tudo indica, nesta nova fase do capitalismo surgirão inúmeras lutas contra o fechamento de escolas, lutas por terra e teto, por habitação, transporte público barato e de qualidade, acesso a universidade pública, saúde pública. As parcas conquistas republicanas duramente arrancadas pelos trabalhadores estão sendo destruídas, numa espécie de “desproclamação da república”.

Diante deste contexto de ofensiva do capital e destruição de tudo o que é público, qual é o potencial anticapital da questão ambiental e o desafio para os movimentos sociais?

No caso brasileiro, o primeiro de todos é reestabelecer a democracia e acabar com o golpe institucional o mais rápido possível. Além disso, fazer avançar as lutas anticapital. Aparentemente, lutar contra o fechamento de escolas, contra a destruição da saúde pública, lutar por terra, moradia e melhores salários/direitos trabalhistas são lutas “reformistas”. Mas, no contexto de ofensiva do capital, elas adquirem radicalidade, por mais difícil que isso possa parecer. Porém, contraditoriamente, acreditamos que as lutas precisarão avançar rumo a bandeiras e ações anticapital mais precisas: autogestão, cooperação, desmercantilização, ecossocialismo, terra de



trabalho (e não terra de negócios), soberania alimentar, igualdade substantiva, educação para além do capital (NOVAES, 2017).

Lutas pelo definhamento do Estado capitalista e sua burocracia, a unificação das lutas da classe trabalhadora e a propriedade comunal, a construção da nossa revolução, são bons exemplos do que estamos teorizando. Sem elas dificilmente caminharemos rumo a uma revolução na América Latina. Na falta dessas bandeiras, as classes proprietárias poderão até ceder aqui ou ali, mas a essência do sociometabolismo do capital estará preservada. Sem estas pautas, a luta pela terra irá se tornar agricultura familiar, a luta por teto irá se tornar no máximo um “puxadinho” do programa governamental *Minha Casa, Minha Vida*, sob o comando das corporações, e a luta pela agroecologia permanecerá no terreno do “consumo responsável” e assim por diante.

Tais lutas também não poderão ficar no terreno eleitoral. Como nos alerta Mézáros (2008), as lutas do século XXI devem ter como base as lutas extraparlamentares:

[...] a força extraparlamentar original e potencialmente alternativa do trabalho transformou-se, na organização parlamentar, permanentemente desfavorecida. Embora esse curso de desenvolvimento pudesse ser explicado pelas fraquezas óbvias do trabalho organizado em seu início, argumentar e justificar desse modo o que havia realmente acontecido, nas atuais circunstâncias, é apenas mais um argumento a favor do beco sem saída da socialdemocracia parlamentar. Pois a alternativa radical de fortalecimento da classe trabalhadora para se organizar e se afirmar fora do Parlamento – por oposição à estratégia derrotista seguida ao longo de muitas décadas até a perda completa de



direitos da classe trabalhadora em nome do “ganhar força” – não pode ser abandonada tão facilmente, como se uma alternativa de fato radical fosse a priori uma impossibilidade (MÉSZÁROS, 2008, p. 18).

Para nós, a luta anticapital no século XXI deve estar centrada na emancipação do trabalho, em plena articulação com questões ambientais, de gênero, etc. Para ela acontecer a pressão das ruas deverá ser enorme. A luta centrada no parlamento, como mostrou Mézszáros (2008) nas linhas acima, torna-se limitada. O retorno ao trabalho de base para construir a revolução, a construção da estética anticapital, sempre tendo em vista a superação do trabalho alienado e sua forma de política correspondente, também alienada, serão desafiadoras nos próximos anos. Não é possível parir uma revolução sem construí-la.

Ao que tudo indica, as lutas na América Latina não comportam o gradualismo e o reformismo típicos dos partidos de esquerda das últimas décadas. Não é possível se aliar, não é mais possível conciliar as classes, se aliar ao capital. Vimos o desfecho do lulismo: com o aprofundamento da crise econômica, a aristocracia operária foi “ejetada” do Governo, num perfeito golpe parlamentar-jurídico. Evidentemente que uma revolução necessita de uma teoria revolucionária adequada para o século XXI e adequada para as especificidades da América Latina<sup>9</sup>.

Sendo assim, o avanço da conquista da terra na América Latina pelos camponeses, indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais somente se dará dentro de um quadro revolucionário. Na falta dela, a agenda agroecológica dos movimentos sociais irá avançar a passos lentos, muito provavelmente na

---

<sup>9</sup> Para este debate, ver Iasi, Figueiredo e Neves (2018).



forma de um neocapitalismo tolerável pelas classes dominantes, na forma de um agronegócio “verde” ou talvez de uma tímida política de criação de assentamentos isolados<sup>10</sup>. O avanço da agroecologia dentro de uma estratégia ecomunista e autogestionária depende da luta política, ou melhor, do avanço das lutas anticapital dos movimentos sociais e da formação da consciência revolucionária.

Na América Latina, o sujeito revolucionário é múltiplo e complexo. Boa parte da nossa classe trabalhadora nunca pisou numa fábrica e num sindicato. Vive na informalidade, sem vender diretamente sua força de trabalho a um patrão. A construção da unidade das lutas dos indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas, trabalhadores rurais, da classe trabalhadora urbana assalariada, formal e informal, e da nova classe trabalhadora terceirizada, não será nada fácil, mas é imprescindível. Construir essa unidade é tarefa urgente diante do colapso ambiental e das armas de destruição em massa de trabalhadores: fome, miséria, guerras preventivas, desemprego, subemprego, multiplicação das favelas, etc.

## Referências

ALTVATER, Elmar. **Existe um marxismo ecológico?** In: BORÓN, A. (org.) *A teoria marxista hoje*. São Paulo: Expressão Popular-Clacso, 2007.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2007.

---

<sup>10</sup> Na América Latina como um todo, eclodiram inúmeras lutas por terra, habitação, água, saneamento básico, saúde, educação, controle dos recursos naturais, dentre outras. Em geral, estas lutas “estacionaram” em demandas pontuais, especialmente porque a ofensiva do capital não permitiu aos trabalhadores a sua ultrapassagem. Ao contrário, tendeu a jogar os trabalhadores como um todo na miséria ou na defensiva. Mas também é preciso destacar que nos falta uma teoria adequada da transição ao comunismo na região.



DEO, Anderson. Autocracia burguesa e questão agrária no Brasil. In: PIRES, J. H. et. al (orgs.). **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**. Vol. 3. Uberlândia: Navegando, 2017.

\_\_\_\_\_. Uma transição à *long term*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** São Paulo: Zahar, 1986.

FOSTER, John Belamy. **A ecologia em Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONÇALVES, Walter Porto et. al. **Conflitos no campo 2015**. Goiânia: CPT, 2016.

GUHUR, Dominique. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In: NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Diogo; SANTOS, Lais. **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

HARVEY. David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas anticapital, 2018.

KOVEL, Joel; LÖWY, Michel. **Manifesto ecossocialista internacional**. *Capitalism, Nature, Socialism - A Journal of Socialist Ecology*, 2002.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2003.

LIMA FILHO, Paulo Alves. **Pensando com Marx (I)**. Marília-São Paulo: Lutas anticapital-Aramarani, 2018.

LIMA FILHO, Paulo Alves; NOVAES, Henrique Tahan; MACEDO, Rogério. (orgs.) **Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. Uberlândia: Navegando, 2017.

LÖWY, Michael. **Mensagem ecológica ao camarada Marx**. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 11, 2018.

\_\_\_\_\_. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2003.



- MACEDO, Rogério Fernandes. A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares. In: In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**, vol. I. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A Dialética da Agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.
- MAZALLA NETTO, Wilon. **Agroecologia e Movimentos Sociais**: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. Tese. (Doutorado em Engenharia Agrícola), Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista** – uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- NETTO, José Paulo. Prefácio. In: ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Uma face contemporânea da Barbárie**. Rio de Janeiro, 2008.
- NOVAES, Henrique Tahan. **Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital**. Marília: Lutas anticapital, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Reatando um fio interrompido**: a relação universidade movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.
- NOVAES, Henrique; MAZIN, Diogo; SANTOS, Lais (orgs.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- PETERSEN, Paulo; TARDIN, José Maria; MAROCHI, Francisco. **Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica**: facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região centro-sul do Paraná. AS-PTA e Fórum das Organizações dos



- Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná, 2002.
- PINASSI, Maria Orlanda; MAFORT, Kelli Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina. In: RODRIGUES, Fabiana; NOVAES, Henrique Tahan; BATISTA, Eraldo (orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- PLOEG, Jan. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- PRIMAVESI, Ana. **Agricultura sustentável**. São Paulo: Nobel, 1986.
- REGO, Thelmely Torres. **Formação em agroecologia**. Programa do Contestado da AS-PTA. Tese (Doutorado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2016.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAMPAIO JR., Plínio. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, João Pedro (org.) **Debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1987.
- SEVILLA GUZMAN, Eduardo; MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

Recebido em 30 abr. 2020 | aceite em 13 mai. 2020



# Autodeterminação indígena: o sentido do movimento histórico e a riqueza das múltiplas possibilidades futuras<sup>1</sup>

Daniel Lopes Faggiano<sup>2</sup>

## Resumo

Somente no Brasil existem 253 povos indígenas que apesar de açoitados pela imposição violenta do capital, ainda orientam suas ações de acordo com sua sociabilidade indígena. Embora cada vez mais pressionados a abandonarem seu modo de vida, como diria Darcy Ribeiro, espantoso não é que tantos índios morressem pela eficácia das armas, dos vírus e dos ardis postos em cena pelos colonizadores de ontem e hoje, mas sim a incrível sobrevivência de alguns povos até os dias atuais. Ainda hoje, na aguda crise estrutural do capital, estes povos, seguem resistindo. Neste longo processo de resistência, podem os povos indígenas alavancar possibilidades históricas de superação do capital?

**Palavras-chave:** povos indígenas, colonização, superação do capital.

## Resumen

Solo en Brasil existen 253 pueblos indígenas que, a pesar de ser hostigados por la violenta imposición de capital, aún guían sus acciones de acuerdo con su sociabilidad indígena. Aunque cada vez más presionados a abandonar su estilo de vida, como diría Darcy Ribeiro, no es sorprendente que tantos pueblos originarios murieran debido a la efectividad de las armas, virus y dispositivos puestos en escena por los colonos de ayer y de hoy, pero la increíble supervivencia de algunos pueblos hasta nuestros días. Incluso hoy, en la aguda crisis estructural del capital, estos pueblos continúan resistiéndose. En este largo proceso de resistencia, ¿pueden los pueblos indígenas impulsar posibilidades históricas de superación del capital?

**Palabras clave:** pueblos originarios, colonización, superación del capital.

## Abstract

Only in Brazil there are 253 indigenous peoples who, despite being harassed by the violent imposition of the capital, still guide their actions according to their indigenous sociability. Although increasingly pressured to abandon their way of life, as Darcy Ribeiro would say, it is not surprising that so many indigenous died due to the effectiveness of the weapons, viruses and devices put on the scene by the colonists of yesterday and today, but rather the incredible survival of some people to the present day. Even today, in the acute structural crisis of the capital, these peoples continue to resist. In this long process of resistance, can the indigenous peoples leverage historical possibilities for overcoming the capital?

**Keywords:** indigenous peoples, colonization, capital overcome.

<sup>1</sup> Título em homenagem à vida, luta e obra da antropóloga Carmen Junqueira.

<sup>2</sup> Mestre em Antropologia pela PUC-SP, presidente e fundador do Instituto Maíra. [daniel@institutomaira.org](mailto:daniel@institutomaira.org)



A permanente sucessão de crises, das quais os colapsos financeiros são expressões cada vez mais agudas, a destruição do meio ambiente, o desemprego estrutural crescente e as constantes guerras, são sintomas mundiais de nossa *crise estrutural do capital*<sup>3</sup>. No Brasil não se faz diferente: sucateamento do Estado em prol do capital financeiro, precarização da legislação trabalhista e previdenciária, múltiplos ataques aos direitos sociais e coletivos, além da autoritária criminalização das manifestações populares.

Nessa *barbárie* contemporânea, não vivemos o fim dos tempos, mas tempos de aguda crise da civilização capitalista. Tempos de trevas e intensificação das contradições sociais, tempos de miséria generalizada, concreta e espiritual. O futuro que avistamos por entre escombros e ruínas é assustadoramente perverso, no entanto ainda está em aberto.

Interpretar a realidade brasileira, desvelar as múltiplas mistificações de nosso desenvolvimento, analisar as particularidades de nosso capitalismo colonial<sup>4</sup> e apontar caminhos para superação desta sociabilidade, se faz, ontem e hoje, tarefa fundamental na construção de nosso pensamento e de nosso Brasil.

Pensar criticamente o Brasil em suas particularidades históricas a partir da crise estrutural do capital significa: apreender o Brasil com suas mais diversas vozes e conhecimentos em releitura ao pensamento de Karl Marx. Atentos ao nosso presente, conscientes de nosso passado e críticos de nosso devir.

---

<sup>3</sup> MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*.

<sup>4</sup> SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial*.



Pensar o Brasil nesse retorno à Marx significa abandonar as demais simplificações e vulgarizações do pensamento marxista para adentrarmos no campo do diálogo de sua obra com a realidade brasileira.

Em 1881, Karl Marx é indagado pela revolucionária Vera Zasulitch sobre o futuro das comunidades rurais russas: - A proletarização das comunas rurais russas é uma condição necessária à revolução russa?

Buscando responder a indagação acima, Marx nos propiciou, no futuro, a oportunidade de confrontarmos as distorções do marxismo “oficial” soviético com o seu estatuto ontológico do capital. Em seus últimos anos de vida, Marx dedicara boa parte de seu tempo estudando as movimentações não capitalistas do mundo, especialmente a questão Russa.

Abandonando qualquer viés histórico unilinear, etapista, determinista e eurocêntrico, a clareza com que o filósofo elabora os rascunhos da versão final da resposta à companheira russa, se apresenta de forma imperiosa aos críticos vulgares.

[...] a análise apresentada n’*O capital* não oferece razões nem a favor nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que fiz dessa questão, para o qual busquei os materiais em suas fontes originais, convenceu-me de que essa comuna é a alavanca da regeneração social da Rússia<sup>5</sup>.

A contemporaneidade do modo de vida das comunas rurais com o modo de produção do capital abriu a possibilidade destes de se apropriarem dos avanços tecnológicos gerados no capitalismo, sem deixarem de apontar possíveis caminhos para sua superação. O concretizar-se dessa possibilidade

---

<sup>5</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*, p. 115.



dependeria, obviamente, do processo histórico, não existindo uma teleologia previamente inscrita na história.

Marx acredita na possibilidade da comunidade rural russa de *trocar de pele sem precisar se suicidar*. Ele evidencia no plano do pensamento essa alternativa histórica às comunidades rurais russas:

Falando em termos teóricos, a “comuna rural” russa pode, portanto, conservar-se, desenvolvendo sua base, a propriedade comum da terra, e eliminando o princípio da propriedade privada, igualmente implicado nela; ela pode tornar-se um *ponto de partida direto* do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna; ela pode trocar de pele sem precisar se suicidar; ela pode se apropriar dos frutos com que a produção capitalista enriqueceu a humanidade sem passar pelo regime capitalista, regime que, considerando exclusivamente do ponto de vista de sua *duração* possível, conta muito pouca na vida da sociedade. Porém, é preciso descer da teoria pura à realidade russa<sup>6</sup>.

Em 2017, passados 136 anos da carta de Marx à Vera Zasulitch, na atual crise estrutural do capital, na era da catástrofe, persistem no mundo sociedades não capitalistas. Somente no Brasil existem 253 povos indígenas<sup>7</sup> que apesar de acossados pela imposição violenta do capital, ainda orientam suas ações de acordo com sua sociabilidade indígena. Embora cada vez mais pressionados a abandonarem seu modo de vida, como diria Darcy Ribeiro<sup>8</sup>, espantoso não é que tantos índios morressem pela eficácia das armas, dos vírus e dos ardis postos em cena pelos colonizadores de ontem e hoje, mas sim a incrível sobrevivência de alguns povos até os dias atuais.

---

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 220.

<sup>7</sup> INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil (PIB).

<sup>8</sup> RIBEIRO (1996).



Ancorados na realidade brasileira, a questão posta à Marx se apresenta fundamental nos dias de hoje, tanto no que tange em nosso retorno ao filósofo para com ele pensarmos o presente, afastando assim o marxismo vulgar e contrarrevolucionário, como sobre as possibilidades históricas da superação do capital. Porque, do mesmo modo, não poderiam, hoje, os povos indígenas, alavancar a luta pela superação do capital sem deixar de ser quem são, ou ao contrário, deveriam antes abandonar suas raízes metamorfoseando-se em trabalhadores assalariados?

Em reflexões acerca da questão posta, me recordo de um trabalho junto ao povo Guarani Mbya, na aldeia Tekohá Pyau (SP), uma das menores Terras Indígenas do Brasil com míseros 15 hectares de terra quando aprendi uma importante lição. Comprimidos pelo desenvolvimento metropolitano da grande São Paulo, viviam, na época, cerca de 400 indígenas estrangulados pela miséria. Em uma fria noite de inverno ao redor da fogueira, tomando mate e esfumaçados pelo *petyngué*, o jovem líder Tupã Mirim tentava me explicar o significado de *Tekohá*. Palavra essa que apressadamente era ocidentalizada como sinônimo de aldeia.

Para ele, no entanto, *tekohá* não se limita ao espaço das casas, ou ainda não é uma abstração puramente acadêmica, mas ao contrário, tem um significado concreto. *Tekohá*, me explica, é o local onde se faz o ser guarani, em outras palavras, *tekohá* é o lugar de objetivação, de concretização do modo de vida guarani. Por lugar podemos entender a terra, ou ainda, o território, ou seja, o que o jovem indígena tentava me ensinar é que o *tekohá* deve compreender uma variedade de entes materiais e imateriais que permitem a produção e reprodução do modo de vida guarani. Não basta nascer, mas também deve se fazer guarani.



Cada povo detém um modo de vida particular, cada povo depende de um conjunto de elementos para sua reprodução física e ideológica. Cada cultura representa assim um modo concreto de se fazer no mundo, cada cultura representa um modo particular de transformar a natureza e a si mesmo.

Cultura, tomada em seu sentido histórico, é um complexo de complexos no qual um determinado ser (social) produz um modo de vida adquirido como membro de uma comunidade determinada. Ou seja, a cultura não é um ente subjetivo, mas sim um *modo de vida* que transforma concretamente o mundo<sup>9</sup>.

De um modo geral, o indígena, em seu modo de vida, em sua cultura, se organiza de acordo com relações de parentesco. Possuem um modo de produção ordenado pelo parentesco, ou seja, são as relações de parentesco que moldam a sociabilidade indígena. O parentesco não é uma natural regulamentação biológica, mas, ao contrário, é uma construção social ideologicamente atrelada a determinada organização do trabalho. Muitos povos indígenas, por exemplo, regulamentam o casamento de acordo com interesses político – económicos, já o *amor* reside em outras esferas sociais mais adequadas.

Se cada cultura está ancorada em determinada organização do trabalho, o que foi então o encontro dos povos indígenas com os povos europeus? Categorizar esse encontro como um choque de culturas, nos parece por demais abstrato. Elevando-nos ao concreto podemos dizer que esse encontro foi a imposição violenta de um modo de organização do

---

<sup>9</sup> FAGGIANO (2014), p. 18.



trabalho a outro. Nossa história colonial se inicia assim: com o abocanhar do capital em nosso território, cultura e modo de vida.

Ilustrando nosso pensamento, podemos ver o choque desses dois modos de organização do trabalho nos primeiros contatos com o povo Kamaiurá<sup>10</sup>. Este, ao entrar em contato com o facão e o machado de ferro, aloca essas mercadorias de acordo com suas mediações sociais. Assim, a consequência imediata do contato com uma tecnologia superior, o metal ao machado de pedra, é a diminuição da jornada de trabalho. Ou seja, o povo Kamaiurá ao ter acesso a uma tecnologia superior, ao invés de reproduzir as mediações produtivistas do capital de intensificar a produção, ao contrário, se apropria, à sua maneira, do metal, mantendo a mesma produção realizada anteriormente, mas em menos tempo, sobrando mais tempo para se dedicar a outras atividades.

O avanço do capital e posteriormente do capitalismo na América Latina se faz na tentativa de conformar o modo de vida tradicional para que o indígena seja adestrado a servir, sem empecilhos, aos interesses do mercado. Existir é resistir, surge como resposta imediata a essa tentativa de opressão imposta. A manutenção da organização tradicional do trabalho indígena é uma insubordinação direta à forma alienante imposta.

Na expressão de Darcy, usando negros escravos, povos indígenas e trabalhadores explorados como carvão, o capitalismo se alastra no Brasil através de sua *via colonial*<sup>11</sup>, queimando nossas terras e recursos humanos na entificação de nosso capitalismo nos trópicos. Esta forma histórica, evidência a maximização da produção em um curto espaço de tempo, produz muita riqueza ao passo que intensifica nossa miséria. "A produção

---

<sup>10</sup> JUNQUEIRA (1978).

<sup>11</sup> CHASIN (2000).



capitalista somente sabe desenvolver a técnica e a combinação do processo social de produção minando, ao mesmo tempo, as duas fontes originais de toda riqueza: a terra e o homem<sup>12</sup>.

Esse processo colonizador em forte expansão ainda hoje, chegará às terras mais distantes deste Brasil. Os indígenas vivem hoje cada vez mais confinados. Antagonicamente à negação da vida humana presente no capital, os povos indígenas constroem seu devir em afirmação de sua humanidade. Aos povos indígenas, sob suas mais diferentes culturas e modo de vida, a produção e reprodução do povo é primordial, inexistente para eles qualquer forma de desenvolvimento que seja insustentável. Os povos indígenas repudiam a redução categórica da natureza apenas como "recurso ambiental", ou ainda, de forma mais clara, se recusam a interpretar a natureza como sendo uma mercadoria pronta ao consumo desenfreado.

Nas palavras do xamã David Kopenawa Yanomami:

Nós somos bem diferentes. O povo da terra é diferente. Napë, o não índio, só pensa em tirar mercadoria da terra, deixar crescer cidade... Enquanto isso o povo da terra continua sofrendo. Olha aqui em volta [*aponta para território Yanomami ao sul de Boa Vista, o qual estávamos atravessando*], tudo derrubado. Fazendeiro desmata para criar boi, vender pra outros comer e ele ganhar dinheiro. Aí pega dinheiro e continua desmatando, criando boi, abrindo mais fazendas... Napë só pensa em dinheiro, em botar mais madeira ou o que for pra vender, negociar com outros países. Nós pensamos diferente. A beleza da terra é muito importante pra nós. Do jeito que a natureza criou tem que ser preservado, tem que ser muito cuidado. A natureza traz alegria, a floresta pra nós índios é muito importante. A

---

<sup>12</sup> MARX (1946-1947), p. 555.



floresta é uma casa, e é muito mais bonita que a cidade. A cidade é como papel, é como esse carro aí na frente: branco, parece um papel jogado no chão. A floresta não, a floresta é diferente. Verde, bonita, viva. Fico pensando... por que homem branco não aprende? Pra que vão pra escola? Pra aprender a ser destruidor? Nossa consciência é outra. Terra é nossa vida, sustenta nossa barriga, nossa alegria, dá comida é coisa boa de sentir, olhar... é bom ouvir as araras cantando, ver as árvores mexendo, a chuva<sup>13</sup>.

Os povos indígenas assimilaram com maestria que o homem se faz homem em sua constante troca e transformação da natureza. Sabem que a natureza é fundamental no fazer-se humano. Pensam o mundo, no mundo, sabendo da importância do mundo para o seu fazer-se indígena. Por este motivo e não outro, os mitos indígenas existem como guias sustentáveis para o desenvolvimento deste sociometabolismo com a natureza. Os povos indígenas sabem muito bem da importância dos animais na manutenção e reprodução do meio ambiente. Muitos tabus alimentares, como a impossibilidade de realizar determinadas caçadas em determinadas épocas do ano, estão diretamente atrelados aos períodos reprodutivos fundamentais à manutenção das espécies.

A famosa terra preta, objeto de cobiça dos cientistas ocidentais, está distribuída por grandes áreas da floresta amazônica e é agora amplamente aceita como um produto resultante do manejo indígena do solo. A terra preta não surge ao acaso, mas ao contrário, é forjada na lapidação histórica da técnica de cultivo dos povos indígenas. Nessa constante troca do homem com a natureza, estão os povos indígenas, conscientes da natureza como pré-condição para serem sustentáveis em sua reprodução social.

---

<sup>13</sup> David Kopenawa Yanomami. In BOCCHINI (2012).



De um lado oposto, em nossa insustentabilidade do capital, desde 2008, o Brasil é o país que mais consome agrotóxico no mundo e, só em 2010, utilizou mais de 800 milhões de litros em suas lavouras. O Mato Grosso é o estado que mais consome veneno no mundo, sozinho utilizou 113 milhões de litros/ano. Nosso modo de vida do capital afirma nossa insustentabilidade histórica, ao ponto de pesquisas apontarem a contaminação do aleitamento materno na cidade mato grossense de Lucas do Rio Verde<sup>14</sup>.

Os povos indígenas com seus mitos e distintas outras formas de apreender o real sabem muito bem que os animais são nossos companheiros de trabalho. Nós não. Em nossa particular miséria capitalista que também é cultural, em nossa catástrofe ambiental, as abelhas estão desaparecendo e isso para nós é apenas um dado. Os povos sabem do fundamental trabalho das abelhas em nossa natureza e na manutenção de nossa reprodução social e existência futura. Em termos de custo do trabalho das abelhas, estima-se que os serviços ecossistêmicos da polinização correspondem a cerca de 10% do PIB agrícola mundial, representando a incrível cifra superior a US\$ 200 bilhões/ano no mundo<sup>15</sup>.

Inúmeras são as formas de dominação do capital e eliminação dos demais modos de vida. Em nosso caso particular, quase todos os ataques aos povos indígenas foram direta ou indiretamente financiados pelo Estado brasileiro. “O executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa<sup>16</sup>”.

---

<sup>14</sup> PALMA (2011).

<sup>15</sup> FONSECA (2012).

<sup>16</sup> MARX, & ENGELS. *Manifesto Comunista*. In: NETTO (2012), p. 187.



Roupas com sarampo, açúcar com arsênico, bombas com fator laranja, pulverização aérea de agrotóxicos, bala e outras táticas genocidas foram aplicadas aos povos desta terra. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade<sup>17</sup>, em nossa ditadura empresarial militar, 450 não indígenas foram assassinados pelas forças repressoras, em contraste com pelo menos 8.350 indígenas assassinados. Não apenas indivíduos foram assassinados, mas povos inteiros – por meio do esbulho de suas terras, remoções forçadas, contágios de doenças, prisões, torturas e assassinatos.

Passados mais de quatro séculos, a Conquista ainda não se deteve. Os métodos se alteraram, mas os objetivos continuam praticamente os mesmos: inviabilizar as formas de existência comunitária, de modo a dissolver os povos na massa pobre da sociedade brasileira, incorporar suas terras no regime da produção dominante ou simplesmente expô-los a condições de extrema penúria, sem defesa contra inimigos mais imediatos, de modo a acelerar o extermínio. É fácil encontrar exemplos que ilustram essa política<sup>18</sup>.

Os povos indígenas não foram duramente combatidos por apresentarem uma forma exótica aos olhos industrializados, mas foram perseguidos justamente por manterem um modo de vida que é antissistêmico e anticapital-propriedade privada. O modo de vida indígena, em suas sociedades contra o Estado<sup>19</sup>, nada mais é, do que a organização de uma sociabilidade contra a centralização do poder. Os povos não são sociedades *sem* o Estado, mas sim, *contra* o Estado. Ainda, em sua organização social tradicional, para estes povos, os seres humanos e a

---

<sup>17</sup> BRASIL (2014)

<sup>18</sup> JUNQUEIRA (1987), p. 123.

<sup>19</sup> CLASTRES (2003).



natureza não são opostos, mas partes de um todo, partes que compõem uma totalidade. Esta apreensão do mundo, não se adequa aos planos de desenvolvimento do capital sobre o homem e a natureza, tratados como mercadorias.

Para o povo Mebengokre, a palavra *Kukradja*, tomada em seu sentido mais estrito pode ser traduzida como cultura. No entanto, se interpretada dentro da “visão de mundo” mebengokre, a palavra *kukradja* toma um sentido muito mais amplo e significativo. Para este povo, *kukradja* também pode ser os ossos que compõem um esqueleto, ou ainda, as distintas partes que compõem uma festa. Nessa visão, as partes estão sempre conectadas ao todo, ou seja, o indivíduo está sempre ligado ao seu gênero humano, ou ainda, as particularidades do mundo se interconectam, conformam uma totalidade. Essa ideia de totalidade se assemelha muito à ideia reproduzida por Marx, tomada de Hegel de que a totalidade é a síntese de múltiplas determinações.

É esse modo de ser dos indígenas que incomoda a dominação do capital financeiro no Brasil. Entre 2003 e 2015, 742 índios foram assassinados, média de 57 por ano (só no Mato Grosso Sul foram 400 (54%) nesses 13 anos<sup>20</sup>). Em proporções relativas isso é um genocídio a céu aberto. Mas onde tem violência, tem resistência. A imposição violenta do modo de vida do capital se faz dialeticamente com a resistência do modo de vida indígena.

Para o cacique Babau Tupinambá:

Nós Tupinambá nunca conseguimos lidar com o Estado brasileiro. Como você viu, a primeira lei do país foi criada para matar Tupinambá. Os portugueses disseram: “olha, Tupinambá é inimigo

---

<sup>20</sup> CARTOGRAFIA DE ATAQUES CONTRA INDÍGENAS (2017).



da coroa. Mate". Depois, mandaram: "todos os colonos que estiverem no país têm que, por lei, matar os Tupinambá". E nós sobreviveu. Então, os colonos em muitos anos nunca tiveram capacidade de guerrear com os Tupinambá, então eles mandaram o exército, a polícia, e continua até hoje, você vê que a gente está lutando, mas fazendeiro nenhum nunca foi na terra Tupinambá, é a polícia que eles mandam. Então, o governo sempre foi o entrave para os Tupinambá<sup>21</sup>.

Os povos indígenas não têm dúvidas que, desde o contato colonial, existe uma política sistemática de eliminação dos modos de vida antagônicos aos rendimentos do capital. Essa guerra permanente, *desde sempre*, se alastra e se intensifica nos tempos de crise aguda.

Nós, ocidentais, infelizmente mistificamos cada vez mais nossa realidade social e nossa falta de compreensão do real, nos afasta cada vez mais de um trabalho emancipatório. As organizações da sociedade civil que trabalham junto aos povos indígenas, em sua maioria possuem uma elevada capacidade técnica, mas que geralmente é aplicada acriticamente, ou ainda, se aplica apenas em reformas de nosso capitalismo colonial. Neste contexto de declínio e retrocessos, a palavra "autodeterminação" foi substituída por "governabilidade" e "gestão territorial", como se não houvesse enfrentamentos no mundo, apenas possíveis ajustes.

Compreender as raízes de nossos problemas é fundamental para possível superação destes. Marx em suas "Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social" evidencia a seguinte questão: Por que o intelecto político é incapaz de compreender as causas dos males sociais e qual a origem dessa incapacidade?

---

<sup>21</sup> Cacique Babau Tupinambá *apud* MIOTO (2015).



"O que se constata, no entanto, é que o intelecto inglês atribui os males sociais ora à política dos partidos adversários, ora à falta ou ao excesso de assistência social, ora à própria lei de assistência aos pobres, ora aos próprios trabalhadores pela sua falta de educação ou a indolência, ora à falta de recursos para atender às necessidades de uma população que cresce mais do que os bens produzidos. Em consequência dessas concepções, a política social inglesa oscilou, nos últimos 300 anos, entre o assistencialismo e a repressão, sob as mais diversas formas.<sup>22</sup>"

O que Marx demonstra é que a miséria não se trata de um defeito, que pudesse ser sanado com o tempo, mas ser ela uma limitação essencial, ineliminável dentro da organização do capital. Ou ainda, em nossa realidade, a violência imposta aos povos indígenas não é uma face má do Estado, mas sim a forma de atuação do Estado dentro da expansão e dominação do capital. Dessa maneira, tanto a miséria generalizada, como a violência imposta aos povos indígenas, só serão sanadas com a superação da sociabilidade do capital.

Neste sentido, nessa busca pela superação do capital, retornar à Marx no Brasil é retomar a palavra "autodeterminação" em sua implicação prática. Poucos intelectuais fizeram não apenas trabalhos acadêmicos, mas também trabalharam o mundo, como a antropóloga Carmen Junqueira. Em seu trabalho emancipatório de enfrentamento às diversas formas de dominação capitalista, ela nos explica que:

Não se deve diminuir a importância do antropólogo também junto às aldeias, onde vive o cotidiano indígena. Seus trabalhos, reflexões e análises abrem-lhe acesso a uma visão clara da

---

<sup>22</sup> A propósito de "Glosas Críticas" de Ivo Tonet em MARX (2010), p. 13.



sociedade que estuda; conhece, talvez melhor que qualquer outro, o universo cultural e semântico dos índios. Está ele, por isso mesmo, apto a fornecer aos índios elementos que possam ajudá-los a melhor compreender o mundo capitalista. Eles precisam e desejam conhecer o sistema de vida do outro, do "branco". Cabe ao antropólogo facilitar-lhes esse conhecimento, para que, com os óculos de sua cultura, possam enxergar o sistema de dominação que ameaça a comunidade, os mecanismos de sujeição, mesmo quando encobertos em relações fraternas, e – mais ainda – o sentido do movimento histórico e a riqueza das múltiplas possibilidades futuras<sup>23</sup>.

É imperioso desvelar essa realidade fantasmagórica que nos confunde para que possamos compreender as raízes de nossos problemas. A superação desta sociabilidade em crise requer muita organização e luta, não existe outro caminho possível. Temos que enfrentar a realidade. No entanto, enfrentamento não é apenas o imediatamente sensível da ruptura abrupta com a ordem vigente, mas também o trabalho cotidiano de autogerir a vida e a vida em comunidade. Nesse sentido, os povos indígenas têm muito a nos ensinar. Por mais particular que pareça uma revolta indígena, ela contem em si uma alma universal, pois é contra o capital, é antissistêmica; e por mais universal que pareça essa revolta, ela esconde sob as formas do tradicional, um espírito livre, autodeterminado e concreto, portanto, particular.

### Referências

BOCCHINI, Lino. *Entrevista David Kopenawa Yanomami*. Revista Trip, publicado em 03.07.2012. Disponível em

---

<sup>23</sup> JUNQUEIRA, Carmen. A questão indígena, in: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante*, p. 127.



<<http://revistatrip.uol.com.br/trip/entrevista-com-davi-kopenawa-yanomami>>. Acesso em 17.05.2017.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

CARTOGRAFIA DE ATAQUES CONTRA INDÍGENAS. Disponível em <<http://caci.rosaluxspba.org>>. Acesso em 17.05.2017.

CHASIN, José. A Sucessão na crise e a crise na esquerda. In: CHASIN, José (Org.). **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

FAGGIANO, Daniel Lopes. **O Tempo que nos resta**. Estudos Kamaiurá. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, São Paulo, 2014.

FONSECA, Vera Lucia Imperatriz; CANHOS, Dora Ann Lange; ALVES, Denise de Araujo; SARAIVA, Antonio Mauro (Orgs.). **Polinizadores no Brasil: Contribuição e Perspectivas para a Biodiversidade, Uso Sustentável, Conservação e Serviços Ambientais**. São Paulo: Edusp, 2012.

JUNQUEIRA, Carmen. **Os Índios de Ipavu: um estudo sobre a vida do grupo Kamaiurá**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. A questão indígena, in: D'INCAO, Maria Angela (Org.). **O saber militante**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil (PIB). Disponível em <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/povos-indigenass>>. Acesso em 17.05.2017.

\_\_\_\_\_. **MAPAS**. Disponível em <[www.socioambiental.org/pt-br/mapas](http://www.socioambiental.org/pt-br/mapas)>. Acesso em 17.05.2017.

MARX, Karl. **El Capital**, trad.de Wenceslao Roces, México: Fondo de Cultura Económica, 1946-1947.

\_\_\_\_\_. **Glosas Críticas Marginais ao artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social: de um Prussiano"**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. In: NETTO, José Paulo (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.



\_\_\_\_\_. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo. 2009

MIOTO, Thiago. Artigo: **Não vamos deixar o agronegócio tomar o nosso país – Entrevista com Cacique Babau Tupinambá**. Jornalismo B, publicado em 26.08.2015. Disponível em <[www.mst.org.br/2015/09/01/nao-vamos-deixar-o-agronegocio-tomar-o-nosso-pais-afirma-cacique-babau-tupinamba.html](http://www.mst.org.br/2015/09/01/nao-vamos-deixar-o-agronegocio-tomar-o-nosso-pais-afirma-cacique-babau-tupinamba.html)>. Acesso em 17.05.2017.

PALMA, Danielly Cristina de Andrade. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT**. Dissertação de Mestrado, UFMT, Cuiabá, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. **Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial**. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

*Recebido em 05 mar. 2020 | aceite em 01 mai. 2020*



# Resenhas



## Para salvar o planeta, livrem-se do capitalismo

HERVÉ KEMPF

Lisboa: Ana Paula Faria Editora, 2009. 158 p.

---

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva<sup>1</sup>

127

A obra escrita pelo francês Hervé Kempf nos instiga desde o seu título, escrito no imperativo: "Pour Sauver la Planète, Sortez du Capitalisme", traduzido para o português de Portugal como "Para salvar o planeta, *livrem-se do capitalismo,*" nos desperta, em ambas as línguas, para a urgência imperativa da causa, ou seja, evidencia que não há mais tempo para apenas refletirmos e elaborarmos sobre a questão ecológica, é preciso que a humanidade modifique a sociedade.

Hervé Kempf já na introdução de sua obra nos conduz a uma experiência de análise histórica baseada em suas memórias. Nascido no norte da França, na cidade de Amiens no final da década de 1950, relata pertencer a uma geração "realizada" se comparada à geração de seus pais que viveram duas Guerras Mundiais e a pior crise econômica até então, a Grande Depressão de 1929; uma geração que além de enfrentar esses

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, com mestrado em Sociologia pela mesma instituição. É graduada em Ciências Sociais pela UNESP – Campus de Araraquara e Especialista em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra – Portugal. Realizou Estágio Doutoral junto ao LADYSS - Université Paris X -Nanterre – France e visita técnica junto ao Grupo Ecologia e Sociedade – Universidade de Coimbra – PT. É pós- doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – PE, desde 2013 atua como pesquisadora, ambientalista e produtora cultural no sertão pernambucano. [acborges@outlook.com.br](mailto:acborges@outlook.com.br)



dolorosos processos tiveram que construir uma nova sociedade. Ao contrário de sua geração que desfrutava de uma sociedade capitalista em ascensão, que debruçava-se sobre a invenção de novas tecnologias, algumas fundamentais para o bem-estar da sociedade, mas também diversas outras completamente supérfluas, ao mesmo tempo que se constituía e alimentava esse desenvolvimento por uma forma de vida pautada no individualismo, direcionada, como define a autor, a um “egoísmo sinistro”.

Esta obra é dividida em quatro capítulos: 1. O capitalismo, inventário antes do desaparecimento; 2. A neurose dos mercados; 3 A miragem do crescimento verde e 4. A cooperação ou o despotismo. Ao mesclar sua análise entre suas memórias de vida, onde compara três gerações (a de seus pais, a sua geração e a geração de seus filhos (1980), com seu olhar de jornalista, o qual possui ampla formação em Economia, História e Ciências Políticas, produz uma escrita fluida e envolvente da sua visão sobre a destruição ambiental, enquanto especialista em questões relativas ao ambiente e à ecologia.

Um dos pontos centrais da sua obra é a reflexão de como a humanidade poderá “sair da mecânica destrutiva do capitalismo”, que segundo sua visão será preciso, prioritariamente, desmontar arquétipos culturais e nos desfazer de seus condicionamentos psíquicos. Para o autor, ao contrário do que muitos cientistas defendem, a salvação do planeta não está no desenvolvimento de novas tecnologias, mas em “um novo agenciamento das relações sociais.” Ou seja, “os desafios do momento exigem que se saia da lógica do lucro máximo e individual para a criação de economias cooperativas que visem o respeito dos seres e do meio natural”.

O autor identifica uma mudança no sistema capitalista ocorrida a partir dos anos de 1980, a partir de dois aspectos. O primeiro deles está no



desenvolvimento da tecnologia informática, que desde a máquina de escrever ao surgimento do computador fomentou uma das “revoluções mais fenomenais dos últimos decênios”: o aumento da produtividade devido à “revolução” microinformática. Destaca que a informatização das cadeias técnicas não projetou a economia no imaterial, mas aumentou a quantidade de matérias transformadas pela atividade humana gerando uma massa de resíduos e de poluição derivada da obsolescência dos computadores. Mas também porque a manipulação permitida pelo computador não substituiu a manipulação da matéria, ao contrário, amplia, estimulando a concepção de máquinas mais poderosas. O segundo aspecto está nas relações humanas, Kempf afirma que houve uma exacerbação da ideologia individualista, a qual alimentou a valorização ao extremo do êxito individual em detrimento do bem comum. Todo esse processo ocorre em uma sociedade onde a injustiça social é um dos elementos centrais, pois os recursos existentes escapam a coletividade que os produziram, fazendo-se necessária a elaboração de políticas públicas que visem enfrentar a crise ecológica e reduzir a injustiça social.

Destaca quatro traços que caracterizam o capitalismo atual: o aumento da produtividade, a financeirização da economia, a corrupção epidêmica e um aumento muito pronunciado da desigualdade social a partir dos anos 1980 com a chegada ao poder nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha de Ronald Reagan e de Margaret Thatcher, quando “os rendimentos mais elevados desligam-se do resto do corpo social e açabarcam uma parte crescente da riqueza coletiva”.

Ao pensar no futuro próximo, o autor descreve uma situação distópica para o mundo em 2050 onde veremos a multiplicação das dificuldades do mundo presente: “haverá, talvez, duas vezes mais ricos, o



que colocará problemas ecológicos consideráveis. Haverá sempre muitos pobres, talvez mais do que hoje, o que significa que o desequilíbrio entre riqueza e pobreza continuará maciço”.

Outro ponto de destaque em sua análise, diz respeito ao aspecto dos códigos culturais da sociedade globalizada, que para ele é tão importante quanto à globalização das mercadorias e das viagens, pois “pouco a pouco, forma-se uma cultura humana unitária, que leva a definir um jogo de referências comuns”. O que traz diversas consequências, sendo uma das principais o fenômeno de rivalidade mimética, onde a finalidade essencial da riqueza não é responder a uma necessidade material, mas assegurar uma “distinção provocante”, ou seja, os indivíduos buscam o consumo irracional para exibir sinais de um estatuto superior aos demais. A descrição dessa lei antropológica torna-se ainda mais relevante no cenário de crise ambiental atual, quando o autor nos explica que os níveis de produção necessários para suprir as necessidades concretas de existência da humanidade são facilmente atingidos e que o problema encontra-se no acréscimo dessa produção que é alavancado pelo desejo que os indivíduos têm de “expor as suas riquezas, a fim de se distinguir-se de outrem”, o que alimenta um consumo ostensivo e um desperdício generalizado.

Nesse sentido, vê-se um cenário de desigualdade estruturado em “uma oligarquia cada vez mais rica e uma classe média suficientemente numerosa e próspera para aspirar aos novos códigos de prestígio”. Um quarto da população compõe o que o autor chama de “classe média dos consumidores”, sendo que quase metade dessa fração da sociedade encontra-se nos países em desenvolvimento.

Com relação ao papel do desenvolvimento do capitalismo mundial, Kempf destaca um processo contraditório, onde os detentores do poder



continuam a promover o crescimento máximo da economia, ignorando os apelos da necessidade de decréscimo, em um mundo que na realidade já está em decréscimo, pois a expansão econômica é tão poluente que a degradação do capital natural prossegue a um ritmo acelerado, onde “todo o aumento de crescimento do produto interno bruto corresponde hoje a um decréscimo das potencialidades de vida na Terra”.

Ao longo do livro, Kempf cita diversas consequências sociais do capitalismo atual, entretanto em sua análise sempre retoma a problemática de uma ética do capitalismo como sendo o fator central da destruição humana e ambiental. Essa ética é focada numa exacerbação do individualismo, tornando-se uma ideologia disseminada pelo mundo por meio de uma consciência pública que deu ao indivíduo uma posição desmensurada no que diz respeito às relações humanas.

Para o autor a superação das desigualdades sociais e da destruição ambiental está na criação de uma sociedade que siga outras regras, que não as do capitalismo, que substitua o lucro pelo bem comum, que, em vez de competir, coopere, que tenha como questão central a ecologia e não a economia. Uma sociedade onde a prevenção da destruição da biosfera seja objetivo da política humana no próximo meio século, onde para a sua realização seja pressuposto a necessidade do decréscimo do consumo material e que isto não pode ser atingido senão pela justiça social.

Para atingir tal objetivo, o autor afirma que é preciso pensar de maneira diferente, inverter o esquema implantado na década de 1980, pautado no individualismo, entendermos que hoje esse individualismo aprisiona e a solidariedade é a única forma de libertar a humanidade. Esta solidariedade pressupõe a partilha e a cooperação não como uma escolha moral, mas uma exigência para a harmonia pessoal e coletiva.



Há urgência em concebermos uma nova sociedade, um regime que ao sairmos do capitalismo transforme a perspectiva catastrófica em oportunidade de futuro. Aponta algumas experiências como sinalizações do caminho que a humanidade pode seguir para atingir tal objetivo, como a economia social e solidária, experimentada em associações, mutualidades e cooperativas. Esta nova organização social, necessita de uma economia que não seja orientada pelo princípio da acumulação primitiva dos recursos, uma economia de mercado, cujo domínio tenha como limite a produção de bens comuns essenciais, que não serão gerados como mercadorias. Nesse sentido sugere que a criação de mercados regulados por certos bens comuns planetários seja uma aposta crucial, pois contraditoriamente à aparência, ela rompe com o capitalismo pelo fato de o bom funcionamento desses mercados depender da eficácia do mecanismo de coordenação, ou seja, do poder público.

Para Kempf algumas questões são fundamentais para o desenvolvimento dessa nova sociedade: em primeiro lugar, é necessário compreender que a luta contra a desigualdade social e o progresso ecológico são fatores integrados, da mesma forma que a necessidade da redução do tempo de trabalho é indissociável da ecologia social, no sentido de que não é preciso produzir mais; do mesmo modo que é preciso dividir de forma igualitária os bens produzidos, também é necessário repartir melhor o trabalho, para que, dessa forma, os cidadãos possam ter tempo para participar de maneira diferente nas deliberações políticas, das atividades de interesse coletivo, dessa forma construiríamos uma outra temporalidade.

Uma sociedade onde “a cultura do jardim planetário” seja cultivada. Nesse sentido, faz necessário substituir a importação de bens pela produção



local, o que incentivaria a reconstituição de esferas de autonomia, onde os indivíduos, as famílias e as comunidades poderiam satisfazer parte de suas necessidades sem recorrer ao mercado. Ao mesmo tempo em que promoveria o retorno do domínio criativo das pessoas sobre as suas próprias vidas, o que diminuiria as frustrações causadas pela cultura do capitalismo.

Por fim, o autor enfatiza que o futuro não está na indústria e nem no desenvolvimento de novas tecnologias, mesmo que estas permaneçam bem presentes, o futuro está na invenção de uma agricultura que respeite o meio ambiente e crie empregos, em uma sociedade onde a cooperação não seja desenvolvida apenas entre os indivíduos e entre os grupos, mas também em escala internacional e até planetária.

Nesse sentido é fundamental que as nações escolham a cooperação ao invés da rivalidade, ou seja, a busca do interesse planetário e a cooperação ao invés da competição.

*Recebido em 07 mai. 2020 | aceite em 13 mai. 2020*



## Pensando com Marx hoje. Volume IV. Comunismo?<sup>a</sup>

LUCIEN SÈVE

Paris: La Dispute, 2019. 675p.

---

134

Yvon Quiniou<sup>b</sup>

### O renascimento da ideia comunista segundo Lucien Sève<sup>c</sup>

Num contexto em que o fracasso da experiência soviética invalidou o comunismo na opinião pública, Lucien Sève, fiel às suas convicções, pretende renovar sua relevância e demanda em um notável livro "Le Communisme"? Ele o faz como filósofo, mas também como historiador, e nos convida a um novo "objetivo comunista" diante da atual crise ecológica e antropológica.

---

<sup>a</sup> Original: *Penser avec Marx aujourd'hui. Tome IV. Le Communisme?*

<sup>b</sup> Filósofo marxista francês, autor de numerosos livros no campo do materialismo, moral e política.

<sup>c</sup> Resenha original publicada no portal **Mediapart**, na seção Le Blog de Yvon Quiniou | Tradução: Paulo Alves de Lima Filho.

Disponível em: <<https://blogs.mediapart.fr/yvon-quiniou/blog/011119/le-renouveau-de-lidee-communiste-selon-lucien-seve>>. Acesso em: 10 mai. 2020.



## O renascimento da ideia comunista

Lucien Sève é um importante filósofo, tanto pela qualidade quanto pela quantidade de sua reflexão inspirada por Marx, mas que tem o infortúnio (se podemos dizer), por causa de seu compromisso comunista (ele era membro do PCF durante 60 anos), deve ser dito e denunciado, censurado pela maioria dos meios de comunicação... exceto por seu primeiro livro importante, *Marxismo e teoria da personalidade* (1969), que marcará sua jornada intelectual e que foi elogiado magnificamente pelo filósofo cristão Jean Lacroix, quando ele manteve a seção filosófica do *Monde* com notável honestidade. Desde então, nada na grande mídia que, no entanto, frequentemente fale de pensadores muito inferiores a ele, mas sintonizado com a ideologia circundante e ajudando a desenvolvê-la. Situação, a propósito, que ele não está sozinho em sofrer no campo do pensamento marxista ou materialista ...

É por isso que me parece importante falar sobre seu último livro (que será seguido por um segundo volume), por duas razões: ele ocorre em uma tetralogia apresentada em uma introdução (se é que podemos assim dizer) intitulada *Pensando com Marx hoje*. Marx e nós, seguidos por "Homem"? e depois "Filosofia"? e, então, finalmente, "Comunismo"? (t.1). Observemos que cada um desses livros tem mais de 600 páginas e que sua lista simples, estendida por quase 20 anos, é impressionante, especialmente se tivermos em mente, ao lê-los, a qualidade de seu conteúdo e forma. E notemos os pontos de interrogação que seguem cada título: eles sinalizam fortemente que seu pensamento, ao contrário do que seus oponentes podem acreditar e fazer acreditar, que Sève, apesar de suas convicções vivas



(ele não é um sofista nem cético), não é dogmático: ele questiona assuntos importantes da filosofia contemporânea e se pergunta sobre eles, mesmo que isso signifique balançar algumas de suas análises anteriores; e, além disso, suas referências são múltiplas: ele é capaz, quando fala sobre o homem, de confrontar Nietzsche, Freud e Heidegger!

É difícil resumir este livro sobre o comunismo, que acaba de sair, por uma razão básica: seu interesse, e isso explica seu tamanho, reside precisamente na profusão de análises detalhadas sobre o que era o comunismo de Marx e Engels no século XIX e o que ele se tornou "no curto século 20", como ele chama. E essa abundância se desenrola em dois níveis, que ele fundamentalmente deseja misturar ou associar: história empírica, com todo o conhecimento a ser dominado, a fim de justificá-la adequadamente e, da mesma forma, o apelo a conceitos, teóricos ou filosóficos. E apreciei que isso exija esse chamado aos próprios historiadores: porque eles ficam frequentemente na evocação e descrição dos fatos, esquecendo que suas sequências, suas articulações e, portanto, sua causalidade, por exemplo, requerem procedimentos explicativos de natureza conceitual; do mesmo modo, a simples nomeação de certos eventos é, por si só, de uma ordem conceitual: evolução substancial da sociedade, como o Maio de 68, uma revolução, a diferença também é conceitual e é a esse preço que a história pode alcançar um certo nível de cientificidade - que caracteriza precisamente a abordagem sócio histórica de Marx e se entende que a última palavra caiba à história e não à filosofia!

A preocupação essencial do livro (e o prefácio fala muito claramente sobre ela) é entender o que é sobre o que é o próprio comunismo, tanto na pessoa que forjou com mais precisão o conceito (ou a noção, se você



preferir), em uma atmosfera histórica e política borbulhante, onde já foi discutido, mais ou menos confusamente: projeto, ideal ou algo mais? O primeiro termo parece-lhe também separado das realidades concretas das quais apenas se pode pensar, a saber, o movimento prático da história com todos os seus determinismos articulados à economia na qual devemos confiar para considerar o futuro. Este também é o caso da noção de ideal (à qual ele retorna na obra), a saber, de acordo com ele e com base em uma famosa afirmação de Marx de que o comunismo é apenas "o movimento real que abole o estado atual" (na Ideologia Alemã), ele denuncia o aspecto utópico e moralizante (segundo ele: podemos não concordar) para contestá-lo. Resta então, em sua perspectiva, a ideia do comunismo como alvo: manteria a ideia de um objetivo a ser perseguido, mas sem planejamento prévio do futuro, porque levando em conta as contingências ou circunstâncias imprevisíveis da história, que condicionam o devir.

Mas também é importante saber o que aconteceu com essas circunstâncias que frustraram o chamado "comunismo" na URSS e seus satélites e que invalidaram o modelo na opinião pública. Aqui Lucien Sève é claro, duplamente afirmativo, e eu o apoio totalmente. Por um lado, de fato, não era comunismo: o stalinismo era o oposto do que Marx entendia e queria com esse termo, especialmente do ponto de vista da democracia, apesar da expressão "ditadura do proletariado", pouco compreendida<sup>1</sup>, do ponto de vista dos direitos humanos, liberdade de expressão, rejeição ao crime em massa, também do desenvolvimento pessoal do indivíduo, ao qual Sève confere especial atenção - o que nos proíbe ver ali, portanto, uma

---

<sup>1</sup> Isso só pode assumir a forma de "República Democrática", disse Engels no final de sua vida. E no Manifesto a revolução é apresentada como o "movimento da imensa maioria" e não apenas "no seu interesse" - que é uma definição de democracia!



forma de comunismo, mas apenas um "socialismo de estado" de tipo autoritário e sangrento (apesar de incontestáveis conquistas sociais) que têm um nome: stalinismo. Foi isso que falhou e nada mais, ao contrário do que os anticomunistas repetem invejosamente, como sempre, para desviar as pessoas. Mas, por outro lado, deve-se explicar esse fracasso e, mais profundamente, o experimento revolucionário iniciado por Lênin. No entanto, é aqui que o autor apresenta uma ideia que considero bastante nova nele, muito importante teoricamente, de modo substantivo, e que tenho defendido há muito tempo: a transição para um modo de produção comunista, completamente inédito, pondo fim à "pré-história" da humanidade e, finalmente, inaugurando uma história humana real, dominada e livre dos antagonismos de classe e da exploração ligada à propriedade privada da economia, pressupõe, para ele (e este é o teórico materialista aqui quem fala) condições objetivas proporcionadas pelo capitalismo desenvolvido: econômicas, com um forte desenvolvimento de forças produtivas industriais, um grupo social, em grande parte, majoritário, de empregados explorados e ligado, direta ou indiretamente, ao mundo industrial e, como resultado, uma transformação de tipo democrático, com base nas conquistas da democracia política formal. Entretanto, tudo isso não existia na Rússia czarista agrícola, com uma classe trabalhadora muito minoritária, sendo o todo submetido a um poder tirânico. Isso, portanto, condenou a experiência de Lênin ao fracasso. Este é o ponto decisivo, se alguém não quiser se contar histórias, isto é, não entender nada sobre a história<sup>2</sup>. E é por isso que, como uma famosa passagem de A ideologia alemã indica que o autor gosta de se lembrar, o comunismo não é uma

---

<sup>2</sup> Podemos transpor em relação à revolução chinesa.



sociedade que "deveria ser criada", peça por peça: possui pressupostos objetivos sem os quais não é historicamente possível: surge, então, de um voluntarismo utópico, com todos os perigos que ocultam a utopia, que infelizmente foram comprovados<sup>3</sup>. Mas Sève vai ainda mais longe. Ele lembra (o que muitas vezes foi esquecido) que, no final de sua vida, em 1881, Marx havia se correspondido com uma revolucionária russa, Vera Zassoulitch, que alegou que, com base na propriedade comunal russa, de tipo coletivo, a Rússia poderia avançar mais rapidamente para o socialismo do que um país europeu. Marx, com sua abertura habitual, mas também seu rigor, respondeu que não excluía que uma revolução pudesse começar por aí, mas acrescentou imediatamente (comentários de Engels mais tarde) que só poderia ter sucesso com a ajuda de uma revolução no Ocidente que traria suas "conquistas" econômicas (ou "adquiridas") - que não ocorreram desde que foram esmagadas em sangue na Alemanha. Esta é a explicação definitiva para o fracasso que se seguiu, cujos detalhes forneço aqui, que separam cuidadosamente Lenin de Stalin, e este é o grande interesse que tem esse livro para nós.

Deveríamos, portanto, eliminar a noção de "ideal" no objetivo do comunismo, como Marx faz na mesma passagem de A ideologia alemã já citada e como parece fazer, mas às vezes apenas, Lucien Sève? Deixo ao leitor decidir, porque toca a moral na política. Como um ideal pode não ser satisfeito por ser um requisito abstrato e utópico, ele também pode ter um conteúdo moral e, portanto, um senso moral incontestável, que é a profunda reflexão sobre a dimensão humana do futuro comunismo, que inclui parte

---

<sup>3</sup> Sève critica Furet em O passado de uma ilusão. Mas ele esquece que este último definiu corretamente a revolução bolchevique como "um desvio subjetivista do marxismo". Pois seja!



do livro, revela, mesmo sem o conhecimento do autor - uma dimensão que ele sem dúvida desenvolverá no volume 2, final<sup>4</sup>.

Podemos, então, terminar esta breve síntese, examinar a abordagem de Sève para esse futuro e sua necessidade. Problema de vocabulário, antes de tudo: o termo "socialismo" é muito pouco usado em Marx - Sève está certo neste ponto -, que prefere quase exclusivamente o de "comunismo", seguido pelo autor deste livro. Deste ponto de vista, a socialdemocracia é boa para o socialismo e não para o comunismo e a URSS, com todas as suas falhas (e suas poucas qualidades, apesar de tudo, eu indiquei) era um estado socialista autoritário, não uma sociedade comunista. Mas acima de tudo, o que é fascinante em nosso filósofo comprometido é sua opção radical em favor do comunismo, especialmente no momento atual, mesmo que sua realização envolva estágios inevitáveis, mas o objetivo comunista permanecendo ali, animando o todo do movimento de superação do capitalismo. Por que então esta é uma opção que nem sempre está presente entre aqueles que se autodenominam "radicais", "revolucionários" ou mesmo "comunistas" em palavras? Pois é "o tempo presente" que o impõe, de acordo com ele, porque estamos em uma situação que não apenas o torna objetivamente possível (de acordo com as previsões de Marx), mas

---

<sup>4</sup> Lembro que o filme muito bom O jovem Karl Marx apresentou um Marx hostil a discursos morais e impotentes, segundo ele, dos apoiadores da Liga dos justos. E é nessa base que exige que nos refiramos aos interesses materiais dos homens, que ele compreendeu e depois, com Engels, escreveu o Manifesto. Mas direi de pronto: esse é apenas um aspecto do relacionamento de Marx com a moralidade. Veja meu livro A ambição moral da política. Mudar o homem? (L' Harmattan). Mas Sève parece concordar comigo, mesmo que neste livro ele fale apenas brevemente, por alusões e sem fazê-lo conceitualmente.



subjetivamente necessária ou exigível em escala mundial<sup>5</sup>. Ao mesmo tempo, o capitalismo atingiu um ponto limite se o considerarmos do ponto de vista econômico (a crise de 2008 provavelmente ocorrerá novamente, de acordo com especialistas), mas estamos na presença, segundo ele, de uma dupla crise geral: ecológica com os danos que o produtivismo, centrado na busca apenas de lucro financeiro, causa na natureza e, portanto, no homem, uma vez que faz parte dela, a ponto de o futuro da espécie humana estar em jogo - todo mundo admite, mas não querem levar a consequências práticas; mas também crise antropológica no sentido de que, por exemplo, a produção capitalista, estendida por toda parte, estraga os homens<sup>6</sup>, impede seu "livre desenvolvimento pessoal": não reagir diante dessa situação global onde os humanos se encontram, diz-se, com razão e seriedade, demonstraria uma "pusilanimidade mortal". Pelo contrário, o "objetivo comunista" pretende garantir esse "desenvolvimento pessoal" para todos, com base nos requisitos que Marx, e somente ele, formulou para aquele, o que o distancia de todo produtivismo: quer suprimir as múltiplas formas da alienação contemporânea: econômica, social e política, mas também a que afeta os homens na atualização de seus mais gratificantes potenciais de vida<sup>7</sup>. Isso já havia sido destacado em seu livro, escrito com seu filho Jean, historiador,

---

<sup>5</sup> Discutir esses dois termos já seria iniciar um debate substantivo sobre moralidade (distinto da ética) na política e o significado moral do comunismo.

<sup>6</sup> Pense na pobreza, no desemprego, no sofrimento no trabalho, nos suicídios que se seguem e cujo número está aumentando de maneira assustadora!

<sup>7</sup> Este conceito antropológico (ou categoria) de alienação é essencial para dar sentido à crítica do capitalismo e pensar no comunismo como uma emancipação universal. Pelo qual tocamos novamente a moral que requer o respeito dos seres humanos. Já era a proposição imperativa dos Manuscritos de 1844, muito pouco conhecida em minha opinião.



Capital exit ou catástrofe (La Dispute), mas, obviamente, é o próximo volume que nos dirá mais sobre isso. Estamos ansiosos por isso!

Paris, 01 de novembro de 2019

142

*Recebido em 01 mai. 2020 | aceite em 13 mai. 2020*



# Entrevistas



## Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio Jr.

---

144

A primeira entrevista desta edição da Revista Fim do Mundo é com o economista, pesquisador e professor Plínio de Arruda Sampaio Jr. “Plininho”, como é carinhosamente conhecido, é professor livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP); desenvolve suas pesquisas na área de história econômica do Brasil e teoria do desenvolvimento e dedica-se ao estudo do impacto da globalização capitalista sobre a economia brasileira. É autor de *Entre a nação e a barbárie: dilemas do capitalismo dependente* (1999) e de *Crônica de uma crise anunciada: Crítica à economia política de Lula e Dilma* (2017), e organizador dos livros *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial* (2009); e *Jornadas de Junho: a revolta popular em debate* (2014).

Participou da elaboração dos programas econômicos do PT até 1990, quando coordenou a elaboração do programa da candidatura de Plínio de Arruda Sampaio – seu pai – a governador de São Paulo. Nesse período, colaborou ativamente como assessor econômico da legenda, tendo sido o responsável pela crítica ao Plano Collor no programa nacional do PT. Em 1991, muda-se para França em viagem de estudo, onde fica até 1994. Neste período, Plínio consolida sua visão crítica sobre a sociedade brasileira, afasta-se politicamente da direção do partido que acelerava sua guinada conservadora de acomodação à ordem e reforça sua convicção na organização popular como único meio de superar as mazelas do povo.

De volta ao Brasil, passa a colaborar ativamente com os movimentos sociais, assessorando e organizando cursos de formação junto ao



Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens, Pastoral Operária, Grito dos Excluídos, Pastorais Sociais, Central dos Movimentos Populares e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Crítico dos rumos do governo Lula, durante o Fórum Social Mundial de 2005 rompeu com o PT, junto com centenas de militantes históricos. No mesmo ano, ingressou no PSOL e desde então tem se dedicado à tarefa de reorganização partidária da esquerda socialista.

Nesta entrevista concedida por e-mail ao coordenador-geral do IBEC Paulo Alves de Lima Filho, Plínio falou sobre vida acadêmica, sua candidatura em 2018, reversão neocolonial, conjuntura atual e muito mais.

Como vê sua vida de recém-aposentado após tantos anos de trabalho em uma universidade? Florestan dizia que a ditadura o havia emancipado da escravidão salarial, fato vital em sua vida.

Apesar dos pesares, a vida universitária é enriquecedora. Mesmo assim, a aposentadoria é uma alforria. A maior riqueza de um Homem é poder dispor de seu tempo como bem quiser. Agora, posso organizar minha agenda de estudo e minha militância política com total liberdade.

Haver sido chefe de guerra na luta por tentar eleger-se candidato a candidato do

PSOL à presidência da república, além de muito cansaço, que ensinamentos te trouxe?

Na campanha pela candidatura a presidência pelo PSOL, cumpri o papel de candidato. Foi uma tarefa coletiva que fizemos com muito entusiasmo. Era uma disputa necessária para não deixar passar em brancas nuvens a capitulação do partido ao lulismo. A luta coletiva é sempre enriquecedora. Conheci melhor o partido. Da burocracia, nada se deve esperar. Ela tem todos os vícios da política tradicional. Funciona na pior tradição do mandonismo

Revista Fim do Mundo, nº 2, mai/ago 2020



brasileiro, como uma verdadeira oligarquia que controla com mão de ferro a vida partidária. Para que tenham uma ideia, o Partido do Socialismo e da Liberdade tem pânico de debate democrático e estigmatiza qualquer projeto político que se atreva a ir além dos parâmetros da ordem. Mas tive também a oportunidade de conhecer melhor a base do partido. É uma rapaziada muito combativa e comprometida com a luta pelo socialismo. Nosso objetivo foi sempre o diálogo com a rapaziada.

*Como avalia a distância existente entre o processo histórico e a percepção teórica da esquerda da ordem?*

A esquerda da ordem tem um diagnóstico absolutamente superficial sobre a magnitude e as consequências da crise capitalista e sobre o caráter de seus impactos sobre a economia e a sociedade brasileira. O PT e seus asseclas levantam o fantasma do fascismo como um risco iminente, mas trabalham de maneira convencional como se o

parlamento desse conta de resolver os gravíssimos problemas de uma sociedade em reversão neocolonial. Não conseguem fazer autocrítica e, por isso, não conseguem olhar para frente. Não entendem que a crise econômica - a desindustrialização - e a crise política - a falência da Nova República - foram encubadas nos treze anos de Lula e Dilma. O Lula Livre é uma palavra de ordem que não resolve nada. O restauracionismo não abre perspectiva alguma para o encaminhamento de uma solução minimamente civilizada para a barbárie capitalista. A esquerda da ordem está presa na miséria do possível.

*Acredita que possamos sair desse impasse em quanto tempo?*

O Brasil não está fora do mundo. A crise brasileira é parte da crise estrutural do capital. Vivemos num capitalismo que, como disse o filósofo István Mészáros, "tampa um buraco, cavando um buraco maior ainda". Enquanto a crise capitalista não



for resolvida, é bem pouco provável que se consiga encaminhar alguma solução para a crise brasileira. Não vejo nenhuma possibilidade de uma solução rápida e indolor para o impasse civilizatório provocado pela crise estrutural do capital. O futuro será de muita luta e sacrifício. A burguesia não consegue resolver nenhum dos problemas fundamentais de nossa época - o desemprego, a desigualdade social, a instabilidade econômica, o racismo, o machismo estrutural, o vazio existencial de uma vida prisioneira do individualismo, a crise ambiental etc. E os trabalhadores estão ainda muito distantes de amadurecer um projeto de sociedade alternativo e apresentar um farol para orientar a luta pela superação do capital.

**Como avalia a possibilidade de um salto qualitativo na revolução ora em processo, tal como já ocorrido na contrarrevolução de 1964?**

O projeto burguês para o Brasil é uma brutalidade. Trata-se

de transformar nossa sociedade numa megafeitoria moderna. A ponte para o futuro aponta para o século XIX. A aceleração do desmanche da Nação representa uma mudança de qualidade no processo de reversão neocolonial. A turma da marreta não vai deixar nada de pé. É o que estamos vendo em todas as dimensões da sociedade. Evidentemente, as contradições que daí decorrem provocarão forte polarização da luta de classes. Os de baixo resistiram a ofensiva contra suas conquistas civilizatórias. O futuro será marcado pelo acirramento dos conflitos sociais e pela polarização da luta de classes.

**Qual o processo agregador das forças opostas à revolução neocolonial em curso?**

No momento, as forças contra a ordem encontram-se fragmentadas e sem um plano de luta definido. Elas serão unificadas no processo de resistência e superação da barbárie neocolonial. A necessidade de se contrapor à ofensiva avassaladora do capital contra o trabalho



imporá a unidade na luta como condição para a sobrevivência política das forças anticapitalistas. A exigência de uma alternativa ao modo de produção do capital acabará por definir um projeto alternativo capaz de apontar novos horizontes para as classes trabalhadoras. É no calor da luta que se processará a fusão da luta com a crítica e sua cristalização em organizações políticas que estejam à altura dos gigantescos desafios históricos colocados pela crise estrutural do capital.

*Que setores sociais estariam mais perto de entender a necessidade de luta sem quartel pela revolução dos oprimidos e pela conquista da plena soberania da nação?*

Em termos bem genéricos, a revolução socialista será uma obra das "classes subalternas". Em sociedades de segregação social, como é o caso do Brasil, a luta de classes se polariza entre pobres e ricos, pretos e brancos. Serão as vítimas do capital que abrirão caminho para se ir além do capital. Dentro

*Revista Fim do Mundo, nº 2, mai/ago 2020*

do trabalho, as categorias que ocupam papel estratégico na produção e circulação de mercadorias têm uma importância vital. Sem elas, as revoltas sociais não comprometem o metabolismo do modo de produção.

*Faça uma breve síntese do processo histórico que nos trouxe até este momento.*

Quinhentos anos de história mal resolvida não poderiam terminar bem. O Brasil desperdiçou todas as oportunidades históricas de resolver seus problemas estruturais - a segregação social que envenena a sociedade e o colonialismo que nos deixa à mercê dos interesses do capital internacional. A independência foi feita sem questionar a exploração e a dominação decorrentes de nossa posição subalterna na divisão internacional do trabalho que se organizou em torno do império britânico. A abolição dos negros foi feita dos brancos para os brancos, sem superar a



segregação social. A industrialização ficou à reboque do capital internacional comprometendo definitivamente a possibilidade de construção de um sistema econômico nacional. Por fim, a revolução burguesa terminou como uma contrarrevolução permanente que cristalizou o capitalismo brasileiro como um capitalismo dependente particularmente antissocial, antinacional e antidemocrático. A Nova República não enfrentou nenhuma dessas questões. A transição da ditadura militar para o Estado de direito pelo Colégio Eleitoral institucionalizou a democracia restrita consolidada em 1964. A gigantesca frustração com as promessas vazias da Constituição Cidadã foi às ruas nas Jornadas de Junho de 2013. De lá para cá, assistimos à crise terminal da Nova República. Para

os de baixo, a democracia é inócua porque não resolve seus problemas estruturais. Para os de cima, ela é espúria porque coloca em risco seus privilégios seculares. Repetindo a história imperial, a revolução reacionária tem uma resposta brutal para o impasse brasileiro - a solução liberal-autoritária. Na economia, trata-se de aplicar o ajuste neoliberal, acelerando a reespecialização regressiva da economia brasileira no mercado mundial. Na política, a burguesia busca um meio de substituir a democracia de cooptação da Nova República por alguma forma mais ou menos ditatorial de poder. Por isso, chamaram um capitão do mato, ligado aos aparelhos de repressão das forças armadas e às milícias, para governar o Brasil.

| FiM |

*São Paulo, agosto de 2019*



## Entrevista com Eduardo Sá Barreto

---

150

A segunda entrevista trazida pela Revista Fim do Mundo aos seus leitores é com o economista Doutor Eduardo Sá Barreto. Ele é doutor em Economia, professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Sua pesquisa concentra-se nos temas de crise ambiental e crise estrutural do capitalismo e tem publicado diversos artigos nessas áreas. Diante da deterioração acelerada das condições materiais de suporte à vida no planeta, interessa-se, particularmente, em demonstrar que a superação da sociedade do capital é não apenas desejável e necessária, mas também urgente.

Eduardo também é autor do livro *O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas* (2018), onde apresenta uma radiografia da lógica geral que preside à acumulação mundial capitalista, responsável, em seu entender, pelo agravamento da questão climática; percorre também os meandros dos argumentos mais frequentes do establishment econômico para lidar com o problema: o reiterado apelo à eficiência energética, à mitigação das emissões de CO<sub>2</sub>, à consciência ambiental etc. Busca, sobretudo não dissociar a questão climática das necessidades expansivas do capital, condição para se apresentar um projeto de transformação que ultrapasse o mero voluntarismo político hoje predominante.

Nesta entrevista concedida por e-mail à doutoranda em Economia pela UFF e pesquisadora do IBEC Layza Rocha Soares, Eduardo abordou questões como crise ambiental, a inviabilidade ecológica do capitalismo, a *Revista Fim do Mundo*, nº 2, mai/ago 2020



relação entre teoria marxista e os desafios ambientais, aquecimento global e muito mais.

---

Qual ou quais motivações ou questões ambientais que o levaram a investigar os desafios ambientais enfrentados pela humanidade?

Para ser franco, não consigo recompor esse percurso a não ser de forma sucinta e retilínea. Mas fica o alerta de que há muita casualidade e descontinuidades omitidas aqui. Sempre tive um interesse difuso pelas questões ambientais e, no início do Mestrado, pensava simplesmente em explorar as fragilidades e os limites das teorias econômicas sobre o assunto. Naturalmente, isso me levou a mapear a literatura no campo da Economia Ambiental e da Economia Ecológica. Com o tempo, percebi que os problemas teóricos não eram fruto de equívocos ou insuficiências meramente intelectuais. Eram expressão de contradições insanáveis da própria sociedade capitalista e da sua vocação para

a dilapidação da natureza. A partir disso, meu esforço de pesquisa se voltou para a demonstração teórica dessa intuição inicial. E em meio à ampla diversidade de questões ambientais, me pareceu mais premente tratar daquela que é a mais totalizante de todas, as mudanças climáticas.

Como você definiria crise ambiental? E qual a urgência de a sociedade reconhecer e se mobilizar para reduzir os problemas dessa crise, especialmente, o aquecimento global?

Boa pergunta, porque “crise ambiental” não é um termo que vejo sendo definido com rigor na literatura. Proponho fazer um exercício distinto, ao invés de buscar uma definição *a priori*. Procuremos encontrar a *categoria* crise ambiental a partir das determinações da própria existência natural e social. A primeira coisa a perceber é que qualquer forma de sociedade



pressupõe um mundo natural. É no campo de possibilidades determinado por esse mundo natural que as sociedades encontram o espaço e os limites (alguns relativos, alguns absolutos) para o seu desenvolvimento. Muito bem, o desenvolvimento da civilização tal como a conhecemos hoje é tornado possível por uma época geológica de relativa estabilidade climática, o Holoceno. Tudo aquilo que caracteriza esse intervalo de tempo de pouco menos de doze mil anos – os níveis e as zonas de temperatura, os ventos, os regimes hídricos e de chuvas, o nível dos oceanos, as correntes marítimas, a criosfera etc. – pavimentou as condições materiais (bio-geo-químicas) dos processos históricos que nos trouxeram até aqui. Mas, especialmente nos últimos 250-270 anos, desencadeamos perturbações nessa relativa estabilidade, i.e. nos diversos equilíbrios ecológicos que dão suporte às sociedades. Desencadeamos mudanças

ambientais, ecológicas e climáticas. Mudanças que ocorrem em ritmos que dificultam crescentemente o restabelecimento daqueles equilíbrios. E, por isso, produzem de maneira cada vez mais frequente e intensa estressores para a reprodução da vida (em geral) e das sociedades (em particular) tal como elas evoluíram *até aqui*. A isso chamo de crise. A crise, por si só, já deveria ser suficiente para inspirar urgência. As evidências, contudo, indicam que vivemos uma situação ainda mais grave. Na história de nossa espécie, a atmosfera nunca teve tamanha concentração de gases de efeito estufa, a temperatura média do planeta nunca esteve tão elevada, os oceanos nunca estiveram tão quentes, ácidos e desertificados, a taxa de extinção de espécies atual é pelo menos mil vezes superior à taxa natural. A calota polar ártica está colapsando, os mantos de gelo da Groelândia e da Antártida estão fortemente ameaçados, glaciares no mundo todo estão colapsando.



Enfim, por onde quer que se olhe, observamos processos de colapso que – muito mais do que simplesmente gerar dificuldades à reprodução normal da civilização – colocam a própria sobrevivência da espécie humana em xeque. Ou seja, não apenas há urgência, mas uma urgência tremendamente aguda. As transformações que disparamos provavelmente não podem mais ser interrompidas. A mobilização dos nossos esforços deve se concentrar em, por um lado, superar definitivamente a lógica destrutiva do capital e, por outro, encontrar formas de vida e organização que nos habilitem viver nesse mundo em rápida transformação.

*Em sua opinião, as consequências do aquecimento global nos próximos anos podem estimular uma nova organização mundial mais efetiva na direção de uma sociedade mais sustentável?*

A única coisa que me parece efetivamente garantida é que a atual organização mundial está com seus dias contados. Mas os contornos de uma nova

organização estão ainda em aberto e precisam ser disputados. O cenário de colapso que mapeei em linhas muito gerais acima indica que estamos transitando para um planeta mais hostil, em que vastas regiões provavelmente se tornarão inabitáveis, em que a produção de alimentos em grande escala será virtualmente inviável, em que movimentos migratórios sem precedentes serão inevitáveis, em que muitos dos principais centros urbanos do mundo precisarão ser evacuados. Quanto mais mal preparados estivermos para enfrentar esses desafios, maior a probabilidade de que os conflitos daí oriundos se “resolvam” por meio de guerras e tragédias humanas ainda maiores. A contrapartida desse cenário é que se torna cada vez mais abrangente o clamor por modos de vida sustentáveis. Por ora, ainda é muito difundida a ideia de que esses modos de vida podem ser efetivos ecologicamente pela via da iniciativa individual e circunscrita aos parâmetros reprodutivos da



sociedade capitalista. Essa sociedade, no entanto, é estruturalmente incapaz de ser qualquer outra coisa que não destrutiva (e a maior parte do meu esforço de pesquisa se dedica justamente a demonstrar essa inviabilidade ecológica do capitalismo). Nesse sentido, a tarefa mais imediata daqueles que pretendem disputar um futuro sustentável é abandonar a luta por um outro capitalismo e aderir à luta por um outro mundo possível.

Qual é o panorama do desenvolvimento de investigações sobre desafios ambientais na teoria marxista? Em sua opinião, quais são as correntes e teóricos marxistas contemporâneos que poderiam contribuir com o debate político nessa temática?

A resposta para essa pergunta não pode se pretender exaustiva, porque a literatura sobre tal temática no campo marxista encontra-se em ampla expansão.<sup>1</sup> Indico aqui, portanto,

<sup>1</sup> Ian Angus tem uma lista de indicações bastante mais específica e completa:

Revista Fim do Mundo, nº 2, mai/ago 2020

aqueles autores e publicações que são referências mais imediatas para mim. Em primeiro lugar, e guardadas as devidas proporções, a sensibilidade para os desafios ambientais esteve presente desde a origem do marxismo. Por exemplo, Marx chegou a tratar com algum detalhe as formas pelas quais a agricultura capitalista tente a destruir a fertilidade do solo. A poluição urbana também foi tema de análise de Engels. Entre os nossos contemporâneos, um dos ecomarxistas mais conhecidos no mundo hoje, John Bellamy Foster, em seu *A ecologia de Marx*, praticamente inaugura uma tradição de inventariar a obra marxiana em busca de todas as passagens e raciocínios ecologicamente relevantes (uma espécie de marxologia ecológica). Kohei Sato é um representante recente e bastante prestigiado dessa tradição. Num registro ligeiramente diferente e

<https://climateandcapitalism.com/2019/07/27/20-essential-books-on-marxist-ecology/>



complementar ao anterior, Paul Burkett, em seu *Marx and Nature*, procura mobilizar a teoria do valor marxiana para iluminar todas as contribuições que podem ali ser encontradas para a crítica ecológica do capitalismo. No Brasil, é impossível não mencionar Michael Löwy, com uma obra já vasta sobre ecossocialismo. Em uma linha relativamente próxima, Sabrina Fernandes tem um importante trabalho de divulgação das ideias ecossocialistas e, ao que tudo indica, prepara um livro sobre o tema. Por fim, Luiz Marques, com seu *Capitalismo e colapso ambiental*, é também uma referência crítica incontornável. Falar de todas as publicações marxistas sobre o tema também seria um trabalho hercúleo impossível de ser completado. Por isso, indico aqui duas gigantes que têm destaque mundial. A *Monthly Review*, editada por Bellamy Foster há muitos anos, é publicada mensalmente e sempre traz artigos com discussões ambientais. Autores como István

Mészáros, Richard York, Brett Clark, entre muitos outros, já circularam reflexões ecológicas em suas páginas. A revista também mantém o blog *Climate & capitalism*. Além disso, temos o periódico *Capitalism, nature, socialism*, fundado por James O'Connor, uma das figuras seminais do ecomarxismo. Enfim, com essa panorâmica, já é possível afirmar que a literatura marxista sobre os desafios ambientais é ampla e relativamente variada. Isso não nos deve surpreender. Estranho seria se uma tradição de crítica ao capitalismo, como a marxista, não gerasse uma profusão de reflexões ecológicas precisamente no momento em que a dinâmica destrutiva dessa sociedade se encontra em seu estágio mais agudo.

Porque os setores fundamentais, mais influentes, da esquerda não incorporaram a problemática ambiental na sua plataforma de luta? Você acredita que a degradação ambiental ainda é tratada como algo dissociado da questão social?

Revista Fim do Mundo, nº 2, mai/ago 2020



Começando pela segunda pergunta, creio que sim, as questões são tratadas como dissociadas. Escrevi recentemente um pequeno texto sobre isso, denominando esse tipo de posicionamento de *negacionismo progressista*. A ideia aqui, muito resumidamente, é que uma parcela da esquerda ainda é refém de uma fé no desenvolvimento econômico como algo que necessariamente traz progresso. Não são poucos na esquerda que até hoje sofrem dessa espécie de saudosismo da “Era de Ouro” do capitalismo, supondo que o tal desenvolvimento deve antes solucionar todos os nossos problemas sociais para que, só então, possamos enfrentar nossos desafios ecológicos/climáticos. Ou seja, por mais que seja verdade que um grande contingente da esquerda adere ao entendimento de que o capitalismo é insustentável, ainda são muito poucos os que aderem ao diagnóstico de que vivemos um momento de crise que exige da

nossa atuação um caráter de urgência. Acho que isso explica, ao menos em parte, porque nossa plataforma de luta atual ainda está muito aquém dos desafios ambientais. Mesmo se nós admitíssemos a noção (no mínimo) controversa de que o desenvolvimento econômico é uma meta desejável e realizável universalmente nos marcos econômicos e geopolíticos do capitalismo, o que a produção científica mais recente nos informa é que não há mais tempo. A alternativa não é mais entre riqueza ou pobreza, afluência ou penúria, conforto ou miséria. Nesse momento, a alternativa real que nos defronta é entre a sobrevivência da espécie ou sua virtual eliminação da face da Terra. É entre revolução ou extinção.

A crise atual do sistema capitalista somada à crise sanitária do COVID-19 pode reduzir a importância das mudanças climáticas mesmo depois do reconhecimento e de vários ‘esforços’ e



## acordos internacionais para resolver essa questão?

Enquanto estivermos atravessando a pandemia e as crises sanitária e econômica que ela precipita, acredito que o mais provável é que o debate público sobre mudanças climáticas seja, de fato, relegado a segundo plano. Isso, no entanto, não significa nem que os esforços foram paralisados, nem que o próprio curso da crise climática de alguma forma se interrompeu ou desacelerou. Sobre os esforços, deixo para elaborar um pouco mais na pergunta seguinte. Sobre a crise climática, quatro pontos podem ser levantados. Em primeiro lugar, todo o nosso histórico de emissões de gases de efeito estufa até aqui não apenas provocou transformações climáticas, mas continuará ainda provocando por décadas e até séculos. Em outros termos, mesmo que, hipoteticamente, nossas emissões sejam zeradas do dia para a noite, um longo desencadear de impactos ainda está por vir. A crise em curso não

se interrompe quando nosso impacto recua. Na verdade, em segundo lugar, a crise pode até mesmo se acelerar. A contração aguda da queima de combustíveis fósseis reduz as emissões de gases de efeito estufa – que impulsionam o aquecimento –, mas reduz também as emissões de aerossóis, que têm efeito resfriador. Como os aerossóis permanecem suspensos na atmosfera por muito menos tempo que os gases de efeito estufa, é possível que haja uma aceleração do aquecimento no curto prazo. Anomalias de temperatura de quase 20°C sobre o Oceano Ártico e amplas regiões da Ásia, por exemplo, indicam que isso pode, de fato, já estar acontecendo. Ou seja, e esse é o terceiro ponto, a comemorada “regeneração” da natureza não passa de uma recuperação muito superficial de alguns aspectos da vida urbana (ar, rios, canais, baías etc.). Tal recuperação traz, obviamente, benefícios muito imediatos para a qualidade de vida onde ocorrem, mas não têm



impacto relevante de um ponto de vista mais amplo. Por fim, outro efeito que tem sido comemorado é a previsão de contração de 8% nas emissões de 2020. Ao custo de uma tragédia sanitária, social e econômica global, essa contração é um resultado expressivo, sem precedentes em nossa história de esforços de mitigação. Mas seria apenas o primeiro passo de uma longa trajetória que, a considerar as metas propostas pelo IPCC, deveria obter esse mesmo resultado todos os anos até 2050. E, conseguindo isso, ainda assim restaria um volume de emissões a ser capturado e armazenado anualmente. Em suma, e retornando à pergunta, é um equívoco gravíssimo que a questão climática saia do primeiro plano das nossas preocupações.

Em sua opinião, porque os “esforços” internacionais não foram suficientes para desacelerar as emissões de gases do efeito estufa (Como Protocolo de Quioto, Acordo de Paris)? Qual a relação desse fracasso com as interpretações das principais  
Revista Fim do Mundo, nº 2, mai/ago 2020

correntes de pensamento dentro da Economia que abordam a questão ambiental e influenciam a implementação de políticas?

A primeira coisa a apontar é que discordo que “esforços” esteja entre aspas na pergunta. Em meu livro, *O capital na estufa*, tenho um capítulo inteiro dedicado a inventariar a implementação de políticas climáticas. E o resultado é, creio eu, inequívoco: as últimas três décadas foram marcadas por uma plethora de políticas climáticas, especialmente as políticas de estímulo à eficiência energética. Isso convive, é verdade, com uma visível falta de vontade política para fazer mais, e mais intensamente. Mas explicar nosso histórico de fracassos apenas em termos de falta de vontade política e fraca pressão popular é, a rigor, abrir mão de uma explicação. É preciso investigar os determinantes objetivos desse, digamos, déficit de vontade. Nem a Economia Ambiental, nem a Economia Ecológica se propõem essa pergunta. A verdade é que,



se nos limitamos aos espaços do Estado, o limite absoluto da vontade política sempre estará nos parâmetros reprodutivos da sociedade capitalista. Ou seja, o que não coloca em xeque a reprodução dessa sociedade está em disputa. E tudo aquilo que ameaça essa reprodução é inegociável. Ou seja, lucro, propriedade, crescimento da produção e do consumo são inegociáveis. Daí ser possível fazer muito – conceber e implementar muitas políticas – e ainda assim esse muito ser cronicamente insuficiente, posto que sequer tangencia as raízes do problema. Um aspecto flagrante disso pode ser ilustrado de maneira muito simples. Toda a política ambiental (climática inclusive) até hoje tem sido caracterizada por um esforço de contenção de impactos. Estimulam-se ganhos de eficiência material e energética para que se consuma menos (tanto produtiva quanto improdutivamente) e, assim, sejam gerados menos resíduos poluentes e emissões de gases de efeito estufa. Aplicam-se

limites às emissões e erguem-se estruturas de comercialização dos saldos (os mercados de carbono) para que se consuma menos combustíveis fósseis e, assim, seja emitido menos CO<sub>2</sub>. Elaboram-se regulações que limitam diretamente o nível de certas atividades e, assim, o volume da demanda por recursos e dos resíduos que geram seria diminuído. Em todas essas modalidades de política encontramos a finalidade de moderar nosso impacto material no planeta. Todas elas perdem de vista que o que está sendo poupado (recursos materiais ou energéticos) não é apenas coisa física. É também capital. Esse capital poupado, por força de sua própria natureza expansiva, não pode se acomodar na imobilidade. Se alguma lei, estrutura de mercado, pressão popular ou incentivo econômico impede que esse capital poupado atue na sua atividade de origem, deve ele encontrar outra atividade para realizar sua lógica de crescimento. E quando o faz,



estabelece necessariamente contato com a materialidade. Ou seja, na raiz não atacada do problema, reside um mecanismo que neutraliza qualquer avanço que possamos obter pela via da política institucional. Só assim se entende, ao mesmo tempo, como a imensa quantidade de políticas climáticas das últimas décadas foi incapaz de conter o crescimento das emissões globais e como a “vontade política” e a “pressão popular” não foram capazes de se lançar às tarefas realmente necessárias e transformadoras. A Economia Ecológica e a Economia Ambiental, por compartilharem essa ausência de horizonte pós-capitalista, padecem das mesmas limitações de origem.

### Existe uma dissociação entre a produção teórica e a práxis das questões ambientais?

Acredito que, na maior parte do tempo, não se verifica essa dissociação. A prática recuada é quase sempre reflexo de uma teoria recuada. Meu comentário acima vai um pouco

nesse sentido. Por outro lado, tem me espantado, recentemente, uma certa adesão de marxistas à agenda do *Green New Deal*. Isso é tema do texto que publico nessa edição, então, para mais detalhes, remeto o(a) leitor(a) a esse material. Posso repetir aqui, muito telegraficamente, o seguinte. A crítica ecomarxista do capitalismo é capaz de demonstrar que essa sociedade é necessariamente insustentável. Além disso, vivemos em meio a uma crise climática a há um risco bastante real de colapso. Superar o capitalismo é, portanto, o pressuposto de qualquer pretensão de preservação de nossa espécie. Se a teoria nos fornece esse resultado, a única prática não dissonante é aquela que se pretende verdadeiramente insurrecional. Se não existe hoje a possibilidade de tal prática, nossa tarefa mais imediata é constituir as condições para tal. Por isso, repito aqui, é desconcertante que haja marxistas aderindo à agenda do *Green New Deal*. Primeiro, porque já no nome busca-se



analogia a um conjunto de políticas dos anos 30 abertamente anticomunistas. Segundo, porque espera-se efetivar os itens dessa agenda bastante ambiciosa apostando, adivinhe, na capacidade da *pressão popular* alterar a *vontade política*.

A sociedade atual possui instrumentos/tecnologias suficientes para frear o aquecimento global ocasionado pelas atividades antrópicas? Ou caminhamos para um colapso ambiental?

Minha posição atual é que o melhor entendimento científico disponível e o conjunto de evidências a respeito de processos já em curso não nos permitem supor que seja possível frear o aquecimento global. E, claro, com esse aquecimento, prevê-se que seremos testemunhas do colapso de uma série de ecossistemas e de sucessivos impactos que desafiarão nossa capacidade de viver em sociedade. Em outros termos, caminhamos para o colapso ambiental. Mas suponhamos que a pergunta se

referisse a tecnologias e instrumentos para nos *adaptarmos* a esse mundo em rápida transformação. Nesse caso, a resposta da primeira pergunta seria não e sim. Podemos responder negativamente porque as tecnologias para capturar e armazenar carbono no volume necessário ainda não existem em escala suficiente ou sequer existem. E também podemos responder afirmativamente porque já conhecemos muitas tecnologias, práticas produtivas e modos de vida que, se generalizados, poderiam integrar e dar esteio a uma sociedade sustentável. Nessa sociedade em que vivemos, três coisas impedem que elas atuem nesse sentido. Primeiro, para que a tecnologia ou a prática produtiva venham à luz do dia, a mera viabilidade técnica de produzir efeitos úteis não é suficiente. Todas elas precisam, antes de qualquer coisa, ser viáveis economicamente. Ou seja, só podem ser postas a serviço de necessidades quaisquer se forem capazes de atender à



necessidade de valorização do capital. Em segundo lugar, retornamos ao raciocínio da resposta à uma pergunta anterior: mesmo quando essas tecnologias e práticas têm os efeitos desejados em termos de moderação pontual do impacto material, a lógica expansiva do capital não é contida; é apenas desviada para outros espaços e

atividades. Por fim, todos aqueles modos de vida que buscam reduzir impacto por iniciativa individual são realizáveis apenas individualmente. Não são generalizáveis porque o capital não pode admitir que o consumo total da sociedade seja decrescente, posto que isso fere de morte sua lógica reprodutiva.

| FIM |

*Rio de Janeiro, maio de 2020*



# Memorial



## LUCIEN SÈVE: morte de um grande filósofo marxista<sup>1</sup>

Roger Martelli<sup>2</sup>

164

O filósofo Lucien Sève acaba de morrer de coronavírus, aos 93 anos. Foi preciso o pequeno animal que paralisa nossas sociedades para derrubar esse homem que ninguém havia sido capaz de escravizar. Ele era uma grande figura, muito insuficientemente reconhecida, do comunismo e do pensamento crítico.

Poucos homens contam muito em minha vida intelectual e militante. Ele foi um daqueles que, como Albert Soboul, um grande historiador da Revolução Francesa, legitimava intelectualmente minha escolha política de comunismo na época do grande choque de 1968. Aqueles que o admiravam eram de fato miríades. Sua minúcia, sua bolsa de estudos marxológica e suas críticas mordazes fascinaram várias gerações de estudantes, professores, pesquisadores e ativistas.

Lucien poderia ter tido uma carreira tão pacífica quanto brilhante. Isso não aconteceu. Normalista<sup>3</sup>, professor no outono de 1949 foi demitido em maio de 1950 de um cargo de prestígio no Lycée Français de Bruxelles. Se ele fez seu serviço militar, como todos os jovens franceses, ele o fará na

---

<sup>1</sup> Traduzido do original em francês "Lucien Sève: mort d'un grand philosophe marxiste" por Paulo Alves de Lima Filho. Disponível em: <<http://www.regards.fr/idees-culture/article/lucien-seve-mort-d-un-grand-philosophe-marxiste>>. Acesso em 24 mar. 2020.

<sup>2</sup> Historiador, diretor editorial da Regards, recentemente participou da publicação da correspondência de Louis Althusser e Lucien Sève entre 1949-1987 (na Éditions sociales em 2018). Ele também publicou em 2018, ainda com o Éditions sociales, "Uma disputa comunista: o Comitê Central de Cultura de Argenteuil". Lucien Sève foi, com Louis Althusser e Roger Garaudy, um dos protagonistas dos debates em torno desta sessão do Comitê Central.

<sup>3</sup> Egresso da École Normale, formadora da elite intelectual francesa e de seu professorado público (*nota do tradutor*).



Argélia, dentro do herdeiro do "Bat d'Af", o batalhão africano altamente disciplinado. Ativista comunista e sindical, ele coletou as transferências decididas administrativamente antes de desembarcar na escola Saint-Charles, onde permaneceu até o final de sua carreira de professor em 1970.

### **Ciência e luta: as duas facetas da busca pela emancipação humana**

Marcado pelas lembranças da guerra, imerso nos pugilatos ideológicos da Guerra Fria, ele era um daqueles intelectuais que acreditavam que a ciência e a luta eram duas facetas inseparáveis da grande busca pela emancipação humana. Como seu amigo Louis Althusser, como tantos outros, ele foi relutantemente um intelectual stalinista "*em seu nicho*", desde muito cedo um conhecedor acadêmico de Marx na versão original, como ele era de Lenin, graças a sua esposa Françoise, que dominava perfeitamente o russo<sup>4</sup>.

Não foi fácil para esta geração se livrar das manchas do stalinismo. Em 1956, Lucien estava entre aqueles que, ao vislumbrar a tragédia de uma época, consideraram pela primeira vez, como Maurice Thorez e Mao Zedong, que as críticas não devem ser confundidas com negação. Portanto, ele acreditava, como a grande maioria de seus camaradas do PCF, que o *oportunismo* era o principal perigo.

A primeira grande luta pública de sua vida foi travada contra a leitura de Marx, realizada por Roger Garaudy, então considerado de fato como o filósofo oficial do PC.

---

<sup>4</sup> Entre outras coisas, isso lhe permitiu acessar as obras do psicólogo soviético Lev Vygotsky, cujas principais obras ela traduziu, *Pensamento e linguagem* (1985) e *História do desenvolvimento de funções psíquicas superiores* (2014).



## A escolha do Partido Comunista

Como Althusser, ele via em suas abordagens uma alteração do marxismo, em última análise, uma fonte de capitulação. Mas, diferentemente de Althusser, ele optou por combinar esse espírito de rigor, às vezes próximo à rigidez, com o desejo de abertura em que o PCF se engajou após 1962 e que o levou às margens do Eurocomunismo, entre 1975 e 1978.

Em 1970, Lucien Sève escolheu ser um membro permanente do Partido Comunista. A escolha não foi isenta de consequências formidáveis: aos olhos do maior número, e antes de tudo aos olhos dos intelectuais, quem escolhe ser um revolucionário profissional se coloca do lado do *"interesse do partido"* e não do lado *da "verdade"* ou *"objetividade"*. No final, isso fez com que ele não fosse reconhecido pelo grande intelectual que a soma e a qualidade de suas obras designavam. É verdade que a escolha de um compromisso total, dentro de uma parte que era ao mesmo tempo objeto de uma escolha consciente, de uma paixão e de um aparato, provou ser uma restrição que moldava o modo de ser, falar e escrever. Mas esse respeito pelo grupo de integração militante não significou a absoluta obediência de Lucien Sève à fé. Ele era membro permanente do Comitê Central desde 1961 (ele tinha 35 anos na época). Na prática, ele era considerado um filósofo oficial, mesmo que sempre se defendesse ferozmente dele.

Mas ele nunca pertenceu ao sacrossanto Bureau Político. Diretor de publicações do PCF desde 1970 deixou voluntariamente essa função em 1982, porque sentia que não tinha mais a autonomia de decisão essencial para ele. Finalmente, em junho de 1984, quando ele estava no auge de sua



imagem no partido, ele começou o processo de distanciamento, que o tornou um *refundador* em 1989 e até ganhou tempo para ser considerado a alma de uma *conspiração* contra o partido. Lucien sabia o que custava se desviar da *linha*: pagou o preço.

Esse ativista inatingível deixou um trabalho incrivelmente rico. Fui um seu ávido leitor, mas não estou habilitado para avaliar a contribuição de uma obra acima de tudo filosófica. Só direi que mantive minha admiração pelo ascetismo intelectual do pesquisador, a convicção de que não há ciência sem argumento e o fascínio pelo que me pareceram ser intuições brilhantes. Se eu tivesse que me lembrar de algumas delas, seriam em particular as seguintes: que a abolição do capitalismo não é nada sem o pensamento de sua *superação*, isto é, do processo que leva ao seu *desaparecimento*; que a história não é uma ciência das leis gerais, pelo contrário, é uma *ciência do indivíduo*; que Marx disse que a emancipação de cada um era a condição para a emancipação de todos, e não o contrário; que não havia sentido em opor *forma e conteúdo*, ou *forma e estrutura*, mas que era preciso pensar a *formação*, ou seja, o processo de construção ao mesmo tempo da forma, do conteúdo e da estrutura. Sem ele, eu nunca seria capaz de perceber tudo isso e muito mais.

### **Uma figura guardião do pensamento marxista**

No Partido Comunista e em sua liderança, tive a chance e até a honra de conviver com alguns dos grandes nomes da legenda comunista, tais como Henri Rol-Tanguy ou Marie-Claude Vaillant-Couturier, para citar apenas esses dois. Também tenho orgulho de ter convivido com Lucien Sève e de me beneficiar da sua amizade.



Não éramos da mesma geração, não tínhamos o mesmo background intelectual e não concordávamos em alguns pontos. Mas se nunca ousei fazer dele modelo, sempre o tive como uma figura tutelar, desde 1969. Uma figura que eu amava profundamente, cuja perda me entristece e cria um vazio que nada preencherá.

Em 2020, o PCF comemora seus cem anos de existência. Ele fará isso sem Lucien Sève. A história fechou muitas portas. A morte adiciona uma. Mas Lucien nos disse muito bem que, como o comunismo não nasceu com o século XX, não havia razão para desaparecer com ele.

### **Entre os trabalhos recentes de Lucien Sève:**

- *Pensando com Marx hoje*. Volume I. *Marx et nous*, La Dispute, 2004.
- *O que é a pessoa humana? Bioética e democracia*, La Dispute, 2006.
- *Pensando com Marx hoje*. Volume II. *O Homem?*, La Dispute, 2008.
- *Alienação e emancipação*, Paris: Éditions La Dispute, 2012.
- *Pensando com Marx hoje*. Volume III. *Filosofia?*, La Dispute, 2014.
- *Para uma ciência da biografia*, seguida de "*Formas históricas da individualidade*", Éditions sociales, 2015.
- *Outubro de 1917. Uma leitura muito crítica da historiografia dominante*, seguida de *uma escolha de textos de Lenin*, Éditions sociales, 2017.
- *Capitalexit ou desastre*. Entrevistas com Jean Sève, La Dispute, 2018.
- *Pensando com Marx hoje*. Volume IV. *Comunismo?*

*Paris, 23 de março de 2020.*





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília

**Faculdade de Filosofia e Ciências**

*Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/ SP*

*CEP 17.525-900*

*Telefone: (14) 3402-1300*

**Revista Fim do Mundo**

e-mail: [revista.fimdomundo.marilia@unesp.br](mailto:revista.fimdomundo.marilia@unesp.br)

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>





# FIM DO MUNDO

ciência  
transformadora  
discussões para  
a emancipação